



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO
SUL
CÂMPUS DO PANTANAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS**



WANESSA PEREIRA RODRIGUES

**FRONTEIRA, IMIGRANTE E PATRIMÔNIO CULTURAL: DESAFIOS DE
GESTÃO COM BASE EM METODOLOGIAS DO CIRCUITO DE APOIO AO
IMIGRANTE EM CORUMBÁ, MS, BRASIL**

**CORUMBÁ – MS
2021**

WANESSA PEREIRA RODRIGUES

**FRONTEIRA, IMIGRANTE E PATRIMÔNIO CULTURAL: DESAFIOS DE
GESTÃO COM BASE EM METODOLOGIAS DO CIRCUITO DE APOIO AO
IMIGRANTE EM CORUMBÁ, MS, BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
Mestrado em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal
de Mato Grosso do Sul, Câmpus do Pantanal, como
requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Ocupação e Identidade Fronteiriças

Orientador: Prof. Dr. Marco Aurélio Machado de Oliveira

**CORUMBÁ – MS
2021**

FRONTEIRA, IMIGRANTE E PATRIMÔNIO CULTURAL: DESAFIOS DE GESTÃO COM BASE EM METODOLOGIAS DO CIRCUITO DE APOIO AO IMIGRANTE EM CORUMBÁ, MS, BRASIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus do Pantanal, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre _____ em ___/ ___/ 2021, com Conceito _____.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Marco Aurélio Machado de Oliveira
(Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

1º avaliador: Prof. Dr. Álvaro Banducci Júnior
(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

2º avaliador: Prof. Dr. Divino Marcos de Sena
(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

DEDICATÓRIA

A minha mãe Estenia Lucia Pereira e ao meu pai Francisco Dias Rodrigues que durante toda vida não mediram esforços para proporcionarem uma educação escolar aos quatro filhos. E sempre nos ensinaram que a única forma de melhorarmos nossa condição de vida era estudando: “*para ser gente vocês precisam estudar*”, para nós o sentido de ser gente é outro... Neste momento consigo me lembrar de cada palavra de incentivo dos meus pais e dos esforços que eles fizeram para que eu conseguisse estudar. Meu pai costumava mostrar sua mão calejada pela lida no sítio, demonstrando o esforço que ele fazia para pagar nossa escola. Gratidão aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

Foram muitas pessoas que me apoiaram e me ajudaram de alguma maneira a chegar até aqui, gratidão a todos por contribuírem de alguma forma com minha pesquisa.

À minha mãe, Estenia Lucia Pereira, que me ensinou a ser forte, ter coragem e não desistir dos meus sonhos. Obrigada por ter acreditado e me apoiado durante minha vida.

Ao meu filho Renan, muitas vezes sem compreender a minha necessidade de estudar batia na porta do escritório para que eu saísse e gritava: *mamãe chega de trabalhar*, e com sua doçura fazia qualquer cansaço desaparecer. Obrigada meu filho por me tornar mais forte, juntamente com você nasceu em mim uma força inexplicável.

Ao meu companheiro, Renan Silva, pelo companheirismo e apoio, pelo carinho e dedicação nos momentos de cansaço ao longo desta pesquisa, por ouvir minhas inquietações, reflexões e me auxiliar lendo meus textos.

Aos meus irmãos, Cleverson e Cleber que mesmo estando longe o amor é o mesmo. E ao meu irmão Thiago, pelas palavras e carinho nos momentos mais difíceis.

Aos meus sogros Lucía e César Ovando, que me receberam como uma filha. À minha sogra Lucia que presta um essencial apoio com os cuidados ao meu filho nos momentos que eu preciso trabalhar e estudar.

Ao meu orientador, Professor Dr. Marco Aurélio Machado de Oliveira, por todo conhecimento partilhado sobre fronteira, imigração e pessoas. E que com sua sensibilidade e sabedoria enxerga o valor das coisas simples da vida e as transforma em poesia. Obrigada pela autonomia dada a mim, sempre considerando minhas reflexões e me estimulando a pensar mais e mais. E pela oportunidade em pesquisar e escrever o livro “Corumbá entre Ruas e cemitérios: o tempo e o silêncio”, os conhecimentos adquiridos nessa pesquisa foram fundamentais para a escrita desta dissertação. Gratidão.

Ao Professor Dr. Álvaro Banducci, por ter aceitado participar das minhas bancas de Qualificação e Defesa, pelas considerações e ensinamentos partilhados enquanto professor de Antropologia e orientador do TCC da graduação em Ciências Sociais e agora na construção dessa pesquisa.

Ao Professor Dr. Divino Marcos de Sena, por ter aceitado o convite para as bancas de Qualificação e Defesa, pelas suas considerações para a construção desta Dissertação, a leitura das suas pesquisas foi essencial para a construção dessa dissertação.

A amiga de infância Ariane Arruda pelos momentos de troca sobre maternidade, ser mulher e mãe na jornada de um mestrado. Saudades.

À amiga Edivânia Freitas pela partilha de conhecimento, reflexões e inquietudes sobre a nossa cultura. E por sempre estar disposta a participar dos meus projetos e desafios impostos pelo trabalho com a cultura.

Ao amigo José Gilberto Rozisca pela troca de conhecimento, conselhos, empréstimo de livros e demais materiais necessários na construção desta pesquisa.

À amiga Jéssica Canavarro pelos momentos de troca, parceria e apoio sobre a maternidade. Gratidão.

Aos amigos da cultura de Ladário e Corumbá que a vida me proporcionou, são suas vivências, experiências e resistências que me impulsionam diariamente. Cada história de vida e atuação de vocês me inspiram a continuar.

Aos professores do MEF pelos conhecimentos partilhados e por mostrarem o que é a vida na fronteira.

Aos servidores da Unidade III da UFMS, da secretaria do MEF, Érika, sempre pronta a auxiliar e ajudar a solucionar dificuldades encontradas.

À Fundação Municipal da Cultura e do Patrimônio Histórico de Corumbá por sempre estar de portas abertas para acesso a informações e documentos para pesquisa. Pelos incentivos financeiros fornecidos por meio do Fundo de Investimentos Culturais do Pantanal, responsável por custear parte desta pesquisa “Projeto Patrimônio Vivo- a troca de saberes” e todo o documentário “Patrimônio Cultural: Cururueiros”.

À Fundação Estadual de Cultura de Mato Grosso do Sul por acesso a informações sobre o patrimônio cultural. Em especial ao Douglas Silva pela prontidão e partilha de conhecimento.

RODRIGUES, Wanessa Pereira. FRONTEIRA, IMIGRANTE E PATRIMÔNIO CULTURAL: DESAFIOS DE GESTÃO COM BASE EM METODOLOGIAS DO CIRCUITO DE APOIO AO IMIGRANTE EM CORUMBÁ, MS. 129p. 2021. Dissertação de Mestrado (Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu Em Nível de Mestrado em Estudos Fronteiriços, Universidade Federal de Mato Grosso Do Sul – Campus do Pantanal, Corumbá, MS)

RESUMO

Esta dissertação é fruto da minha vivência na fronteira, das inquietações acerca da minha atuação profissional e experiência acumulada junto às comunidades culturais de Corumbá e Ladário, nas quais pude vislumbrar as dificuldades, necessidades e estratégias adotadas por eles para manterem suas práticas culturais. O objetivo central dessa pesquisa foi de aplicar e transferir técnicas de identificação de bens culturais representativos aos distintos grupos sociais, passivos de serem registrados ou tombados como Patrimônio Cultural de Corumbá-MS. Entendemos que exista elevado grau de complexidade quanto à temática apresentada neste projeto (fronteira, imigrantes, cultura, patrimônio cultural). Do ponto de vista da natureza, trata-se de uma pesquisa aplicada, pois está orientada para gerar conhecimentos de aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos e envolvendo interesses locais. No correr da revisão bibliográfica foram analisados estudos que permitiram estabelecer adequações visando a utilização de procedimentos exequíveis no contexto da realidade local. A identificação de bens culturais foi de forma participativa envolvendo a comunidade, através da elaboração de Mapas Afetivos, por alunos de cinco instituições de ensino de Corumbá-MS. Os resultados obtidos foram: elaboração de uma cartilha com todos os bens patrimoniais já registrados administrativamente para que os professores da rede de ensino tenham essas informações e possam trabalhar educação patrimonial em sala de aula; os elementos culturais apontados nos mapas afetivos geraram um relatório que foi entregue ao órgão gestor de cultura de Corumbá e Conselho de Políticas Culturais, fornecendo base para possíveis processos de registro ou tombamento de bens culturais; mas são necessárias novas pesquisas acerca dos bens culturais apontados como referências culturais a fim de compreender e identificar sentidos e valores que são constantemente produzidos e reelaborados pelas comunidades envolvidas.

Palavras-chave: cultura. patrimônio cultural. fronteira. imigração.

BORDER, IMMIGRANT AND CULTURAL HERITAGE: MANAGEMENT CHALLENGES BASED ON IMMIGRANT SUPPORT CIRCLE METHODOLOGIES IN CORUMBÁ, MS. 129p. 2021. Master's thesis (Post-Graduation course *Stricto Sensu* in Estudos Fronteiriços (Border Studies) Master's level, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus do Pantanal, Corumbá, MS).

ABSTRACT

This thesis is a result of my experience living in the border, some concerns about my professional performance and experience accumulated near the cultural communities in Corumbá and Ladário, in which I could consider the difficulties, necessities and strategies adopted by them to maintain their cultural practices. The main purpose of this research was applying and transferring techniques of identification of cultural representative goods to the distinctive social groups, which are plausible to be recognized and protected as Corumbá's Cultural Heritage. We believe there is a high level of complexity regarding to the presented theme in this project (border, immigrants, culture, cultural heritage). From the point of view of nature, it is an applied research, since it is oriented to generate practical appliance toward solving specific problems and involving local interests. During the bibliographical review some analyzed studies allowed an establishment of adjustments aiming the application of feasible procedures in the context of the local reality. The identification of cultural heritage was participatively, involving the community, through the construction of Affective Maps, made by students of five educational institutes in Corumbá-MS. The results obtained were: elaboration of a handout with all patrimonial goods already administratively registered in a way that teachers from the education network access this information and are able to work with patrimonial education in class; the cultural elements pointed in these affective maps generated a report which was handed to Corumbá's cultural management institution also to the Cultural Politics Council, providing basis to possible registration or safeguard processes of cultural heritage; yet further research is needed in order to understand and identify senses and values that are constantly produced as well as reworked by the communities involved.

Key words: culture. cultural heritage. border. immigration.

LISTA ILUSTRAÇÕES

Figura 01-	Oficina de Educação Patrimonial Escola Municipal CAIC Padre Ernesto Sassida.....	105
Figura 02-	Oficina de Educação Patrimonial Escola Municipal CAIC Padre Ernesto Sassida.....	106
Figura 03-	Oficina de Educação Patrimonial Escola Municipal Luiz Feitosa Rodrigues.....	106
Figura 04-	Construção Mapa Afetivo alunas do Instituto Moinho Cultural Sul Americano.....	106
Figura 05-	Construção do Mapa Afetivo pela aluna da Escola Municipal Tilma Fernandes Veiga.....	107
Figura 06-	Desenho para construção do Mapa Afetivo pelo aluno da Escola Luiz Feitosa Rodrigues.....	107
Figura 07-	Turma da Escola Rural Eutrópia Gomes Pedroso no encerramento do Projeto Patrimônio Vivo, a troca de saberes	107
Figura 08-	Turma da Escola Municipal CAIC Padre Ernesto Sassida no encerramento do Projeto Patrimônio Vivo, a troca de saberes.....	108
Figura 09-	Aluno da Escola Luiz Feitosa Rodrigues elaborando o Mapa Afetivo.....	108
Figura 10-	Mapas Afetivos construídos pelos alunos, da esquerda para direita Escolas Municipais Luiz Feitosa Rodrigues, Eutrópia Gomes Pedroso e CAIC Padre Ernesto Sassida.....	109

LISTA DE TABELAS

Tabela 01-	Bens tombados e/ ou registrados: Cidade de Corumbá – MS.....	33
Tabela 02-	Bens culturais apontados nos Mapas Afetivos.....	100

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF	Constituição Federal
FIC Pantanal	Fundo de Investimentos Culturais do Pantanal
MEF	Mestrado de Estudos Fronteiriços
PC	Patrimônio Cultural
PCI	Patrimônio Cultural Imaterial
PNPI	Programa Nacional de Patrimônio Imaterial
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ILA	Instituto Luiz de Albuquerque
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
INDL	Inventário Nacional da Diversidade Linguística
MT	Mato Grosso
MS	Mato Grosso do Sul
SNC	Sistema Nacional de Cultura
SSCH	Seleta Sociedade Caritativa e Humanitária
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
CAPÍTULO 1	17
CORUMBÁ: UM QUADRO DE RELAÇÕES CULTURAIS.....	17
1.1. Elementos para compreensão da formação social de Corumbá	17
1.2. Fronteira e práticas culturais ligadas as camadas populares	22
1.3. Patrimônio Cultural de Corumbá.....	30
CAPÍTULO 2.....	50
IMPASSES DA CULTURA LOCAL	50
2.1. Cultura de fronteira e o seu Patrimônio Cultural	50
2.2. Migração, fronteira e apropriação do Patrimônio Cultural	58
2.3. Patrimônio Cultural: Impasses.....	67
CAPITULO 3.....	81
NOVAS PERSPECTIVAS SOBRE A CULTURA E O PATRIMÔNIO CULTURAL LOCAL.....	81
3.1. Novas abordagens para identificação e documentação do Patrimônio Cultural de Corumbá.....	81
3.2. Identificação de Referências Culturais	89
a)Projeto Patrimônio Vivo: a troca de saberes.....	92
b)Projeto Encontro dos Mestres (as) da Cultura Popular de Corumbá e Ladário”	108
c)“Corumbá entre Ruas e cemitérios: o tempo e o silêncio”	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
REFERÊNCIAS.....	122

APRESENTAÇÃO

O momento vivenciado durante a elaboração desse trabalho exigiu uma adaptação inesperada na nossa rotina, uma vez que conviver há mais de um ano e meio com a pandemia do Covid-19 gerou um momento de muita insegurança, medo e tristeza. Adaptarmo-nos a essa rotina de distanciamento social aliada aos sentimentos de medo e insegurança impactou profundamente nossa vida pessoal e profissional. Estávamos, até então, habituados a estar no meio de “gente”, dialogar, ouvir, observar e aprender com os integrantes da comunidade cultural de Corumbá e Ladário. Sem essa possibilidade de contato presencial, sentimos uma imensa dificuldade em dar continuidade aos nossos trabalhos.

E não estamos sozinhos nesse contexto: todos os integrantes das comunidades culturais da região foram impactados pelo momento pandêmico, algo ainda não mensurado. A maioria dos entrevistados nos dois projetos de audiovisual que realizamos durante a pandemia afirmou ter sentido o impacto da pandemia em suas vidas financeiras. Além disso, alguns relataram estar tristes por não realizarem suas ações culturais, pois dependem de “gente reunida” para que possam atuar. Tais questões nos inquietam quanto ao cenário que vivenciaremos no pós-covid, pois as desigualdades sociais e culturais existentes foram acentuadas.

Geralmente em momentos de crise, uma das primeiras áreas a sofrerem cortes financeiros é a da cultura, tratando-a como algo não necessário e não fundamental na vida do ser humano. Vimos uma série de ações nesse sentido, tanto no setor privado quanto público em fechar equipamentos culturais - falamos sobre um fechamento definitivo e não fechamento temporário devido ao momento vivido. Presenciamos um verdadeiro desmonte em instituições ligadas à cultura e patrimônio cultural, por isso muito nos preocupa qual cenário nos espera pós-pandemia diante de tamanho retrocesso. Os brasileiros e brasileiras de todas as situações econômicas, localizações, origens étnicas, gênero e faixa etária terão seus direitos culturais assegurados?

Pensando em desigualdades no setor cultural, nosso projeto de pesquisa proposto no ano de 2019 preconizou a abordagem de questões ligadas ao tratamento desigual feito às práticas culturais ligadas às camadas populares, bem como os registros historiográficos de Corumbá serem feitos ocultando a participação e contribuição dessa camada social. O alinhamento da narrativa historiográfica elitista às políticas patrimoniais gerou consequências no campo do patrimônio cultural, não expressando a vida dessa sociedade complexa e multifacetada, pois os

bens culturais ligados aos grupos subalternizados ficaram em segundo plano, ainda seguindo carente de identificação, registro e preservação.

Esta dissertação é fruto da experiência acumulada durante dois momentos profissionais, somando dez anos de atuação junto às comunidades culturais de Corumbá e Ladário, nas quais pude vislumbrar as dificuldades, necessidades e estratégias adotadas por eles para manterem suas práticas culturais. O primeiro momento foi enquanto gestora pública de cultura por cinco anos no município de Ladário e o segundo como consultora e produtora cultural frente à Empresa Saber Cultura, desde 2017 até a atualidade. As práticas e vivências no exercício da função tanto do setor público quanto sociedade civil, nos proporcionaram uma visão sobre a importância de ações conjuntas que envolvam áreas interdisciplinares de ambos os setores no campo da cultura e do patrimônio cultural. Dificilmente as ações de preservação ou salvaguarda terão êxito, se elas não envolverem diferentes áreas: história, geografia, meio ambiente, educação, sociologia e antropologia, bem como os diferentes setores da sociedade que estão envolvidos direta ou indiretamente na gestão do patrimônio.

Em 2017, tivemos a oportunidade de participar de atividades do Circuito de Apoio ao Imigrante, e nos chamou a atenção sua atmosfera de interlocução e aplicabilidade de ações entre os órgãos que atuam direta e indiretamente com o tema fronteira e imigração. Ao trazermos ambos os temas para o campo da cultura e patrimônio cultural, percebemos que esta região se apresenta como um campo fértil para pesquisas, devido às trocas e interações culturais entre os atores sociais fronteiriços.

No ano de 2018, concluímos uma especialização em Educação e Patrimônio Cultural e Artístico ofertada pela Universidade de Brasília e, como trabalho de conclusão de curso, desenvolvemos uma pesquisa especificamente sobre a relação da população de Corumbá com o Patrimônio Cultural local. Durante a pesquisa, reunimos todas as leis de registros e tombamentos realizados pelo poder público, o que nos deu base para fazermos uma leitura mais detalhada sobre a trajetória das políticas patrimoniais de Corumbá-MS. Esta especialização nos trouxe também conhecimentos e formação crítica acerca da condução do Patrimônio Cultural local. Como continuidade dessa pesquisa realizada, colocamos em ação alguns apontamentos realizados nela e, no ano de 2019, tivemos a oportunidade de desenvolver o projeto “Patrimônio Vivo- a troca de saberes” com financiamento do Fundo de Investimentos Culturais do Pantanal.

O ano de 2019 foi um divisor de águas em nossa vida profissional, pois tivemos a oportunidade de executar dois projetos voltados ao Patrimônio e ingressar no Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Estudos Fronteiriços na Universidade Federal de Mato Grosso do

Sul/ MEF- UFMS, a mesma universidade que, no ano de 2004, havia me proporcionado ingressar na graduação em Ciências Sociais. Desde nossa saída de Corumbá para cursar Ciências Sociais em Campo Grande, sempre tivemos em mente estudar e voltar para contribuirmos de alguma maneira com a cidade, espero que ao longo da caminhada tenhamos êxito.

Em nossa pesquisa dentro do Mestrado de Estudos Fronteiriços, tivemos por objetivo aplicar e transferir técnicas de identificação de bens culturais representativos aos distintos grupos sociais, passivos de serem registrados ou tombados como Patrimônio Cultural de Corumbá-MS. O ponto de partida foi de buscar entender como os grupos dominantes na cidade definiram/definem o que deve ou não ser reconhecido como Patrimônio Cultural, levando à exclusão de outros elementos culturais que eles não entendem como importantes de serem reconhecidos. Outro fato relevante é o discurso hegemônico que esses grupos recorrem para controlar melhor o Patrimônio, como por exemplo consagrar como superiores certas áreas da cidade: a região central e as demais como se não possuíssem elementos culturais de tamanha importância para a cidade.

Esses conflitos que acompanham o Patrimônio de Corumbá, desde sua formação e as diferentes formas de apropriação necessitam ser reconhecidos, pois a área do Patrimônio Cultural local se apresenta como um espaço de luta material e simbólica entre os distintos grupos que formaram e formam a cidade. Entendemos a importância desse patrimônio já reconhecido, mas ele não é exclusivo na cidade, havendo vários elementos culturais emergentes que necessitam ser reconhecidos por serem referência cultural dos diferentes grupos que formam a cidade, especialmente os ligados às camadas populares.

Para balizar nossos estudos no campo do patrimônio cultural, os autores brasileiros com atuação no IPHAN ou no Conselho Consultivo da instituição, como Maria Cecília Londres Fonseca, Márcia Sant'Anna, José Reginaldo Gonçalves, Antonio Augusto Arantes, Sonia Rampim Florêncio se tornaram leitura obrigatória a quem se dedica ao tema patrimônio cultural. E ainda, um autor que nos balizou tanto no campo do patrimônio cultural quanto no da cultura popular, Néstor Garcia Canclini.

Esta pesquisa está dividida em três partes; no capítulo um buscamos ilustrar a diversidade étnica na história de Corumbá e seus elementos culturais: como as novas percepções sobre o passado da região podem contribuir para o entendimento da diversidade cultural existente na

cidade. Apresentamos também os bens patrimoniais de Corumbá e o contexto em que se formam.

No capítulo dois abordamos alguns elementos que envolvem a cultura fronteiriça, alguns pontos da relação com os bolivianos e demais imigrantes, como essas interações entre pessoas portadoras de diferentes culturas tornam Corumbá uma espécie de “mosaico cultural”, não cabendo a reprodução de conceitos e políticas públicas engessados ou que tentem enquadrar a cultura de fronteira em algum esquema único e homogêneo.

Já o capítulo três buscamos investigar elementos culturais emergentes hoje, fruto das relações sociais na fronteira e que necessitam ser reconhecidos, para não reproduzirmos aquela associação que é feita acerca do patrimônio cultural como algo ligado a momentos memoráveis da história ou imóveis de relevância na formação da região. Sendo assim, apresentamos alguns elementos culturais que possuem importância para a população local, visando fazer uma leitura atual da cultura local, em especial os associados às camadas populares e que necessitam ser reconhecidos como integrantes da cultura local.

Destaco que optei por escrever em terceira pessoa do plural, mas em na apresentação, considerações finais e em alguns relatos fruto de minha experiência profissional escrevo em primeira pessoa do singular.

CAPÍTULO 1

CORUMBÁ: UM QUADRO DE RELAÇÕES CULTURAIS

1.1. Elementos para compreensão da formação social de Corumbá

Corumbá, uma cidade fronteiriça por ter seus limites territoriais com a Bolívia, está localizada no Pantanal do Mato Grosso do Sul e no centro do continente sul-americano. A história da região onde está localizada a cidade de Corumbá é anterior à colonização Ibérica, pois já era ocupada pelos povos originários de diferentes etnias e, após a chegada dos ibéricos, a ocupação da região passa a contar com a presença dos africanos escravizados e imigrantes de outras nacionalidades. O reconhecimento da presença de diferentes povos é importante para entendermos o processo de ocupação da região, nos possibilitando valorizar a contribuição da população subalternizada, em particular no campo cultural.

Sua história é ainda permeada pela convivência desses povos que lhe conferem constantemente novas relações sociais e culturais decorrentes da interação entre eles, pois todos esses povos são detentores de cultura e transformadores do espaço físico da cidade. Nesse sentido, Raffestin (1993) nos ensina que o espaço é a realidade inicial encontrada pelos atores sociais, os quais produzem o território a partir da apropriação que fazem dele através da “territorialização”, ou seja, está ligada a relações políticas, econômicas e culturais de como as pessoas se organizam e se ligam simbolicamente ao espaço. Novas percepções sobre o passado da região podem contribuir para entendermos as complexidades, dinâmicas e vivências das relações culturais que ocorrem hoje nesse espaço fronteiriço que também é destino de fluxos migratórios, nos permitindo reconhecer os diversos elementos culturais produzidos atualmente e superarmos ideias ligadas a identidade única, pureza cultural e autenticidade.

Essa cidade fronteiriça se apresenta como um palco privilegiado para estudos, inclusive na atualidade, dada sua dinâmica proporcionada pelos elementos fronteira e imigração. Foucher (2009) nos ensina que a fronteira deve ser pensada como um ponto de contato, na qual os diferentes acabam se mesclando, sobrepondo e misturando. Todos estes elementos contribuem para a pluralidade cultural da cidade que não deve ser pensada como homogênea e de identidade

única, ela é possuidora de múltiplos territórios culturais onde os indivíduos se apropriam deles de maneira diversa. E, se a partir daí olharmos o todo, identificaremos a variedade de saberes, fazeres, práticas, costumes, manifestações culturais e religiosas, culinária, materialidades entre outros. Assim, encontramos alguns dos bens patrimoniais reconhecidos administrativamente pelo poder público e, também, os que não possuem tais reconhecimentos, mas que são reconhecidos pela população como Patrimônio Cultural, possuindo igual valor.

Do período anterior a ocupação Ibérica, vestígios materiais registrados em sítios arqueológicos marcam a ocupação indígena nessa região, dentre estudos arqueológicos estão os do arqueólogo Eremites de Oliveira (1995); (2002); (2008) e outros que demonstram o passado da ocupação indígenas nos arredores de Corumbá e Ladário e outras regiões do Pantanal, exemplos: as inscrições rupestres na Fazenda Band'Alta; sítio arqueológico MS-CP-22 na região da pedreira na proximidade da SSCH (Seleta Sociedade Caritativa e Humanitária) em Ladário, entre outras materialidades do período de ocupação pré-colonial que estão distribuídas ao longo do Pantanal. Estudos feitos no século XX por Max Schmidt (1942) considerado o pioneiro dos estudos arqueológicos nessa região pantaneira, na pesquisa "Estudos de Etnologia brasileira", nos apresenta importantes contribuições sobre a organização sociocultural dos guató, nos fornecendo registros das materialidades artesanais produzidas por eles, como o uso do couro, artefatos de uso doméstico e de trabalho, descrevendo também a estrutura das habitações, língua, territorialidades entre outros. Importante destacar que um dos poucos registros que possuímos no início do século XX sobre o Cururu e a viola de cocho foi realizado por Schmidt (1942) nessa sua passagem entre os guató para a publicação do livro acima.

Com relação aos demais integrantes das camadas populares, Oliveira, Oliveira, Rodrigues (2020) nos mostram como nos fins do século XIX e início do século XX elementos culturais foram formados naquele período, sendo que muitos deles atualmente são reconhecidos administrativamente como Patrimônio Cultural. Os autores detalham também as diferentes maneiras que os grupos formadores da sociedade corumbaense daquele período se apropriavam da cidade, como eles organizavam e simbolizavam a vida social naquele período. No estudo realizado por esses autores podemos, observar que os produtos gerados pelas classes populares daquela Corumbá em formação e urbanização, são representativos na história de Corumbá hoje, mesmo que por anos tenham sido ocultados na historiografia local. Dentre os elementos culturais daquele período e que possuem representatividade na história hoje estão especialmente

as imaterialidades ligadas às práticas culturais das classes populares, como por exemplo: o Carnaval, o São João, o Cururu e o modo de fazer a viola de cocho.

Neste aspecto, consideramos importante realizar uma reflexão sobre grupos subalternizados no espaço da cidade no período pós-guerra da Tríplice Aliança. Isso porque é necessário o reconhecimento desses grupos sociais como formadores dos traços culturais da cidade, além dos consagrados pela memória da elite local. Falar sobre pobres e livres é um dos caminhos a ser trilhado nessa reflexão. Os estudos que contemplam pessoas pertencentes às camadas sociais subalternizadas ganham espaço na historiografia a partir de 1970, uma vez que os populares e sua vida cotidiana passam a ser incluídos nas produções historiográficas, pois, até então grande parte dos estudos destacava o papel das elites, Sena (2010). Juntamente com indígenas e cativos as camadas populares de Corumbá eram formadas por uma outra categoria social, a de “livres e pobres”, esta era uma parcela da população composta por homens e mulheres que não pertenciam as elites ou famílias tradicionais e que foram relegadas por alguns estudiosos, Sena (2020).

No século XIX a sociedade brasileira era composta por escravizados, livres e pobres e senhores, Sena (2013). Esta era uma sociedade escravista, patriarcal e eurocêntrica, a qual via a miscigenação como uma característica negativa e que levaria a sociedade brasileira ao desaparecimento devido a mistura das “raças”: negro, branco e indígena. Um pensamento impregnado pela teoria do evolucionismo cultural, que estabelecia hierarquia entre os distintos povos e o centro de tudo para julgar os demais povos era a cultura europeia. Os povos externos à Europa eram vistos como atrasados, sem cultura e não civilizados. Dentro de uma escala evolutiva precisavam ser civilizados para atingirem o topo civilizatório que seria a cultura europeia.

Sena (2013) explica que na sociedade da época haviam distintos níveis de pobreza e os padrões de vida desses homens e mulheres variavam muito, sendo necessário termos cuidado com generalizações para não incorrerem nos erros de enquadrá-los em análises fechadas e restritas. O autor detalha como era composta a categoria social de livres e pobres:

[...] pessoas brancas (portugueses e brasileiros não índios), negros livres; indígenas e seus respectivos descendentes; mestiços, denominados cabras, mulatos, crioulos, caborés, pardos etc. Moravam nos ambientes rurais, urbanos e militares; eram mulheres, homens, crianças etc. (SENA, 2013, p.20).

Nas primeiras décadas do século XIX no processo de ocupação dessa região na qual atualmente estão situadas as cidades de Corumbá e Miranda, Sena (2010) destaca que na região registrou-se a mestiços, brancos, negros livres e escravos e indígenas, alguns empregados em áreas rurais situadas no entorno das cidades de Corumbá e Miranda. De acordo com Sena

(2013), no final do período escravista, a população local era composta por membros da elite política e econômica, camadas médias (pequenos comerciantes etc.), escravizados e trabalhadores livres, que já incluíam os migrantes internacionais de origens variadas.

A convivência entre diferentes camadas sociais naquele espaço que se formava, era permeada por conflitos. Havia de um lado uma classe dominante e emergente com objetivo de efetivar um projeto de urbanização e modernização da cidade que ditavam modelos civilizatórios aos habitantes daquele espaço que se formava, muitas vezes por meio de leis, como mostram Oliveira, Oliveira e Rodrigues (2020), sobre trânsito de carroças no período noturno para atender às demandas do comércio portuário, que até então fazia com que a cidade amanhecesse suja. De outro lado, trabalhadores livres e pobres que empregavam sua força de trabalho em atividades essenciais para o funcionamento das cidades, mas que não tinham essa importância reconhecida pelas camadas dominantes. Em determinados momentos eram vistos como um empecilho ao status de cidade moderna e civilizada, por isso as práticas, costumes e formas de sociabilidade dos livres e pobres faziam com que eles fossem vistos como desocupados ou causadores de desordem.

Souza (2008) destaca que a rua era um espaço de sociabilidade das camadas populares, sendo que ali realizavam corridas de cavalo, burro e carroças. Era muito comum a presença de animais nas ruas, eles não eram apenas um instrumento para esses trabalhadores desempenharem suas funções, como também estavam inseridos nos momentos de lazer e diversão. Tal fato não era bem aceito pela classe dominante e autoridades da época com a justificativa de prejudicar a imagem daquela cidade moderna e civilizada que almejavam construir.

Os grupos subalternizados também faziam parte daquele espaço urbano que se formava no período pós-guerra contra o Paraguai, tanto é que nesse período, dois bairros criados foram ocupados por alguns desses grupos: Sarobá (atual Borrowsky) e Acampamento de Cima (atual Cervejaria). Naquele momento os dois bairros foram excluídos do primeiro projeto de urbanização de Corumbá, denominado “Projeto Delamare”. Tal projeto foi delineado por Joaquim Raymundo Delamare, presidente da província de Mato Grosso, que consistiu em planejar o traçado urbano em formato de tabuleiro de xadrez da então Vila de Corumbá, desenhando ruas, igrejas e praças, esse planejamento de urbanização foi interrompido devido ao início da Guerra da Tríplice Aliança e retomado ao final dela, Cancian (2005).

Percebe-se que há um apagamento na história local sobre as histórias da população, práticas culturais, formas de sociabilidade e a contribuição dessa parcela da população para formação de Corumbá. Atualmente os dois bairros ainda sofrem pela omissão e negligência do poder público, pois continuam sendo vistos como bairros violentos e seus moradores estigmatizados pelos grupos hegemônicos da cidade.

Com relação ao Sarobá, independentemente da maneira como eram vistos pelo restante da população, no bairro havia vida, práticas culturais e momentos de lazer, ou seja, mesmo diante das precárias condições de vida impostas aos seus moradores eles se territorializavam se apropriando materialmente daquele espaço ao formarem o bairro. Simbolicamente, praticando sua cultura tocando samba, comemorando a Festa de São Sebastião, formando as rodas de Cururu, registros estes trazidos por Lobivar de Matos de forma poética, mas que marcavam as práticas culturais daquele povo.

Posteriormente a partir de 1940, o bairro recebe duas famílias remanescentes de quilombos, as famílias Ozório e Campos Correa que migram para Corumbá, em momentos distintos. Para Souza; Moretti (2018) elas não possuem ligação com os ex-cativos de Corumbá, vieram de outras cidades e ocupam núcleos dentro das imediações do Borrowsky (antigo Sarobá), ambas são identificadas pelos autores como ribeirinhas. Atualmente há necessidade de novas pesquisas acerca da identificação e valorização dos saberes, práticas, histórias entre outros elementos ligados a essas comunidades quilombolas.

A família Campos Correa é a mais vulnerável devido a negligência do poder público, conforme matéria disponível no site do Ministério Público Federal no ano de 2020. Os cem integrantes dessa família encontram-se em vulnerabilidade social, por estarem sendo privados de seus direitos fundamentais de acesso à água potável, saneamento básico, coleta de lixo e fornecimento de energia. Além dessa omissão por parte do poder público, eles ainda precisam conviver com uma barreira física que impede a locomoção deles dentro do seu território, pois o proprietário de um terreno vizinho à área em que eles vivem construiu um muro impedindo a passagem dos moradores da comunidade Campo Correa que ao saírem do bairro, necessitam fazer um trajeto mais longo e de difícil acesso para idosos.

Souza; Moretti (2019) em seus estudos nos mostram que atualmente há três famílias certificadas pela Fundação Palmares como quilombolas em Corumbá: Família Campos Correa; Ozório e Maria Theodora de Paula esta última chegando em Corumbá em 1920 e se fixando na parte alta de Corumbá (hoje Bairro Nossa Senhora de Fátima). Os mesmos autores relatam que no ano 2011 foram mapeadas mais oito comunidades quilombolas, cinco na zona urbana e três

na zona rural, dentre elas apenas três foram certificadas, todas necessitando de estudos e pesquisas acerca de sua história e cultura, pois algumas aguardam processo de certificação e a realização de estudos antropológicos.

Tais fatos demonstram que a segregação ocorrida no espaço urbano nos fins do século XIX perdura até o século XXI, a exemplo das comunidades que se autodeclaram remanescentes de quilombolas ainda lutam para terem seus direitos garantidos e reconhecidos, assim como terem acesso a elementos básicos para sobrevivência: água, energia, saneamento e o seu território.

Novos estudos podem colaborar para minimizar os efeitos desse apagamento histórico imposto as camadas subalternizadas, atualmente essa parcela da população corumbaense ainda luta pelo direito de existir e fazer parte do espaço da cidade. As formas de sociabilidade, maneiras de viver, costumes e práticas adotadas pelos integrantes dessa parcela da população, também fazem parte da história e cultura corumbaense, necessitando serem reconhecidas como tal.

Talvez o discurso muito reproduzido pelo senso comum na cidade de que Corumbá é “atrasada e isolada”, não esteja ligada a um isolamento geográfico, mas sim uma visão “limitada” e impregnada de etnocentrismo, a qual sustenta um discurso elitista que ganhou força entre a população local. E essa visão impossibilita muitos enxergarem e valorizarem a pluralidade da história e cultura de Corumbá.

Não há mais espaço para visão etnocêntrica e que não reconheça a diversidade cultural corumbaense, que marcou a historiografia da cidade durante anos. A cidade de Corumbá foi e é formada por todos os povos que nela vivem. Ao estudarmos sobre a história e cultura local, precisamos reconhecer a contribuição de cada povo que vive na cidade, deixando de lado conceitos nacionalista e conservadores que buscam enquadrar nossa cultura como homogênea e de identidade única.

1.2. Fronteira e práticas culturais ligadas as camadas populares

A convivência e interação fronteiriça ocorrem na região desde os tempos coloniais, conforme mostra Volpato (1993) quando nos apresenta as estratégias de sobrevivência criadas por portugueses e espanhóis, indígenas e cativos que habitavam a região do antigo Mato Grosso-MT. Exemplo disso é o intercambio que realizavam como forma de sobrevivência e as fugas que ocorriam para os territórios de ambas as Coroas. De acordo com a mesma autora, a

movimentação migratória na região era intensa e o fluxo envolvia colonos, indígenas, escravizados, soldados e contrabandistas, estes quando eram descobertos pela autoridade do seu território fugiam para o outro lado dos limites da fronteira.

E essa convivência fronteiriça se intensificava na região nos fins do século XIX, pois do lado brasileiro Corumbá se formava enquanto cidade e do lado boliviano surgiam dois povoados, Pedra Branca formado por um grupo étnico provavelmente os Chiquitanos e posteriormente a ele é fundado em 10 de novembro de 1875 Puerto Suarez, Maia (2014). Com esse espaço fronteiriço povoado, seus atores sociais criavam estratégias de sobrevivência, como por exemplo os mecanismos de fuga adotados por cativos ou homens livres que viviam no Brasil. No caso dos cativos, fugir para o país vizinho era oportunidade de se livrarem dos horrores impostos pela escravidão, pois na Bolívia a escravidão havia sido proibida em 1826, ou seja, sessenta e dois anos antes da abolição da escravidão oficial no Brasil.

Os arquivos do primeiro periódico que circulou em Corumbá, **O Iniciador**, criado em 08 de janeiro de 1877 pelos imigrantes portugueses Manoel Antonio Guimarães e Silvestre Antunes Pereira da Serra, Souza (2008), nos dão pistas cotidianas da cidade naquele período. Em consultas aos arquivos *online* disponíveis na Biblioteca Nacional, encontramos cópias do jornal **O Iniciador**, de acordo com registros do jornal as fugas eram comuns para o lado boliviano. Encontramos entre os anos de 1880-1882 registros de recompensa para quem encontrasse livres fugitivos ou anúncio de escravizados que escaparam para o lado boliviano, oferecendo-se recompensa a quem entregasse os escravizados.

Brazil (2002) também destaca essa estratégia adotada pelos atores sociais fronteiriços, os escravos fugiam para além das fronteiras e para as matas criando núcleos de resistência. Segundo a autora, a organização de expedições para capturar negros fugitivos aquilombados ou refugiados era comum em países fronteiriços como Peru, Bolívia e Paraguai. No mesmo sentido, o jornal **O Iniciador** de 1880 traz um aviso de necessidade de autorização da autoridade policial para entrar na Bolívia, a qual deveria ser apresentada ao comandante de Pedra Branca, no lado boliviano. Tal medida seria de controle fronteiriço para evitar fuga de escravos fugitivos ou criminosos para o país vizinho. Em outro exemplar do jornal **O Iniciador** de 03 de junho de 1880, há a publicação de um pedido de Habeas Corpus a favor de dois presos sob tutela do Estado boliviano, Santiago Olivar e Januário Manoel Vianna por terem ultrapassado a linha de limites com a Bolívia a fim de capturar escravos fugitivos.

Em documento consultado no **Acervo da Câmara Municipal de Corumbá**, encontramos registros sobre a necessidade de fiscalização dos limites territoriais com a Bolívia

a fim de coibir os contrabandos de mercadoria, sendo possível observar como essa região de fronteira já se estabelecia conforme suas porosidades, dinamismo e com relações de convivência semelhantes as atuais, permitindo-nos entender que apenas o contexto é modificado, e como as relações estabelecidas na fronteira são parecidas.

Com relação ao comércio oficial entre Brasil e Bolívia alguns registros dão conta dessas relações, no jornal **O Iniciador** divulgava-se a venda de produtos nas casas comerciais corumbaenses importados, dentre eles há um anúncio de chocolate importado da Bolívia. Em outro documento, nos **Arquivos da Alfandega de Corumbá** (Acervo da Fundação Municipal de Cultura de Corumbá) encontramos registros de entrada de navios bolivianos carregados de madeira em quantidade considerável, importada da Bolívia.

Esses traços da vida econômica, bem como os conflitos entre os atores sociais demonstram como as relações fronteiriças estavam sendo estabelecidas há tempos. Essa região já demonstrava acontecimentos ligados à sua dinâmica e porosidades, semelhantes às que vemos estabelecidas hoje nesse processo de troca, vivências, complexidades e singularidades típicas de região fronteiriça.

É importante destacar que além de Corumbá ser marcada nos fins do século XIX pelo recebimento de movimentos migratórios, a cidade também intensificava suas relações enquanto fronteira. As relações comerciais fluviais de exportação e importação com a Bolívia se estabeleciam naquele momento, ou seja, o comércio não era realizado apenas com os países platinos e europeus, mas também com a Bolívia, segundo documentos da Alfandega que registravam várias entradas de madeira vinda da Bolívia através de navios que aqui aportavam.

A burguesia emergente em Corumbá buscava representar a cidade como moderna, dentro desse projeto de desenvolvimento da região foi implantado alguns símbolos da modernidade, sendo eles: imprensa (1877), telégrafo (1904), energia elétrica (1912) e ferrovia (1914).

O contato com outras localidades e pessoas foi intensificado com a chegada da ferrovia, a sociedade corumbaense vivenciava a chegada da linha férrea no distrito de Porto Esperança em 1914, de lá as mercadorias e pessoas seguiam viagem em embarcações via Rio Paraguai. As obras da linha férrea até Porto Esperança foi a primeira Estrada de Ferro do antigo MT, unindo a civilização e a natureza, trazia civilização ao Pantanal era visto como terrível, inabitável e inóspito, Souza (2008).

O desenvolvimento da região foi marcado por etapas, uma delas foi a construção da Ponte Eurico Gaspar Dutra iniciada em 1938, conhecida popularmente como Ponte de Porto

Esperança. Segundo Azevedo (1950) essa ponte foi planejada para transpassar um hiato do “Rio Paraguai”, sendo uma das mais importantes obras de engenharia da América do Sul, ou seja, a importância da Ponte de Porto Esperança para região seria de ligar a linha férrea brasileira e boliviana, possibilitando o escoamento de mercadorias e fluxo de pessoas. Ela foi concluída em 1945, mas foi inaugurada em 21 de setembro de 1947, sua construção durou um período extenso devido as enchentes comuns na região. Essa ponte caracterizada como ponte quase internacional por promover a ligação da linha férrea brasileira e boliviana, ela possui grande importância no trajeto da estrada de Ferro Noroeste do Brasil, segundo D’Almeida (2011) ela representa uma obra de arte devido as técnicas construtivas, bem diferentes das demais obras realizadas ao longo da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, feitas sem tal planejamento e técnicas.

Azevedo (1950) nos traz a informação de que a Ponte Eurico Gaspar Dutra seria parte de um plano para ligar os Oceanos Pacífico e Atlântico, isso ilustra a proporção desse monumento que fez parte de um planejamento econômico e militar da região, deixando evidente o contexto histórico em que essa bem patrimonial é formado.

A ponte Eurico Gaspar Dutra é considerada um marco na Arquitetura Moderna brasileira, sendo reconhecida pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 29 de novembro de 2012, como Patrimônio Cultural brasileiro, inscrito em três dos quatro livros de Tombo existentes, sendo eles Livro de Tombo: Histórico; Belas Artes; Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

E esse projeto econômico que possibilitaria o escoamento mercadorias e trânsito de pessoas, tem sua continuidade com a construção de mais um trecho da Estrada de Ferro que ligaria Corumbá a Santa Cruz, para que fosse possível a construção dessa parte da ferrovia foi criada a Comissão Mista Brasil-Bolívia. A partir desse momento Corumbá se transforma num grande canteiro de obras, pois esse projeto atrai trabalhadores de vários lugares por conta da possibilidade de emprego, dentre eles estão os indígenas Camba- Chiquitano que migram para Corumbá, entre 1970 e 1980.

Sayad (1998) nos ensina que a condição do imigrante está ligada ao trabalho, sendo vistos apenas como força de trabalho. Os Camba-Chiquitano foram atraídos para Corumbá pela oportunidade de trabalho ligada a construção da ferrovia, com intuito de trabalharem na construção da estrada como imigrantes provisórios e temporários, contudo não retornaram ao seu país de origem e permaneceram na cidade.

Ao chegarem em Corumbá esses imigrantes ocupam um território localizado dentro do Bairro Cristo Redentor atualmente identificado como Reduto São Francisco, mas este também recebe outra denominação com sentido pejorativo: Bugreiro, Silva (2009). Por consequência, hoje requerem o reconhecimento do seu território e carregam um duplo desafio, o de ser indígena e imigrante. Esse território figura como um espaço de acolhimento aos indígenas residentes na área urbana pois nele também foram identificados indígenas de outras etnias, conforme apontado por Silva (2009) no bairro e nas suas imediações vivem alguns indígenas da etnia Guató e Terena.

As relações fronteiriças se fizeram presentes na área rural de Corumbá e Puerto Suarez a partir do início do século XX com o Assentamento Rural El Carmen de La Frontera (lado boliviano). De acordo com levantamento feito por Sabatel (2013), o assentamento foi fundado em 16 de julho de 1905, data em que se comemora Nossa Senhora do Carmo, tanto do lado brasileiro em Forte Coimbra, quanto do lado boliviano no Assentamento Rural El Carmen de La Frontera este recebendo o nome em homenagem a Nossa Senhora do Carmo.

Por isso ao analisarmos a ocupação da região na perspectiva boliviana, não devemos considerar Puerto Suarez como o único povoamento fronteiriço, mas também Pedra Branca e o Assentamento El Carmem de La Frontera. Este realizava trocas de produtos excedentes em suas atividades ligadas a subsistência. De acordo com informações trazidas por Oliveira; Oliveira; Rodrigues (2020) registros orais sugerem a presença de ex-cativos brasileiros na formação dessa comunidade.

E na perspectiva brasileira a ocupação nessa área rural se dá a partir da década de 1980 com o loteamento de terras doadas pela União para os três Assentamentos do lado brasileiro: Tamarineiro I e II e o Paiolzinho, todos eles se formam nas imediações da Estrada do Jacadigo. A partir dessa ocupação por famílias nesses assentamentos rurais de ambos países se intensifica o contato, a interação e as trocas materiais construídas pelos moradores daquele território, através de pequenas trocas comerciais, participação em festas organizadas nas comunidades locais, convivência em ambiente escolar, entre outros, Sabatel (2013). De acordo com a autora, algumas manifestações culturais são organizadas pelas comunidades de ambos os países, como por exemplo a Festa de São João organizada por alguns moradores do lado brasileiro, e a Festa de Nossa Senhora do Carmo do lado boliviano, nesta é celebrada uma missa conduzida por dois padres, um brasileiro e outro boliviano. As manifestações registradas pela autora necessitam de novas pesquisas para analisar especificamente as características e elementos de cada uma delas.

Retornando ao ambiente urbano e ao contexto atual, a culinária comercializada em Corumbá é um dos exercícios que nos permite entender a influência e a presença de diferentes povos e nacionalidades que habitam a região. Ela se apresenta como uma estratégia dos imigrantes manterem seus vínculos com o seu país de origem e praticarem sua cultura, a culinária quando partilhada com familiares e amigos assemelha-se a uma espécie de celebração.

Ao apreciarmos a culinária disponível em Corumbá, podemos compreender um pouco da história local por meio da comida comercializada nos restaurantes locais, lanchonetes, feiras livres, calçadas e vendedores ambulantes. Inclusive nas redes sociais que, em tempos de distanciamento e isolamento social, apresentam-se como estratégias para diversos produtos do comércio local, sendo comum encontrarmos divulgações de produtos da culinária boliviana, árabe, italiana, portuguesa, paraguaia entre outros. Além disso, pelas ruas da cidade podemos encontrar restaurantes e lanchonetes que comercializem esses pratos, permitindo-nos visualizar como a culinária se torna uma estratégia de fonte de renda para os imigrantes que aqui se estabeleceram, por estar sendo apropriada pela população local.

Pelas ruas da cidade de Corumbá ou em redes sociais, podemos encontrar lanchonetes ou vendedores ambulantes comercializando o majadito, pica a lo macho, arroz boliviano, saltenha, empanadas, tortilhas e demais pães típicos da culinária boliviana. Encontramos também circulando pelos bairros da cidade mulheres vendedoras ambulantes, de origem ou descendência boliviana carregando suas caixas plásticas transparentes com pães, tortilhas e empanadas quentinhas nos fins de tarde.

Comerciantes da culinária árabe mantem seus produtos diariamente a disposição da população, além de contarmos com restaurantes existentes há muitos anos, podendo esses produtos serem adquiridos pelas redes sociais e aplicativos de refeição que oferecem entrega em casa.

Sem dúvida Corumbá figura como um lugar de travessia, fixação para novas oportunidades e intercâmbio entre os povos que nela vivem, ou seja, em vários momentos o tema da imigração e fronteira serão vistos como inseparáveis ao se pensar a cidade. E conseqüentemente pensar a cultura da região não pode excluir os povos originários, a fronteira e imigração.

A fronteira, a imigração e o Pantanal estão presentes além das materialidades, hábitos, costumes, manifestações culturais ou religiosas. Estão também na linguagem ou linguajar do corumbaense que de certa forma se apresenta como bem singular. Quando um corumbaense

está em outra cidade do MS ele é reconhecido facilmente, por se tratar de uma forma de falar as palavras e expressões com som e significados único e característico.

Quanto as práticas culturais alguns conflitos permeiam as relações entre os diferentes atores sociais que vivenciam a cidade e seus interesses ora convergem, ora divergem. Na Corumbá que se formava e modernizava algumas práticas ligadas às camadas populares não eram bem vistas pelas autoridades daquele período, e o conflito se expressa quando aquela classe dominante buscava civilizar a população local. Para isso estratégias eram estabelecidas na tentativa disciplinar a população através do trabalho e controlar seus momentos de lazer, Sena (2020). Um fato comum era o acionamento de forças policiais para conter possíveis desordens geradas em momentos de lazer dos grupos subalternizados, como por exemplo relatado por Rocha (1997) na descida do Banho de São João, fato em que os festeiros foram proibidos de descerem a ladeira principal para banhar o Santo, tiveram que acessar o Rio Paraguai por outros caminhos.

Do mesmo modo, houve a tentativa do poder público local de disciplinar os momentos de lazer dos trabalhadores, como mostram Oliveira; Oliveira; Rodrigues (2020) com relação aos festejos de rua durante o Carnaval, onde os foliões deveriam fazer um registro antecipado na delegacia para que pudesse participar do Carnaval de rua sob pena de punição caso não tivessem o registro. Em contraposição, os bailes de Carnaval nos salões de hotéis ou demais espaços que eram frequentados pelas camadas mais abastadas de Corumbá, não eram obrigados a cumprir essa regra imposta pela municipalidade da época.

Essas práticas culturais realizadas nos fins do século XIX, registros em jornal que circulavam na época nos trazem alguns detalhes sobre tais práticas. Encontramos em registros no Jornal **O Iniciador**, notícias, relatos e até reclamações sobre algumas manifestações culturais realizadas pelas camadas populares naquele momento, dentre elas Banho de São João (em 1883), Cururu (em 1880), Carnaval (em 1881), Festa do Divino Espírito Santo (em 1882), Festa de Nossa Senhora das Mercês e Gomba, estas ligadas a comunidade paraguaia que se estabeleceu na região.

Com relação ao Carnaval, de acordo com os registros encontrados no referido jornal, observamos que é festejo realizado na região desde fins do século XIX tanto em Corumbá quanto em Ladário. Nesses registros do ano de 1881 e vários anúncios nos dão pistas de como essa manifestação cultural era realizada na cidade de Corumbá.

Dividida entre salões de festas ou em hotéis na cidade oferecem conforto e produtos de qualidade aos foliões como por exemplo bebidas alcoólicas de primeira qualidade, entre licores,

vinho e até cerveja alemã. São vários os anúncios que demonstravam como o carnaval feito em espaços fechados selecionavam seus frequentadores, pois a entrada era paga pelos foliões. No jornal **O Iniciador** encontramos vários anúncios entre os anos de 1881 a 1883. O campo “Noticiário” de 08 de fevereiro de 1883, relata a realização de muitos bailes de fantasias e que não houve registro de explosão em nenhuma iluminação dos salões, tendo em vista que os empresários usaram “querosene inexplorativa”, empresários estes que já bem conheciam o entusiasmo da cidade pelo Carnaval. O mesmo texto informa que houve bailes e pessoas que percorreram as ruas da cidade e alegraram a população. Tivemos acesso a anúncios feitos pelo Café Recreio, Hotel Botafogo, Hotel América e Salão do Genário, este oferecendo conforto e comodidade aos foliões. De acordo com Oliveira; Oliveira; Rodrigues (2020) a Casa Bella Selvagem anunciava a venda de itens para os foliões que desejassem usar acessórios ou se fantasiar. Lá eram encontrados bisnagas de variadas qualidades, chapéus, cabeleiras, narizes, barbas, luvas, relógios de esguichos, roupas de fantasias e acessórios infantis como toucas e chapeuzinho.

Contudo, o Carnaval não era festejado apenas em locais fechados e luxuosos, registros nos dão conta de que existiam os festejos realizados na rua, em espaços públicos e frequentados por pessoas ligadas aos subalternizados. Nos dias em que antecediam os festejos carnavalescos, avisos da autoridade policial local eram noticiados no jornal **O Iniciador** visando esclarecer as regras para participação no carnaval de rua. Os cidadãos que desejassem se fantasiar, deveriam realizar uma espécie de registro ou cadastro informando o nome na delegacia local e ao pagar uma taxa, recebiam um cartão timbrado e numerado que o autorizava fantasiar-se. Era descrito no anúncio que o cidadão não poderia alegar desconhecimento sobre a necessidade desse registro, Oliveira; Oliveira; Rodrigues (2020). Tal fato demonstra que havia um controle sobre os festejos realizados pelas camadas populares em espaços públicos, conseqüentemente sobre o momento de lazer como uma tentativa de disciplinarização da classe trabalhadora.

Importante destacar que a presença de grupos subalternizados nos festejos do Carnaval de rua não exclui a presença de integrantes dos grupos dominantes, mas nos festejos em locais fechados como os salões ou espaços de festas nos hotéis da cidade sim, por serem lugares que cobravam entrada e ofereciam produtos importados aos seus frequentadores, com isso claramente selecionava quem participaria desses festejos luxuosos: quem pudesse pagar. Demonstrando que além da segregação que havia no espaço da cidade em que excluía os moradores dos Bairros Sarobá e Acampamento de Cima, ocorria também nesse festejo popular.

Souza (2004) em artigo sobre as festas populares na passagem do século XIX para o XX, nos traz uma exemplos dessa segregação que havia no espaço da cidade e que eram estendidos a alguns festejos ligados aos grupos subalternizados. Havia ainda várias formas de intervenção das autoridades para controlar costumes e práticas da população local.

Souza (2004) cita que nessa tentativa de intervenção das autoridades e de disciplinarização dos momentos de lazer das camadas populares. E Rocha (1997) nos Festejos do Banho de São João o pároco pediu auxílio das forças policiais nas principais ladeiras da cidade buscando proibir a descida das procissões para o Banho de São João, mas mesmo que tenham sido prejudicados os festeiros procuraram outros caminhos para banhar o santo mesmo que fossem mais distantes, ou seja, mesmo impedidos pelas autoridades locais buscaram uma outra forma para poderem praticar sua cultura.

Ainda sobre o Banho de São João, Souza (2004) destaca que a festa representou uma tentativa de cristianizar os ritos pagãos, e aqui em Corumbá ela se mistura com outras marcas, como por exemplo o Cururu, presente entre os guató e grupos subalternizados em Corumbá. Mesmo cristianizada a festa ganha autonomia popular e regras que fogem ao domínio da igreja.

Tais fatos, apontam os conflitos existentes e o contexto social em que os festejos populares eram realizados naquele período, conforme ensinado por Canclini (2019) sobre a necessidade de entender o Patrimônio Cultural de forma totalizada: o processo em que se forma, o seu contexto social e histórico e os conflitos que o acompanham sendo possível assim entendermos como os grupos se apropriam do Patrimônio Cultural.

Da convivência dos povos que habitavam aquela Corumbá dos fins do século XIX e início do XX, há também práticas culturais, saberes, formas de expressão, manifestações culturais e religiosas que estão ligadas a troca cultural e interação entre os habitantes da região naquele período e que formam a cultura local hoje, proporcionando a cidade visibilidade no setor cultural.

1.3 Patrimônio Cultural de Corumbá

No Brasil, os portugueses buscaram formar uma identidade nacional já no início do período colonial, um dos pilares dessa construção foi a busca pela unificação linguística, por meio da força e violência contra os indígenas, quando os portugueses chegam ao Brasil eram faladas mais de mil línguas hoje são apenas cento e oitenta, Abreu (2007). E a temática do Patrimônio começa a tomar dimensão pelas elites políticas brasileiras no início do século XX,

pois até então para elas a palavra de ordem era progresso e civilização, ou seja, buscavam uma modernização das cidades e não preservar fragmentos do passado, Abreu (2007).

Já a noção de Patrimônio como categoria jurídica surge pela primeira vez na Constituição de 1934, como um dever da União e Estados proteger belezas naturais e monumentos com valores históricos ou artísticos, ou seja, uma noção ligada as materialidades, Fonseca (2017). No Brasil, a noção de patrimônio passou por um alargamento desde a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) em 1937, até a abertura democrática do país com o fim da Ditadura Militar e a Constituição Federal de 1988. Nesta o conceito antropológico de cultura influenciou a ampliação da noção de patrimônio histórico e artístico para patrimônio cultural, incluindo a partir de então as imaterialidades fruto das relações sociais, ou seja, elementos da dimensão simbólica do patrimônio.

O Decreto-Lei Nº 25 de 1937, por exemplo, qualifica no Artigo 1º o que seria o valor patrimonial de um bem cultural: “*quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do país, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico*”. Durante um longo período as políticas patrimoniais brasileira estavam empenhadas na construção de um discurso de identidade nacional, que criava uma narrativa homogênea a partir da valorização de bens ligados as elites; e todo processo de construção do patrimonial nacional, foi dirigido pelo Estado, Gonçalves (2012)

A definição do valor histórico de um bem cultural, era norteado pela historiografia da época que era contada a partir da ótica das classes dominantes, isso gerou um impacto negativo pois não havia reconhecimento de bens ligados as camadas populares criando uma lacuna nas referências culturais que representam esses grupos subalternizados, ou seja, as práticas, saberes, manifestações ligadas a eles não eram consideradas com valor cultural para que representassem o patrimônio cultural brasileiro.

Fonseca (2017) nos traz um panorama sobre os bens tombados, o que seria um retrato em “cal e pedra” um retrato das políticas patrimoniais implantadas por mais de sessenta anos. De acordo com a análise feita pela autora no período que se estende entre a publicação do Decreto Lei Nº 25/1937 até o final de 1969, contabilizou-se oitocentos e três bens patrimoniais chancelados pelo Estado, dentre eles “*368 são arquitetura religiosa, 289 arquitetura civil, 43 arquitetura militar, 46 conjuntos, 36 bens imóveis, 6 bens arqueológicos e 15 bens naturais*”. Corroborando para um alinhamento a ótica historiográfica que era usada naquela época, em representar uma identidade nacional a partir da ótica eurocêntrica.

A mesma autora nos mostra que a construção do patrimônio no Brasil foi a partir da perspectiva estética, pois claramente predominavam as inscrições no Livro de Belas Artes e que esses livros foram pouco a pouco se hierarquizando, os Livros Histórico, Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico serviam para abrigar os bens que não se enquadravam nas exigências do Livro de Belas Artes. Essa hierarquização atingiu a escolha dos estilos arquitetônicos também, de acordo com Fonseca (2017) o estilo mais valorizado era o Barroco, em seguida o neoclássico, o estilo eclético não era bem visto pelos modernistas e foram apenas três imóveis tombados, já a arquitetura moderna foi inserida no país em 1928 e em 1948 já teve seu primeiro exemplar tombado.

Guimarães (2012) destaca que com Rodrigo Melo Franco de Andrade foi realizada a política de cal e pedra, os bens edificados valorizavam os aspectos singulares e tradicionais da nação e que representavam: igreja católica, militar, branca e de elite. Assim como a historiografia brasileira que durante muito tempo foi contada a partir da ótica das classes dominantes criando um discurso homogêneo sobre a história do país, o campo do Patrimônio também refletiu essa prática, sendo repetida nele a mesma lógica ao reconhecerem apenas bens patrimoniais que se enquadravam no projeto de criação de uma identidade nacional pautada a partir das práticas da igreja católica, militar, elites e branca, pois apenas estas poderiam referenciar a história do país.

Até os anos de 1980 o critério prioritário de escolha de um bem patrimonial, eram seus vínculos com a história e a identidade nacional, Gonçalves (2012) com o gradual fim da ditadura militar e abertura política no país, os critérios de escolha de bens patrimoniais começam a ser questionados, críticas feitas aos bens patrimoniais reconhecidos e começam a ser questionados por representarem apenas práticas católicas, militar, branca e de elite.

Um tema antes tratado por historiadores e arquitetos, a partir dos trabalhos de Antonio Augusto Arantes “Produzindo o Passado” no ano de 1989; e José Reginaldo Gonçalves “A Retórica da perda- os discursos do Patrimônio Cultural no Brasil” no ano de 1996, o campo do patrimônio cultural passa a ser abordado pelo viés antropológico. Ambas as pesquisas problematizam o tema patrimônio nacional, com a construção desse discurso homogêneo, Lima Filho e Abreu (2007).

O alargamento dessa noção de patrimônio, que desde 1937 reconhecia apenas os bens de natureza material, ocorre em 1988 com Constituição Federal (CF de 1988) e amplia o termo Patrimônio Histórico para Patrimônio Cultural, aquele termo usado até então passa a representar apenas uma parcela do patrimônio diante do vasto campo que se abre a partir do momento em

que incluem os bens de natureza imaterial, que são aquelas práticas ligadas as relações sociais expressas nos : saberes, modos de fazer e criar, celebrações, formas de expressão e nos lugares que abrigam esses saberes (feiras, mercados, etc.).

O Decreto Lei Nº 25/1937 definia o valor patrimonial de um bem de acordo sua ligação a fatos relevantes da história do país, ou por seu valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. A partir da Constituição Federal de 1988, esse valor patrimonial passa a ser orientado também pela referência à identidade e memória dos diferentes grupos que formam a sociedade brasileira. Reconhecendo que diferentes grupos formam a sociedade brasileira e que suas práticas culturais também são patrimônio brasileiro.

Essa reformulação sobre a noção de Patrimônio Cultural, foi influenciada pelo conceito antropológico de cultura, que dentre suas inúmeras definições existentes, a cultura é caracterizada pelas ações por meio das quais os povos se expressam: criando, fazendo e vivendo em grupo ou em sociedade. A cultura sendo vista como um processo dinâmico marcado por contexto plural e heterogêneo que ocorre entre atores sociais, ou seja, está em constante mudança e transformação por esta ser produto das relações entre pessoas, a cultura como uma seleção e combinações sempre renovada de suas fontes, Canclini (2019).

Quanto aos bens patrimoniais de Corumbá, reconhecidos pelas três esferas de poder, dos dezessete bens patrimoniais, doze são de natureza material e se enquadram nessa perspectiva de narrativa homogênea de identidade nacional usada por anos na historiografia brasileira e que influenciou as prioridades na escolha de bens patrimoniais estabelecidos pelas políticas patrimoniais brasileiras. Necessitando ainda de mais políticas de identificação, reconhecimento e valorização quanto as práticas culturais de natureza imaterial, sendo cinco são de natureza imaterial, conforme tabela 1:

TABELA 1 - Bens tombados e/ ou registrados: Cidade de Corumbá – MS

Nº	Nome do bem patrimonial	Nº Processo	Tipo de reconhecimento	Órgão Gestor Patrimônio – Responsável pelo reconhecimento	Ano de reconhecimento como Patrimônio
01	Conjunto de edificações que compõem o Forte de Coimbra	917-T-74	Tombamento	IPHAN	31 de outubro de 1974
02	Conjunto histórico, arquitetônico e paisagístico de Corumbá (Casario do Porto de Corumbá)	1182-T-85 Decreto Municipal nº 129/1985	Tombamento Tombamento	IPHAN Município	28 de setembro de 1993 19 de dezembro de 1985

Continuação

Nº	Nome do bem patrimonial	Nº Processo	Tipo de reconhecimento	Órgão Gestor Patrimônio – Responsável pelo reconhecimento	Ano de reconhecimento como Patrimônio
03	Ponte Ferroviária Eurico Gaspar Dutra sobre o Rio Paraguai	1577-T-09	Tombamento	IPHAN	29 de novembro de 2012
04	Forte Junqueira	888-T-73	Tombamento	IPHAN	11 de setembro de 2014
05	Estação Ferroviária de Porto Esperança-Corumbá	Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário (25.11.2019) Bens declarados valor histórico, artístico e cultural nos termos da Lei nº 11.483/07 e da Portaria IPHAN nº 407/2010.	Tombamento	IPHAN	26 de maio de 2009
06	Modo de fazer viola de cocho: ocorrência em MT e MS: Corumbá e Ladário	Processo Nº 1450.01090/2004-03	Registro – Livro dos Saberes	IPHAN	14 de janeiro de 2005
07	Ofício dos Mestres da Capoeira (Ocorrência em todo território brasileiro)	Processo Nº 01450002863/2006-80	Registro – Livro dos Saberes	IPHAN	21 de outubro de 2008
	Roda de Capoeira- (Ocorrência em todo território brasileiro)	Processo Nº 01450002863/2006-80	Registro- Livro Formas de Expressão	IPHAN	21 de outubro de 2008
08	Banho de São João de Corumbá e Ladário	Processo Nº aguardando liberação do IPHAN Decreto 12.923/2010	Registro- Livro Celebrações Registro	IPHAN Estado	19 de maio de 2021 22 de janeiro de 2010
09	Casa de Cultura Luiz de Albuquerque (“ILA”)	Resolução SEMACT Nº 008	Tombamento	Estado	08 de agosto de 2002
10	Catedral Nossa Senhora da Candelária, Corumbá/MS	Processo nº 69/100.082/2017 Decreto 1.748/2017	Tombamento Tombamento	Estado Município	2 de agosto de 2017 02 fevereiro de 2017
11	Complexo Ferroviário Noroeste do Brasil e Sítios Históricos (Três Lagoas a Corumbá)	Lei Nº 1.735/1997		Estado	26 de março de 1997
12	Carnaval	Lei Nº 675/2020	Registro	Estado	2020
13	Sítio Histórico, Localizado na Vila Noroeste, Estação Ferroviária	Lei 1502/1997	Tombamento	Município	08 de dezembro de 1997

14	Sistema de Captação de água sobre o Rio Paraguai	Lei nº 1.867	Tombamento	Município	1º de julho de 2005
15	Acervo da Loja Maçônica Estrela do Oriente	Lei Ordinária nº 2014/2008	Tombamento	Município	23 de janeiro de 2008
16	Ponte de Madeira existente na MS-184	Lei Nº 2.105/2009	Tombamento	Município	06 de outubro de 2009
17	Surtum	Lei nº 2.634/2017	Registro	Município	22 de maio de 2018

Fonte: Fonseca (2017); Rodrigues (2018).

Dentre esses dezessete bens patrimoniais apresentados, oito possuem reconhecimento como patrimônio nacional pelo IPHAN, cinco desses bens são de natureza material: Fortes Militares, Casario – um conjunto de imóveis que abrigavam as Casas Comerciais de Importação e Exportação, Ponte sobre o Rio Paraguai, Parte da Ferrovia em MS; e três de natureza imaterial: o primeiro é o ofício dos mestres da capoeira e a forma de expressão Rodas de Capoeira com ocorrência em todo território brasileiro; o segundo é compartilhado com o Estado do Mato Grosso, ligado ao saber de confeccionar artesanalmente um instrumento musical da região do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul: a viola de cocho e que também fez menção ao complexo musical e coreográfico ligados a viola de cocho: o Cururu e o Siriri e os instrumentos que acompanham a viola: ganzá e mocho. E o terceiro recém reconhecido em 2021, o Banho de São João de Corumbá e Ladário, se tornando um bem patrimonial exclusivo do Mato Grosso do Sul.

Outros cinco bens são reconhecidos devido sua relevância em contexto estadual, mas dois se repetem por já possuem reconhecimento ou pelo IPHAN ou município de Corumbá, dentre eles três de natureza material: Igreja; Ferrovia e a Casa Luiz de Albuquerque que abriga um acervo literário e museológico; e imaterial: Modo de fazer a viola de cocho- Livro dos Saberes; manifestações culturais: Banho de São João e Carnaval Livro das Celebrações.

E por fim os reconhecidos na esfera municipal, sendo seis de natureza material: Casario – um conjunto de imóveis localizados no Porto e em sua maioria abrigavam as Casas Comerciais de Importação e Exportação; Igreja; Estação e Vila Ferroviária; Sistema de Captação de água sobre o Rio Paraguai; Acervo da Loja Maçônica; Ponte de Madeira sobre Rio Miranda; dentre eles apenas estes três últimos são bens reconhecidos com relevância apenas municipal. E o bem de natureza imaterial: o surtum, um conhecimento ligado a classe dos pecuaristas na região, sobre a forma de corte de carne bovina.

Em Corumbá, os processos de reconhecimento do Patrimônio são realizados a partir de 1974 com o Tombamento de Forte Coimbra pelo IPHAN e em seguida o Casario do Porto Geral

pelo município de Corumbá em 1985 e pelo IPHAN em 1993 como patrimônio nacional; inscrito em três livros de tomo, Oliveira; Oliveira; Rodrigues (2020). Esses processos de reconhecimento realizados até o início do ano 2000, também foram balizados pelas narrativas da historiografia oficial e assim como pelos critérios estético e histórico.

O primeiro bem patrimonial foi reconhecido pelo IPHAN em 1974, o Conjunto de edificações que compõem o Forte de Coimbra – usualmente citado como Forte Coimbra, um bem que representa a presença e atuação militar no processo de ocupação da região desde os fins do século XVIII. Este bem foi enquadrado na categoria de valor histórico, por desempenhar uma função de defesa dessa fronteira que formava, devido sua localização estratégica contra possíveis invasões castelhanas e posteriormente ter sido palco da Guerra da Tríplice Aliança (Guerra do Paraguai). Ressaltamos que mesmo que não sejam citados nesse contexto de construção e ocupação do Forte, temos a participação das camadas populares da época: os livres e pobres, cativos e indígenas, suas contribuições citadas por Cancian (2005); Esselin (2011); Volpato (1987); (1993); Sena (2010); (2013); (2020).

O segundo bem patrimonial foi tombado, dez anos após o primeiro, com relevância para o município e na gestão do então prefeito Fadah Scaff Gattas: Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Corumbá - Casario do Porto de Corumbá. E mesmo bem foi reconhecido pelo IPHAN em 1993, dezoito anos após ter declarado o primeiro bem da cidade de Corumbá como patrimônio cultural nacional. No contexto de construção dos imóveis que compõe o Casario do Porto, havia um projeto de urbanização e modernização de Corumbá, “o Projeto Delamare”, a isenção de impostos para construção e manutenção das Casas Comerciais de Importação e Exportação, dentre outros elementos criados pelo governo da época para incentivar a urbanização e modernização de Corumbá, que havia sido destruída no período da Guerra da Tríplice Aliança, Oliveira; Oliveira; Rodrigues (2020). Com a abertura da navegação após esse conflito, o Rio Paraguai era a vida da região, por ele chegavam mercadorias, fluxos migratórios, as ideias importadas da Europa e lugar para celebrações como Banho de São João. Essas ideias estão materializadas na arquitetura dos imóveis do Casario, nas fachadas dos imóveis do Casario e da área central da cidade, estão registradas ideias e movimentos artísticos que surgiram na Europa e se espalharam pelo mundo, Oliveira; Oliveira; Rodrigues (2020).

Várias outras materialidades que registram esse período que Corumbá experimentou fins do século XIX e início do XX, seguem sendo reconhecidos como patrimônio cultural, pelos órgãos gestores do patrimônio nos níveis municipal, estadual ou federal. De acordo com a tabela 1, as materialidades são: Forte Junqueira; Catedral Nossa Senhora da Candelária; Casa Luiz de

Albuquerque “ILA” que fora iniciada no início do século XX, complexo Ferroviário que chegava até Porto Esperança – distrito de Corumbá, Acervo da Loja Maçônica que fora construída em 1898. E outras que compõe a área de entorno do tombamento considerados relevantes para IPHAN e que são fazem parte desse primeiro projeto de urbanização de Corumbá iniciado no pós-guerra da Tríplice Aliança: Hotel Royal (Antiga Prefeitura); Antigo Hotel Internacional; Presídio (Atual Casa do Artesão); as Praças do Uruguai; da República e Independência; dentre outros imóveis residenciais apontados em estudo de Oliveira; Oliveira; Rodrigues (2020).

Ainda de acordo com tabela – 1, outros bens patrimoniais reconhecidos que se formam a partir de 1930: Ponte Eurico Gaspar Dutra/ou Ponte de Porto Esperança; Ponte de Madeira na MS -184; Estação Ferroviária de Corumbá; Sistema de Captação de água- usualmente citada pela população como “Ponte de Captação”.

A Ponte Eurico Gaspar Dutra inscrita como patrimônio nos livros de Tombo Histórico; Belas Artes; Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, chamada popularmente de Ponte de Porto Esperança, trata-se de uma ponte ferroviária com mais de dois mil metros de extensão, teve sua construção iniciada em 1937 e inaugurada em 21 de setembro de 1947, construída para transpor o Rio Paraguai ligando uma margem a outra do rio, segundo *Ata da 71ª Reunião do Conselho Consultivo do IPHAN*, disponível do acervo digital do IPHAN.

O transporte de pessoas e mercadorias antes da construção da ponte era feito da seguinte forma: para chegar até Corumbá pessoas e mercadorias desembarcavam em Porto Esperança e tinham que seguir em navios a vapor até Corumbá, uma viagem que durava em torno de doze horas. Do ponto de vista histórico a ponte foi construída para ligar essa região ao território nacional bem como ao país vizinho Bolívia estrategicamente também delimitar essa fronteira entre Brasil e Bolívia, a região nesse período ainda era considerada uma região inóspita e que necessitava de “civilização”, a construção da ponte facilitou a ocupação dessa região. No de Belas – Artes, devido a representatividade com relação ao uso de concreto armado, é considerada um marco na Arquitetura Moderna no país, inclusive devido a estrutura e engenharia utilizada em sua construção para que as dificuldades impostas pelo ambiente fossem superadas. E por fim do ponto de vista Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico devido sua inserção na paisagem natural com dois mil metros de concreto modificando profundamente a paisagem pantaneira marcada pela natureza, assim como marco simbólico da presença do Estado Nacional na região e na fronteira, somente com a construção dessa ponte ferroviária foi possível ligar a Estrada Noroeste do Brasil ao país vizinho, a Bolívia.

A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil que liga Corumbá e Santa Cruz na Bolívia, passa a ser construída a partir da criação da Comissão Mista Brasileira Boliviana conectando Corumbá (Brasil) até Santa Cruz (Bolívia) encurtando distâncias, facilitando o fluxo de mercadorias e pessoas, é concluída na década de 1950. Corumbá se transforma em um grande canteiro de obras, tal fato faz com que Corumbá receba fluxos migratórios para atender demanda da construção da Estrada de Ferro até Santa Cruz, esse momento também marca a formação histórica e cultural da cidade, como por exemplo imigrantes bolivianos chegam a Corumbá para trabalharem na construção da Estrada de Ferro. Nesse momento indígenas Camba -Chiquitano (autodenominação do grupo) migram para Corumbá para trabalharem na construção da ferrovia, de acordo com Delgado e Silva (2011) entre as décadas de 1940 e 1950 em função da ferrovia há um intenso fluxo migratório de Camba para Corumbá para trabalharem nas obras da ferrovia. Os autores nos trazem informações sobre um dos trabalhos formais que a construção da ferrovia proporcionava, como por exemplo as feiras livres volantes que ocorriam ao longo da obra uma prática comum na região da Chiquitania, oferecendo aos trabalhadores produtos como: verduras, legumes, frutas, bebidas e comidas típicas da Bolívia. Os Camba-Chiquitano, inicialmente migraram para Corumbá se estabelecendo nas proximidades do Bairro Beira-Rio nas imediações do Bairro Borrowisk (antigo Sarobá), posteriormente migraram para a parte alta da cidade nas imediações da Ferrovia, Delgado e Silva (2011).

Delgado e Silva (2011) levantam informações através da oralidade e moradores do Bairro São Francisco, um território dos Camba-Chiquitano dentro do Bairro Cristo Redentor, denominado popularmente pelos corumbaenses como “Bugreiro”, que os Camba foram sendo empurrados para as áreas periféricas da cidade entre os anos de 1940 e 1960.

E ainda de acordo com esses dois autores a “linha do trem” torna-se uma espécie de fronteira étnica, a partir do momento em que algumas etnias indígenas ocupam as imediações da linha do trem: Camba-chiquitano; Guató e Terena, morando próximos uns dos outros. Atualmente os Camba buscam reconhecimento do seu território no Bairro São Francisco, uma área situada dentro do Bairro Cristo Redentor. Além disso, ainda lutam contra preconceitos e estigmas impostos a eles pela população local, pois além de indígenas são também imigrantes, ou seja, dois elementos que impõe várias barreiras e dificuldades as suas vidas. Em alguns momentos eles buscam estratégias para sua sobrevivência, desde a chegada desses indígenas em Corumbá até os dias atuais eles descentram-se de suas histórias e aceitam vários papéis como mecanismos de sobrevivência no país em que se fixam, Canclini (2019).

Um costume dos Camba-Chiquitano que se estabelecem em Corumbá naquele momento, foram as feiras para venda de frutas e alimentos e naquele momento houve criação das feirinhas para atender a demanda dos trabalhadores da construção da Ferrovia, Silva (2009). Esse costume muito comum naquele período seria a gênese das atuais feiras livres que ocorrem diariamente pela cidade de Corumbá em que temos a participação de brasileiros e bolivianos. Esses espaços de pequenos comércios em barracas, montados diariamente pelos bairros de Corumbá, transformam-se numa concentração das relações de fronteira, podemos observar neles a convivência, as trocas e interações típicas da nossa região fronteiriça, onde as culturas se mesclam e retratam a fronteira. Ao andar pelas feiras é possível observar elementos da cultura brasileira e boliviana, as músicas das duas nacionalidades tocando nas barracas, pratos da culinária dos dois países e a língua portuguesa e espanhola sendo falada se transformando em alguns momentos em um portunhol, essas feiras são territórios que expressam a diversidade da cultura fronteiriça.

Com relação aos bens patrimoniais de natureza imaterial, a tabela nos mostra que apenas cinco foram reconhecidos, dentre eles Modo de Fazer a viola de cocho e que inclui os complexos musical e coreográfico Cururu e Siriri; este sendo o primeiro bem de natureza imaterial reconhecido pelo IPHAN como patrimônio cultural nacional em 2005. Exatamente cinco anos após a criação do Decreto nº 3.551/2000 que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial. No mesmo ano o IPHAN criou o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), sua metodologia aplicada como parte dos documentos que compõe o Dossiê do Registro desse bem patrimonial, conforme *Ata 45ª da Reunião do Conselho Consultivo do IPHAN*. De acordo registrado no Anexo IX do trabalho realizado por Fonseca (2017), esse bem está entre os seis primeiros a serem registrados como Patrimônio Imaterial do Brasil, após a publicação do Decreto Nº 3551/2000.

A viola de cocho é instrumento musical confeccionado de forma artesanal que embala as festas religiosas e culturais nas fazendas do Pantanal e as realizadas por alguns grupos fixados na região urbana de Corumbá. Inicialmente a viola de cocho era confeccionada por mestres cururueiros de forma artesanal, não há similaridades entre o designer e a sonoridade das violas, *Ata 45ª da Reunião do Conselho Consultivo do IPHAN*. As violas produzidas variam visualmente pois cada mestre imprime artesanalmente uma marca na viola que ele produz, além disso a sonoridade também não é a mesma, por não haver um padrão para afinação e outras características que influenciam na sonoridade da viola. Importante destacar que as rodas de Cururu mais dois instrumentos artesanais acompanham a viola de cocho e que também são

produzidos pelos cururueiros, o ganzá (uma espécie de reco-reco e seu som é produzido pela raspagem nele feita com osso de costela bovina ou madeira bem talhada no mesmo formato da costela bovina). Já no Siriri também temos a viola de cocho e o ganzá, com a adição do mocho um instrumento de percussão usado com baquetas (sua estrutura é como a de um banquinho de sentar-se, feito com madeira e couro bovino).

Registros feitos por Schmidt (1942) sobre materialidades e práticas culturais dos guató, demonstram a presença da viola de cocho e Cururu entre eles, outro fato são os relatos orais obtidos ao longo dos anos em nossos trabalhos entre os Cururueiros de Corumbá e Ladário, alguns relatam que seus pais ou os mais antigos da família que eram Cururueiros, afirmavam que essa prática foi herdada dos indígenas.

Esse conhecimento acerca do modo-de-fazer esse instrumento é compartilhado entre os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, pois anteriormente a divisão do Estado do antigo Mato Grosso os habitantes do Pantanal migravam para diversas regiões e carregavam consigo suas práticas culturais, difundindo essa cultura por todo aquele território. Com a divisão do Estado podemos observar que as práticas foram mantidas por grupos em ambos estados, demonstrando também que as fronteiras geopolíticas não correspondem a fronteiras culturais. Pois a divisão do Estado do antigo Mato Grosso não ocasionou a descontinuidade dessa prática cultural, apenas houve com o passar do tempo adaptações e ressignificações atribuídas em torno desse saber em ambos territórios, conferindo alguns elementos diferentes a essa prática, mas tal fato não diminui a importância dessa cultura praticada nos dois Estados.

A *Ata 45ª da Reunião do Conselho Consultivo do IPHAN*, reforça que o modo de fazer a viola de cocho é uma referência cultural para grupos formadores da sociedade brasileira, com contribuições de variadas etnias, está enraizado em práticas e vivências coletivas de transmissão oral e informal, é uma prática que se reitera e atualiza formando um processo contínuo.

As rodas de capoeira e o ofício dos mestres de capoeira ocorre em cento e cinquenta países e no Brasil está presente em todo território e possui inúmeras variações regionais e locais, mas em qualquer lugar em que houver essa prática em solo brasileiro ela é considerada patrimônio. Alencar (2018) a capoeira ao mesmo tempo que é luta é dança, é compreendida com folclore, esporte e até como arte, ou seja, é uma prática cultural afro-brasileira multifacetada e multidimensional, teve origem no século XVII em solo brasileiro no período escravocrata, retratando as formas de sociabilidade e solidariedade entre os povos africanos trazidos forçadamente para o país.

A capoeira também é considerada Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco, a proposta desse registro foi feita pelo Brasil. Segundo descrito na Certidão de Registro do IPHAN- Livro Formas de Expressão- Roda de Capoeira, as variações presentes na capoeira ocorrem a partir de suas “modalidades” mais conhecidas: as chamadas de *capoeira angola* e *capoeira regional*.

A presença africana na região de Corumbá e Ladário, é intensificada no pós-guerra da Tríplice Aliança havendo diversos registros sobre presença de cativos e ex-cativos na região tanto em ambiente urbano quanto rural. Naquele período africanos escravizados e libertos empregavam seu trabalho para funcionamentos da cidade em geral, incluindo o ambiente doméstico. Rocha (2012) nos traz relatos e informações de em Corumbá ocorreu alguns movimentos de abolição da escravidão, dentre as ações desse movimento foi inclusive proposto o fechamento do Porto de Corumbá ao tráfico de africanos escravizados. Os dados da presença de africanos escravizados e os que desembarcavam no Porto de Corumbá, não são exatos pois os proprietários dos cativos usavam inúmeros recursos para burlar esse controle.

Mas da presença dos cativos e ex-cativos na nossa região, temos até hoje um dos primeiros bairros na cidade e foi formado por eles, o Sarobá (atual Borrowsky), Lobivar de Matos registra alguns elementos ligados aos momentos de lazer vivenciados pela população daquele bairro, samba, Festa de São Sebastião, Cururu, entre outros.

Os descendentes dos africanos e afro-brasileiros escravizados permaneceram nessa região de Corumbá e Ladário, tendo em vista a região possuir a maior população negra do Mato Grosso do Sul. Outro fato é que em Corumbá temos três famílias reconhecidas como remanescentes de quilombolas e no mínimo mais cinco estarem à espera desse reconhecimento.

No campo das práticas culturais por exemplo como herança cultural dos africanos em nossa região temos as religiões de matriz africana praticadas nos inúmeros terreiros existentes em Corumbá e Ladário. No Festival América do Sul Pantanal, durante o evento “III Festival de Curimba” realizado com os integrantes de religiões de matriz africana de Corumbá, foi divulgado no site da Prefeitura de Corumbá um levantamento de quatrocentos terreiros informais de umbanda e candomblé em Corumbá e trinta em Ladário. Informações sobre a quantidade de terreiros de umbanda e candomblé na região são trazidos por Viegas; Martins (2015), apresentam o número de quatrocentos e noventa terreiros registrados sem contar os informais. Mas os autores relatam que é difícil estabelecer o número exato de terreiros de umbanda e candomblé em Corumbá por falta de estudos precisos sobre o mapeamento destes espaços religiosos.

Como símbolo de resistência e manutenção das práticas ligadas a cultura africana, temos a figura de Dona Cacilda cuiabana e filha de ex-escravizados e que se fixou em Corumbá no Bairro Nossa Senhora de Fátima, um bairro considerado até então periferia, pois morar acima dos trilhos do trem até recentemente era visto como viver na periferia da cidade e seus moradores carregavam vários estigmas.

Dona Cacilda, foi mãe de santo do Terreiro de Umbanda, Nossa Senhora da Conceição, ficou conhecida nacionalmente pelos milagres e curas que realizava em sua tenda, caravanas de pessoas chegavam a Corumbá vindas de todos os cantos do Brasil, Bolívia e Paraguai. O fluxo de pessoas era intenso em Corumbá em busca de ser atendida pela Dona Cacilda, chegou a atender cerca de trezentas pessoas por dia, tal fato foi retratado em reportagem do “Jornal Correio do Estado em 1972”, com a seguinte frase: “A cidade de Corumbá transformada em grande hospital”.

Além de mãe de santo, Dona Cacilda era festeira de Cosme e Damião e São João. Ela era muito querida por vizinhos e conhecidos sendo muito comum encontrarmos relatos de pessoas que a conheceram e conviveram com ela e que destacam a importância dela para a cidade. As pessoas que vivenciaram a vida no Terreiro da Mãe Cacilda, lembram dela com muito carinho e saudades, tais fatos podem ser observados nos relatos feitos em redes sociais, como as do grupo “Memórias de Corumbá”.

Dona Cacilda era uma festeira de São João, realizava os festejos no seu Terreiro e Banhava São João nas águas do Rio Paraguai, sua celebração chegava a reunir cerca de mil pessoas e para conseguir organizar uma festa com tanto público, ela organizou a irmandade de São João, contando com cerca de seiscentas pessoas auxiliando nas tarefas para a celebração, Rocha (1997). Dona Cacilda é uma das pessoas que fazem parte da história da região faleceu aos sessenta anos em 2000, que contribuiu para formação cultural da cidade e que precisa ser valorizada como tal, faz parte daqueles integrantes dos grupos subalternizados que ficam invisibilizados, mas isso não apaga o valor, a história dela e de seus descendentes que deram continuidade as suas práticas religiosas.

Hoje seus descendentes assim como outras famílias remanescentes de escravizados, continuam invisibilizados e sofrendo preconceitos seja pelas suas origens e ancestralidades, seja pelo simples fato de praticarem religiosidades com raízes de matriz africana. E se quer tiveram seu território reconhecido como tal, ainda lutam pelo reconhecimento dos seus direitos e como integrantes da vida da cidade.

Dentro do contexto da herança cultural dos africanos e afro-brasileiros, abordamos também o universo da capoeira, esse outro elemento cultural herdado da presença dos africanos e afro-brasileiros escravizados em nossa região. Alencar (2017) destaca que a prática da roda de capoeira era reprimida, discriminada e criminalizadas durante um período da história do Brasil, há registros oficiais sobre esse fato. E esse registro da Roda de Capoeira e Ofício de Mestres de Capoeira teve como finalidade valorizar a história de resistência negra no país, no período da escravidão e após ela. Esse reconhecimento visa destacar o valor da herança cultural africana no Brasil.

A Certidão De Registro no Livro Formas de Expressão- IPHAN, define a roda de capoeira é caracterizada pelo canto, dança, o toque de instrumentos, o jogo, os golpes, a brincadeira, símbolos e rituais ligados a herança africana, uma junção de cantigas e movimentos partilhados entre integrantes do grupo. As regras e os conhecimentos ligados a essa prática são transmitidos de forma oral pelos mestres de capoeira. A Roda de capoeira é um espaço totalmente ritualizado, homens e mulheres podem ocupar qualquer função dentro da roda, desde que tenham passado pelos rituais específicos dentro dessa prática cultural.

Em Mato Grosso do Sul a capoeira está presente em vários municípios, os envolvidos com essa prática cultural estão organizados em um coletivo “Fórum Estadual de Capoeira no Mato Grosso do Sul”, que inclui mestres ou contramestres das cinco regiões do MS: Norte, Sul, Centro, Leste e Oeste. Entre os anos de 2014 e 2018, foram realizadas cinco edições do Encontro Estadual de Salvaguarda da Capoeira em MS, organizado pela Fundação Estadual de Cultura de MS, Alencar (2018).

Há vários mestres que reproduzem seus conhecimentos nas Rodas de Capoeira, tanto em Corumbá quanto em Ladário há Rodas de Capoeira e seus mestres, essa prática ocorre na região em variados espaços sendo realizada em locais fechado ou público, como por exemplo em praças.

Em pesquisa feita por Souza (2004) sobre festas populares em Corumbá, na passagem dos séculos XIX para o XX, temos elementos sobre essas manifestações populares que ocorriam na região: Carnaval e Banho de São João. Hoje ambos são considerados patrimônio cultural, o primeiro de relevância estadual e o segundo declarado recentemente Patrimônio Cultural Brasileiro.

Ambos festejos populares possuem inúmeros registros no periódico que circulava em Corumbá jornal “O Iniciador”, tais registros corroboram que essas manifestações eram praticadas na região desde o período pós-guerra da Tríplice Aliança e perduram até os dias de

hoje possuindo grande participação e envolvimento da população local, ou seja, podemos afirmar que houve uma continuidade histórica desses dois bens patrimoniais, claro que ao longo dos anos receberam novos significados, incorporaram elementos da sociedade que também se transformou, é referência cultural para variados grupos que formam a sociedade local, entre outros, o valor patrimonial do Banho de São João e Carnaval são afirmados a partir do reconhecimento de ambos como patrimônio.

O Banho de São João, conforme apresentado por Souza (2004) possui origens européias, trazido ao Brasil pelos portugueses, possui raízes no cristianismo, também entrecruzamento entre o sagrado e o profano, naquele momento participavam dos festejos os trabalhadores pobres da cidade de Corumbá. Em vários momentos dos festejos religiosos da região, o Cururu tinha presença marcante, inclusive nos festejos de São João, uma característica ainda presente no São João de Corumbá e Ladário. Rocha (1981) descreve o Cururu tendo duplo sentido, a religiosidade e lazer, uma “brincadeira” que envolve movimentos diferenciados, música, cantoria e sapateado, com a participação exclusiva masculina.

Na região os festejos de São João recebem adaptações e incorporam elementos da cultura local, na noite do dia 23 para 24 de junho festeiros e devotos carregam o andor de São João até a Ladeira Cunha e Cruz, havendo um encontro social entre os festeiros ao se cumprimentarem seguem ladeira abaixo para banhar São João nas águas do Rio Paraguai, que na noite do dia vinte e três se tornam sagradas se transformando num Rio Jordão.

Os festejos são realizados por pessoas de diferentes matrizes religiosas, espíritas, umbandistas, candomblecistas e católicos. Alguns elementos são comuns entre os festeiros além da fé e devoção em São João, sentimento de responsabilidade em realizar a festa; e o congraçamento e coletividade também estão presentes nos festejos que ocorrem em Corumbá e Ladário. Em Corumbá e em Ladário os festejos são realizados tanto em espaços públicos (ruas, ladeira e o rio) como em espaços privados.

Com relação ao Carnaval ele tem raízes portuguesas, conforme apresentado por Souza (2004), ganhando novas adaptações e significados na região. Vários registros da imprensa nos fins do século XIX nos dão pistas de como esse festejo era comemorado pelas camadas populares, ocorria em ambiente público e privado, mas os trabalhadores só participavam dos momentos em que ocorriam em espaços públicos. Havia também uma tentativa de disciplinarização desse momento de lazer e sociabilidade que envolvia esses trabalhadores pobres de Corumbá e Ladário, Oliveira; Oliveira; Rodrigues (2020).

Hoje o Carnaval de Corumbá ocorre de uma maneira bem diversa, ainda há os festejos feitos em locais privados, como é o caso dos blocos independentes que cobram pela entrada nos locais de concentração uma espécie de passaporte, são caracterizados por trios elétricos, pelo uso de abadá (camisetas personalizadas com nome dos blocos independentes), fornecimento de bebidas sem limites, músicas ligadas não só ao carnaval nessas concentrações são tocadas todo estilo de música influenciada principalmente pelo sucesso do momento, ligadas as produções da indústria cultural. Em um determinado momento do baile os integrantes dos blocos independentes seguem o trio elétrico em desfile pela área onde ocorre o carnaval público.

No espaço da área central (conhecida como histórica) passam durante as cinco noites dos festejos carnavalescos, escolas de samba, blocos de abadá, blocos culturais e cordões carnavalescos. Aos sábados desfilam os blocos culturais, participando do concurso dos blocos culturais. Já as escolas de Samba desfilam no domingo e na segunda, também concorrem para a escolha da escola de samba campeã do desfile. E na terça feira acontece o carnaval cultural: com o Bloco Cultural dos Palhaços, Desfile de Corso, Pastorinhas, Marinheiros e os Cordões Carnavalescos.

Os festejos também estão em constante transformação e adaptações as mudanças da sociedade. Há um alerta por exemplo, com relação aos cordões carnavalescos do carnaval cultural, que necessitam de atenção especial com relação a incentivos financeiros e promoção dessa prática, pois Corumbá e Ladário são uma das únicas cidades do país que mantém essa prática cultural dos cordões carnavalescos. Os Cordões Carnavalescos de Corumbá e Ladário, são compostos por pastorinhas, corte acompanhada pela rainha, princesas, príncipes, estandartes, tenoras e tenores e outros elementos inseridos a cada ano conforme o tema apresentado por cada cordão.

O Cordão Paraíso dos Foliões, foi fundado em 20 de janeiro de 1933, a época com o nome Mama na Burra, um ano depois passou a ser chamado Paraíso dos Foliões, nome mantido até os dias atuais. O cordão flor de Corumbá foi fundado no mesmo ano, em 09 de fevereiro pelo Sr. João Teodoro (conhecido como João Peito de Aço), atualmente quem preside o Cordão é o sr. Jobel Fernandes Silveira, filho do Sr. Alcides dos Santos Silveira que presidiu o cordão entre 1982 e 2010.

O Cordão Carnavalesco Cravo Vermelho foi fundado em 1944, pelo sr Odir Xavier Flores, ficou a frente do cordão por quarenta anos. Atualmente o cordão está sob a presidência de Ademir da Costa Leite e Odir Nogueira Flores, em 2024 completará oitenta anos de existência. E por fim o Cordão Cinelândia, fundado em 1967 pelo Sr. José Jarbas Duarte tendo

ficado à frente do cordão até o ano de 2019, quando faleceu. Atualmente tem como presidenta a Joana Joseli Martins Duarte.

Os presidentes dos cordões encontram muitas dificuldades para manterem esse tipo de agremiação, principalmente com relação aos problemas enfrentados pela perda de espaço para outras formas de festejar o carnaval as quais surgem no âmbito da cultura de massa, pois esta busca padronizar as produções e estimular o consumo, definindo padrões desde as roupas a serem usadas e as músicas a serem tocadas até o oferecimento de outras formas de festejos carnavalescos que se apresentam mais atrativas aos jovens, todos eles fruto da indústria cultural que exclui costumes, práticas e celebrações ligadas as culturas populares. Mesmo enfrentando as mudanças trazidas pela modernidade, dois cordões fazem parte do carnaval de Corumbá há oitenta e sete anos. Sendo necessárias ações de valorização dessa prática, os conhecimentos, as trajetórias de vida e experiências dos responsáveis em manter essa prática como parte do Carnaval de Corumbá.

Modo de Fazer a Viola de Cocho, Siriri e Cururu; Capoeira; Carnaval e São João são bens patrimoniais produto de interação, convivência e trocas das camadas populares daquela sociedade corumbaense que se formava fins do século XIX e início do XX. Naquele momento não era bem vista pelas classes dominantes emergentes e que buscavam civilizar e modernizar a cidade que estava sendo construída, conforme Souza (2004); (2008). Todas essas manifestações culturais hoje conferem a Corumbá um destaque no campo cultural a nível nacional. Bens culturais fruto de um momento germinal da formação cultural e histórica de Corumbá, herança cultural da convivência e interação entre os povos que habitavam a região e que tiveram uma continuidade histórica, recebeu novos significados ao longo do tempo, mas que ainda são referência cultural de diversos grupos sociais da região.

Corumbá é uma cidade formada por variados povos, fronteira e receptora de imigrantes de diferentes nacionalidades; e a convivência, contato cultural e troca entre esses atores sociais proporciona uma infinidade de elementos que representam variados os grupos sociais, ou seja, há vários elementos culturais que são portadores de referência à identidade e memórias desses grupos que não são reconhecidos administrativamente como patrimônio cultural.

Os fatos expostos até aqui, sobre a visão limitada em relação aos critérios de escolha de um bem patrimonial ainda usados para determinar o valor patrimonial de um bem, não busca desqualificar os bens patrimoniais já reconhecidos, até porque essas práticas foram orientadas pelas políticas nacionais de patrimônio pois expressavam o pensamento e os padrões de uma

épocs. Mas buscamos contribuir para a ampliação da noção sobre patrimônio cultural, que inclui o alerta para valorização as práticas ligadas as camadas populares e os demais diferentes grupos que formam a sociedade corumbaense, que até então ficaram fora dessa narrativa homogênea do patrimônio.

Entendemos que as orientações para o Registro de Bens Imateriais ocorreram apenas no ano 2000, mesmo que a noção jurídica de patrimônio cultural tenha sido ampliada doze anos antes na CF de 1988. Mas é urgente a identificação e reconhecimento de novos elementos culturais que reconheçam a pluralidade cultural de Corumbá e as práticas ligadas aos diferentes povos que formaram e formam a cidade, principalmente as ligadas aos grupos subalternizados. Nas esferas Municipal e Estadual a regulamentação de como conduzir processos de Registro, foram criadas em 2006 e 2008, respectivamente. E o instrumento de participação social nessas ações por meio dos Conselhos de Cultura, foram criados no município de Corumbá no ano de 2009, por meio da Lei nº 2.135/2009 e no Estado de Mato Grosso do Sul em 1979, pelo Decreto-lei nº 8, de 1º de janeiro de 1979.

Um outro ponto de análise é com relação aos mecanismos administrativos de reconhecimento, à exceção do IPHAN que segue a instauração de processos de registro ou tombamento, acompanhadas de documentação técnica e que demonstre a relevância do bem do ponto de vista cultural, e outros elementos que justifiquem a escolha do bem cultural como patrimônio. Observamos que os bens reconhecidos como patrimônio pelo executivo municipal todos são fruto de leis propostas por agentes políticos, já no âmbito estadual há processos instruídos passando pelo órgão gestor de cultura e conselho; e leis propostas por agentes políticos via assembleia legislativa.

Há de se destacar que propor ou provocar a instauração de processo de registro pode ser feito por qualquer cidadão a qualquer órgão ligado ao executivo das três esferas de poder. Mas o ato de conduzir a análise do pedido, juntamente com documentos necessários deve ser conduzido pelo IPHAN a nível federal o qual submete ao Conselho Consultivo, conforme Decreto Lei Nº 3.551/2000. Assim segue o Decreto Estadual nº 12.686/2008, que estabelece que a Fundação de Cultura de MS será verificar documentação necessária entre outros elementos obrigatórios para que o processo seja iniciado; tudo estando conforme as exigências do decreto o processo instruído é encaminhado ao Conselho Estadual de Cultura de MS, para parecer favorável ou não. E a nível municipal segue a mesma regra de submissão de pedidos ao Conselho de Políticas Culturais.

Vilela (2016) descreve o papel do Conselho de Política Cultural, é uma instância colegiada, cada ente federado tem autonomia para criar seus conselhos adequados a realidade local, recomenda-se que a sociedade civil tenha 50% de representação; os conselhos de política cultural têm caráter permanente, consultivo, deliberativo e normativo. Os Conselhos de políticas culturais são propostos justamente para que haja uma democratização na gestão e a garantia de participação social na formulação e execução das políticas públicas.

A reflexão é de que nos espaços de poder, como Câmaras Municipais ou Assembleias legislativas a regra é ser ocupado por representantes de grupos hegemônicos, ainda é uma exceção termos representantes dos grupos subalternizados. Nesse sentido será reproduzido o reconhecimento de bens culturais que na maioria das vezes representam as classes dominantes e leva a exclusão das demais camadas sociais. Estas leis propostas por agentes políticos na maioria das vezes não vão priorizar a pluralidade cultural, o reconhecimento de diferentes grupos formadores da sociedade local, valorizar as práticas das camadas populares, entre outros aspectos; mas sim reforçar as representações ligadas as elites ao reconhecerem bens ligados a um interesse particular, em alguns casos estarão a serviço do mercado influenciado pela lógica da mercantilização do patrimônio.

Tal fato abre prerrogativa para que grupos dominantes continuem reproduzindo a ótica de elitização do patrimônio, gerando problemas na gestão do Patrimônio como por exemplo, a desigualdade de apropriação de um bem patrimonial, pelo fato de apenas as elites estarem representadas naquele bem e controlarem as informações sobre ele; assim como os demais grupos não se sentirem representados naquele bem. E ao trabalharmos por exemplo, com ações de educação patrimonial, percebemos que alguns desses bens patrimoniais estão distantes do contexto social em que a população ligada as camadas populares vivem.

Frisamos que no campo do Patrimônio Imaterial, o Decreto nº 3.551/2000 que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, norteia a condução de processos de registro e conseqüentemente estados e municípios balizam suas leis por esse decreto. Justamente para que o Estado deixasse de ser o único e exclusivo a elaborar e implantar políticas patrimoniais, pois nas últimas décadas grupos sociais, étnicos e outros passam a reivindicar elementos que representam patrimônio para eles, Gonçalves (2012).

O Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) se apresenta como uma metodologia importantíssima para ser base de processos de registros e tombamentos e para ser usado como metodologia após o bem ser tombado ou registrado pelo fato dele nos possibilitar

termos um processo contínuo de avaliação e monitoramento de um bem patrimonial, dando base também para criação de políticas de gestão do patrimônio em questão. O artigo 216 da CF de 1988, eleva os inventários a um instrumento jurídico de preservação do patrimônio cultural, transformando-o em mais uma forma de acautelamento e proteção do patrimônio.

Patrimônio é uma construção social, por isso é importante considerá-lo no contexto das práticas sociais que geram e conferem sentido a ele, Arantes (2006). Contudo, quando um bem cultural é declarado patrimônio, desconsiderando essa noção de patrimônio, não justificando para quem ele tem importância, não envolvendo os grupos que formam determinado bem num processo de reivindicação como patrimônio, não submetendo a indicação de um bem a uma análise de uma instância democrática: um conselho de cultura por exemplo; é regredir diante de tantos avanços já conquistados no campo do patrimônio cultural, principalmente no aspecto de garantia do direito cultural da população de uma forma geral, não apenas de interesses voltados a particulares ou a serviço do mercado.

Cunha Filho (2000) nos traz a noção jurídica de direitos culturais, estes sendo afetividades ligadas às artes, à memória coletiva e a transmissão de todo acúmulo cultural, que asseguram a indivíduos ou grupos praticarem sua cultura, repassar seus saberes culturais acumulados e que eles tenham conhecimento e uso do passado, autonomia para interferência no presente e possibilidade de decisões de situações ligadas ao futuro, estando sempre balizados pelos princípios à dignidade humana.

Diante ao exposto se faz necessário e urgente, superar algumas práticas arcaicas ligadas ao campo do patrimônio cultural e ampliar a visão sobre o valor das práticas culturais de todos os grupos formadores de uma sociedade, para que se reconheça a cultura no seu aspecto da diversidade e como sendo fruto das relações sociais de todos os grupos que formam uma determinada sociedade. Conseqüentemente a noção de patrimônio deixará de ser limitada e restrita somente aos critérios de ligação estética e aos fatos memoráveis da nossa história.

CAPÍTULO 2

IMPASSES DA CULTURA LOCAL

2.1. Cultura de fronteira e o seu Patrimônio Cultural

Neste capítulo vamos abordar alguns elementos que envolvem a cultura fronteiriça, alguns pontos da relação com os bolivianos e demais imigrantes e como essas interações entre pessoas portadoras de diferentes culturas tornam Corumbá uma espécie de mosaico cultural. Desse modo, não cabe a reprodução de conceitos e políticas públicas engessados ou que tentem enquadrar a cultura de fronteira em algum esquema único e homogêneo. Nesse aspecto, buscaremos mostrar como ela é dinâmica, complexa e heterogênea, pois os variados povos que nela habitam atribuem constantemente novos significados às suas vidas por meio do contato e interação formando a cultura da região, conforme Lindomar Albuquerque (2017) nos ensinou sobre a fronteira ser uma zona de contato, de misturas culturais e simbólicas, assim como de espaços sociais indefinidos e de contradições.

A condição fronteiriça de Corumbá proporciona a ela um trânsito diário de pessoas entre os territórios nacionais do Brasil e Bolívia, criando situações fronteiriças intermináveis e se tornando um grande palco de vivências e acontecimentos, de trocas culturais, sociais e econômicas, conforme nos ensina Albuquerque (2014). A cidade figura como um lugar de travessia para a passagem de imigrantes que seguem viagem, bem como um espaço para que esses imigrantes de diferentes nacionalidades se fixem em busca de novas oportunidades de vida, interagindo com a população local em variados níveis, estabelecendo trocas culturais e transmitindo elementos de sua cultura e, concomitantemente, incorporando outros da cultura local, formando um processo constante de interação e trocas.

Nesse sentido, desenvolvemos pesquisas bibliográficas que balizam nossos estudos e além de Albuquerque (2014); (2017), também estamos utilizando ensinamentos trazidos por Sayad (1998); (1999) e Oliveira (2016); (2018). Essas pesquisas nos permitiram compreender os mecanismos que o imigrante adotará na cidade de destino, se este viverá na invisibilidade e, com o passar do tempo, terão pleno conhecimento das normas do local, como as relações interpessoais e coletivas funcionam e como irão aprender a língua local para poderem se comunicar e se apropriar do espaço de forma material ou simbólica.

Da mesma maneira, iremos analisar alguns aspectos culturais no contexto da migração e da fronteira, pois os indivíduos ou grupos carregam consigo sua cultura e identidade para o novo lugar que irão se fixar. À medida que eles se estabelecem no local, são atribuídos a eles novos significados ao realizarem trocas culturais com a população local, integrando elementos da cultura local à sua cultura e transmitindo elementos da sua cultura à comunidade receptora. Essa troca ocorre em variados níveis de influência, podendo ser em maior ou menor grau, pois estes serão influenciados, por exemplo, pela forma como o país de destino os recebem, pelos laços de convivência social que serão estabelecidos entre a sociedade receptora e o imigrante e/ou pelas estratégias adotadas pelo imigrante para sobreviver no local receptor, que podem variar de acordo com o grau de abertura fornecida pelo imigrante (quando ele se sente seguro e sem ameaças externas ele tende a ampliar seus laços de convivência e interação com a população local e vice-versa).

Entendemos que a partir desta primeira fase no local de destino, o imigrante consegue, por exemplo, praticar sua cultura de origem de variadas maneiras, podendo utilizar da culinária, manifestação religiosa ou cultural, música, dança, artesanato, entre outras práticas culturais do país de origem. Como exemplo, podemos citar a realização da manifestação religiosa em que bolivianos comemoram na Praça da Independência em Corumbá a data comemorativa da Independência do seu país, no dia seis de agosto, com a presença de autoridades civis e militares brasileiras e bolivianas. Seguindo no período da tarde, uma missa é celebrada no Santuário Nossa Senhora Auxiliadora em comemoração à Nossa Senhora de Copacabana Padroeira da Bolívia, conduzida por um padre brasileiro e outro boliviano, com a participação de fiéis brasileiros e bolivianos. Após a missa, os passantes - uma espécie de festeiro - conduzem o desfile pela Rua Dom Aquino com músicos e dançarinos bolivianos, ou seja, os bolivianos praticam sua cultura em território brasileiro. Porém, o fato deles terem a possibilidade de realizar uma manifestação religiosa ou trabalharem em solo brasileiro, não significa inclusão ou integração na sociedade local, pois a convivência entre os atores sociais fronteiriços é complexa e algumas vezes marcada por contradições.

As características fronteiriças como uma zona de contato, de misturas culturais e simbólicas formam espaços culturais indefinidos e de contradições e se intensificaram em Corumbá no período pós-guerra, no qual os imigrantes de variadas nacionalidades que aqui chegaram foram se apropriando do espaço de forma material, como, por exemplo, a construção de Casas de Importação e Exportação no que hoje conhecemos como Casario do Porto, bem como a construção da Associação Beneficente, cujos italianos prestaram auxílio e assistência

aos imigrantes italianos, conforme apresentado por Oliveira, Oliveira e Rodrigues (2020). Tivemos também os imigrantes paraguaios que formaram um dos primeiros bairros de Corumbá, o Bairro São Francisco (Acampamento de Cima), onde atualmente está localizado o Bairro Cervejaria. Assim sendo, a partir do momento em que esses imigrantes passam a realizar práticas, costumes e manifestações culturais ligados à sua cultura de origem, eles ganham novos significados ao serem incorporados elementos locais a eles, como os que ocorriam no final do século XIX em Corumbá, entre eles, a dança Gomba de origem paraguaia e o Carnaval de origem portuguesa, conforme apresentado por Souza (2008).

Nos dias atuais os imigrantes também se apropriam do espaço materialmente e simbolicamente. Ao analisarmos as igrejas ou templos religiosos formados para que os imigrantes possam professar sua fé, poderemos identificar, por exemplo, uma Mesquita ligada às comunidades palestina, síria e libanesa, a Igreja Nossa Senhora de Caacupê com os paraguaios e a Paróquia Nossa Senhora de Fátima ligada aos portugueses e, simbolicamente, as celebrações de Virgem de Urukupiña e Virgem de Copacabana, as quais são praticadas pelos bolivianos.

Martins (2016), em estudo sobre as Festa da Virgem de Urukupinã em Corumbá, nos traz um detalhado estudo sobre treze grupos ou famílias que fazem as comemorações em Corumbá. Dentre as treze festas mapeadas por Martins, apenas uma ocorria em ambiente público, esta sendo no espaço da antiga Feira Brasbol. É importante salientar que o autor descreve a existência de uma gruta “altar permanente” no estacionamento da antiga Feira Brasbol. Nela encontravam-se as padroeiras do Brasil, Bolívia e Paraguai, Nossa Senhora Aparecida, Virgem de Copacabana e Caacupê, respectivamente, e a festa da Virgem Urukupiña era iniciada ali pelos comerciantes da Feira Brasbol. Após os festejos, a procissão dançante seguia pelas ruas da área central da cidade. Nota-se que, tal exemplo, demonstra como os esses grupos se apropriaram simbolicamente daquele espaço que retrata também a interação social entre essas diferentes nacionalidades. Após o fechamento da Feira Brasbol em 2013, depois de um processo conflituoso entre órgãos públicos fiscalizadores e comerciantes daquele local, um grupo de comerciantes continuou realizando a procissão dançante pelas ruas de Corumbá até 2016, conforme relatado na pesquisa de Martins (2016).

A Feira Brasbol não significava apenas a apropriação material que trabalhadores brasileiros e bolivianos exerciam por meio do comércio naquele espaço, mas também apropriação simbólica, a partir do momento em que criam uma gruta (forma de “altar fixo”) para as imagens das padroeiras do Brasil, Bolívia e Paraguai e iniciam uma procissão dançante

das Comemorações da Virgem de Urukupiña naquele local. Ali os comerciantes bolivianos criaram uma forma de ligarem a sua cultura de origem ao novo espaço em que ocupam no país de destino (Brasil), integrando elementos da cultura boliviana na cidade de Corumbá ao atribuírem um significado de altar para professarem sua devoção e fé, demonstrando assim a capacidade de se retorritorializarem.

Com base nos exemplos citados, é importante destacar que interação não é significado de integração cultural ou convivência harmônica, pois os atores sociais fronteiriços se apropriam do espaço de diferentes maneiras, seus interesses ora convergem, ora divergem, por isso as relações na fronteira também se polarizam em graus diferenciados, gerando porosidades, conflitos, separações e divisões, conforme nos ensina Haesbaert (2007). O preconceito, a xenofobia e intolerância figuram como barreiras que impedem que os produtos gerados pela convivência fronteiriça recebam destaque e reconhecimento, como é o caso dos elementos culturais. Nesse sentido, nosso trabalho traz alguns desses elementos, frutos das relações entre os atores sociais de fronteira.

Esses sentimentos de exclusão, separação e divisão são acentuados pela precariedade no discurso político e social por parte do Estado e da mídia local, que os reproduzem negativamente, tanto com relação ao imigrante quanto à fronteira. Quando Sayad (1999) nos explica que pensar sobre imigração é também pensar sobre as ações do Estado e assim saberemos o que ele pensa sobre imigração, nos conduz a uma reflexão de como o ele pode reforçar as diferenças sobre o imigrante e à fronteira, quando por exemplo o Estado possui práticas públicas que selecionam o bom imigrante, onde algumas nacionalidades ou etnias são benquistas e outras não. Estas, por sua vez, provam da dificuldade burocrática e das diferentes oportunidades que lhe serão dadas desde a entrada no país e, mesmo após entrarem no país, continuam sendo tratados sutilmente de maneiras diferentes e seletivas.

A maneira que o Estado pensa sobre a imigração e fronteira afeta e influencia a população de maneira suave, quase que imperceptível e se houver, por exemplo, uma tolerância seletiva por parte do Estado com relação as diversas nacionalidades, tal pensamento será reproduzido pela população, conforme nos ensina Sayad (1999). A mídia também colabora para reforçar as diferenças quando veicula matérias que negativam a presença de estrangeiros na cidade e que mesmo sem pagar impostos acessam serviços públicos brasileiro. Ao afirmar, por exemplo, que os imigrantes estão superlotando o sistema público de saúde, ocupando vagas nas escolas e postos de trabalho que poderiam ser ocupados por brasileiros, tais discursos vão sendo reproduzidos pela população local e acentuando as diferenças, exclusões e divisões.

Existem variadas visões negativas pré-estabelecidas no senso comum, tanto com relação à fronteira, quanto ao imigrante, assim como a fronteira é vista como um local de prática de ilícitos, marcada pela insegurança e ausência do Estado, Oliveira (2016). Já o imigrante é visto como “sem nacionalidade”, um invasor, alguém que perturba a ordem nacional, e conforme ensinado por Sayad (1999) o imigrante será sempre suspeito e, dependendo de sua origem social, ele será suspeito duas vezes. O autor nos mostra ainda que o imigrante sofre uma dupla punição, primeiro por ter que deixar sua vida e seu local de origem para trás e segundo que nunca terá sua cidadania completa, não sendo cidadão nem de lá, nem de cá. Essa incompletude de cidadania dá ao imigrante, juridicamente e socialmente, um status de um indivíduo sem raízes.

No campo das políticas públicas, é necessário que o poder público, nas suas três esferas de poder, planeje e execute políticas públicas que atendam às demandas fronteiriças, sem que haja discursos nacionalistas de unidade e manutenção das tradições que supostamente expressem uma identidade nacional. Quando há a reprodução de discursos em que a presença de um imigrante é uma ameaça ao país; que o Estado precisa ter controle de fluxos migratórios mais rígidos; que ocorra o fechamento das fronteiras para que haja a proteção dos interesses nacionais; que a presença do imigrante gera uma perda da tradição e cultura nacional, está sendo reproduzida uma visão xenofóbica, maquiada pela retórica da identidade nacional. Nesse sentido, é importante levar em conta o alerta feito por Sanjurjo (2017) sobre o uso político do termo de “identidade nacional” e o uso inadequado da “identidade cultural” como mecanismos de exclusão ao outro e ao diferente, atuando no sentido de justificar a hostilidade contra aqueles considerados estranhos ou externo ao corpo político local.

Tal afirmação demonstra como o poder público reforça esse tipo de pensamento em nome da identidade nacional, estabelecendo controles migratórios rígidos com constantes discursos de fechamento de fronteiras, tornando-se cada vez mais seletivos quanto às nacionalidades que são bem-vindas ao país, em nome da identidade cultural se inferioriza os diferentes e ou estrangeiros os quais são vistos como indesejados e uma ameaça a soberania nacional. De acordo com Oliven (1992), o Estado Nação sempre buscará delimitar e zelar pelas suas fronteiras geopolíticas, assim como estabelecer o que faz ou não parte da nação quando ele demarca as fronteiras culturais. E, nesse sentido, o que vem de fora é visto como perigoso, impuro e uma ameaça ao local.

Ademais, Hall (2003) afirma que as nações impõem fronteiras rígidas e esperam que as culturas fiquem limitadas a elas, mas as culturas não obedecem aos limites políticos de uma

fronteira nacional. Tal fato faz com que haja um alargamento dos limites estabelecidos, por meio do contato e troca cultural estabelecidos por atores sociais que vivenciam a fronteira.

Tendo em vista o fato de que Corumbá foi urbanizada final do século XIX, Souza (2008) nos traz vários elementos que corroboram para esses fatos quando ele relata preconceito e xenofobia em relação aos paraguaios que se estabeleceram em Corumbá no pós-guerra. Alguns desses trabalhadores estavam ligados à realização de atividades relacionadas ao funcionamento da cidade: carregando água da beira do rio para abastecer as casas da parte alta da cidade ou transportando viajantes e população em geral que desembarcavam no Porto Geral de Corumbá. Naquele momento, os paraguaios eram malvistas pela burguesia que se formava em Corumbá, pois eram associados a noção de barbárie, como também havia o incômodo que alguns viajantes sentiam por terem que ouvir os carroceiros paraguaios falarem o guarani durante o trajeto em que viajavam.

Desde esse período, não houve reconhecimento de que a cidade estava sendo formada e urbanizada por todos os povos que nela habitavam, pois o imigrante bem-visto era o europeu, por ser associado a um modelo ideal de civilização, o eurocentrismo. Sayad (1999) nos ensina sobre imigração e o pensamento do Estado, apresentando a ideia da seleção do bom imigrante quando o Estado cria oportunidades diferentes para determinadas etnias e nacionalidades e, ao entrar no país, continuam sendo tratados sutilmente de maneira diferenciada.

Essa visão eurocêntrica é predominante desde a ocupação da região por espanhóis e portugueses e posteriormente ao período em que a cidade de Corumbá se forma, com reflexos na historiografia local, pois é comum na nossa historiografia a reprodução do mito do herói europeu e outras figuras ligadas a grandes feitos na nossa história. Ocultando o papel do indígena, negros cativos e ex-cativos, os paraguaios, livres e pobres que, além de terem feito parte da construção e manutenção da região, também vivenciavam a cidade, como, por exemplo, ao realizarem suas práticas culturais, religiosidades, celebrações e materialidades. Entretanto, esta parcela da população era vista como não civilizada e que destoava daquele projeto de modernização e civilização que estava sendo implementado nos fins do século XIX e início do XX. Foi prática de silenciamento desses grupos que possui raízes atualmente, a partir do momento em que indivíduos, grupos e comunidades, têm suas práticas culturais subalternizadas pelos grupos dominantes de Corumbá.

Diante disso, é necessário reconhecer que Corumbá, atualmente, possui uma dinâmica inerente às zonas fronteiriças, pois foi e é povoada por uma diversidade étnica que interagem entre si, juntamente com os habitantes do país vizinho (Bolívia), mantendo assim um intenso

intercâmbio. Cardoso de Oliveira (2005) nos ensina que no espaço fronteiro o contingente populacional não é homogêneo, ambos os lados da fronteira são marcados pela presença de indivíduos ou grupos de diferentes etnias.

Ao pensarmos cultura de fronteira precisamos, mais do que nunca, abandonarmos esse discurso nacionalista e de unidade, pois há necessidade de reconhecermos que as práticas fronteiriças produzem elementos culturais heterogêneos por serem fruto das relações estabelecidas entre os diferentes povos que habitam o território. Barth (2000) nos ensina que a cultura não respeita fronteiras nacionais, transforma-se em correntes de contato interculturais às quais é exposta. Esse conceito nos ajuda entender como os indivíduos e grupos interagem, modificando em alguns momentos sua cultura e sua identidade e, no caso do imigrante, ele não apaga sua identidade e cultura por estar em um território estrangeiro, mas incorpora elementos da cultura local, bem como transmite elementos da sua cultura aos povos locais, estabelecendo assim uma relação de troca cultural e ressignificação. Em outros momentos ele pode assumir diferentes papéis e discursos, como estratégias de sobrevivência.

De acordo com Albuquerque (2014), como estratégias de sobrevivência, o imigrante pode assumir variados discursos de identificação, conforme os interlocutores e as relações sociais que estão em jogo. As identificações em zonas fronteiriças são inúmeras e afastam ideias de que a identidade é única e fixa, ela é reconhecida como móvel e dinâmica, como por exemplo um indivíduo que pode declarar possuir vínculo com mais de uma identidade.

Isso possibilita ao imigrante assumir variados discursos para ser aceito e garantir a sobrevivência no lugar de chegada, como por exemplo o caso do Sr. Nazário, autodeclarado Camba-Chiquitano, apresentado por Delgado e Silva (2011), nos traz sua história de vida e o momento em que se estabelece em Corumbá para trabalhar na Comissão Mista Brasil-Bolívia. Nazário abdicou da sua nacionalidade boliviana para poder conseguir emprego na construção da Ferrovia e deixou de falar exclusivamente o castelhano para falar o português, tendo em vista a exigência da fala fluente em língua portuguesa para ser contratado. Hoje, o Sr. Nazário possui dupla nacionalidade, como apresentado pelos autores, possuindo assim dois nomes: Nazário Surubi Rojas (nacionalidade boliviana) e Nazário Surubim Rocha (nacionalidade brasileira). Tal fato reflete um exemplo dos variados discursos que podem ser assumidos pelo imigrante na tentativa de ser aceito e sobreviver no local em que ele se estabelece. No caso do Sr. Nazário, isso foi motivado pelo fator trabalho, ou seja, uma demanda do mercado de trabalho que atraiu imigrantes bolivianos para empregarem sua força de trabalho na construção da Ferrovia que ligaria Corumbá, no Brasil à Santa Cruz, na Bolívia. Em Corumbá há de termos muitos

“Nazários” que modificaram o nome, aprenderam a língua local e tiveram suas identidades renunciadas para que pudessem se encaixar neste espaço.

Cardoso de Oliveira (2005) nos ensina também que espaços fronteiriços criam, em graus diferenciados, um sistema de interação entre diferentes nacionalidades. Esse grau diferenciado de interação pode ser influenciado pelo conceito ensinado por Sayad (1999), sobre o discurso usado pelo Estado em relação à imigração e a fronteira, ou pela seleção do bom imigrante de acordo com seu país de origem e sua classe social, sendo esses alguns dos fatores que podem influenciar o grau diferenciado de interação entre os atores sociais fronteiriços.

Os elementos apresentados até aqui buscam demonstrar a importância de reconhecermos Corumbá como uma cidade plural e com diversos povos formadores da história e cultura local. Uma cidade que necessita ser vista como uma zona de interação fronteiriça, complexa e contraditória do ponto de vista das relações sociais, mas que ao mesmo tempo se transforma em um universo de trocas culturais, interação e contato. A dificuldade em aceitar essa diversidade cultural desde a ocupação e formação de Corumbá enquanto cidade até os dias atuais, influencia na mesma medida o Patrimônio Cultural de Corumbá.

Com efeito, a partir do momento em que não é reconhecido que grupos sociais e étnicos formaram/formam a região, a contribuição dada por cada um deles para a cidade e como suas práticas culturais foram germinais para o que é a cultura local. Em especial, podemos citar os que estão ligados à cultura popular, saberes, práticas, formas de expressão realizadas pelas camadas populares da cidade não estão sendo reconhecidos em processos administrativos para declará-los como Patrimônio Cultural, sendo reflexo da política patrimonial realizada no Brasil ao longo do século XX, a qual desconsiderou os elementos culturais ligados a esses grupos até meados do ano 2000, quando é instituído o Decreto Lei Nº 3551/2000 e o Programa Nacional do Patrimônio Cultural Imaterial, trazendo um conceito amplo sobre patrimônio imaterial e com viés antropológico, reconhecendo as expressões de todos os grupos e camadas sociais, como mostra Castro e Fonseca (2008).

Sendo assim devemos pensar o Patrimônio Cultural de Corumbá, reconhecendo os contextos em que esses bens foram formados, levando em consideração o contexto histórico e as relações sociais que envolveram a formação de cada bem patrimonial reconhecido administrativamente hoje, ou seja, assumir que esses bens culturais foram formados de diferentes maneiras, os conflitos que os acompanham, e que cada grupo se apropria de maneira diferente do patrimônio, mesmo que eles estejam “disponíveis a todos”, Canclini (2019).

Devemos reconhecer essas diferentes maneiras em que a população se apropria do Patrimônio por ser influenciado pela maneira como esse bem é formado, como, por exemplo, a existência de vários bens patrimoniais reconhecidos administrativamente que se formam num período de dominação e exploração a negros e indígenas no Brasil, para Holanda (1995) os patrimônios fazem parte da história do país, com a narrativa que reforça “orgulho e patriotismo” e esses patrimônios estão ligados a oligarquia que lucrou com a escravidão e exploração e dominação de indígenas. O que nos leva a pensar que esse contexto de formação de um bem funcionaria como uma barreira ao sentimento de pertencimento e identificação das atuais gerações ligadas a esses grupos que foram explorados e dominados.

Dessa forma, trabalhar com Patrimônio Cultural não deve ser uma busca de recuperação de um passado, mas sim adequar o Patrimônio já reconhecido aos usos do presente, para tanto é necessário entender como os indivíduos ou grupos que mantêm contato diário com esse patrimônio cultural o vê, o que sentem em relação a esse patrimônio, bem como qual o grau de interação e apropriação por parte da população com relação a ele. Assim como a fronteira, o campo do patrimônio também é permeado por contradições, conflitos e paradoxos que necessitam ser reconhecidos para que seus efeitos possam ser atenuados.

2.2. Migração, fronteira e apropriação do Patrimônio Cultural

As nações modernas passam a ter seus padrões políticos e culturais e suas fronteiras redefinidas devido aos vários movimentos migratórios, isso faz com que os limites políticos dos Estados nacionais entrem em embate com a mobilidade das populações, Albuquerque (2010). As migrações abalam a noção de soberania dos Estados e de identidade nacional, a partir do momento em que estremecem as estruturas ou a ideia de nação com raízes e tradições ligadas aos sentimentos de identidade unificada e homogênea, a autenticidade, pureza cultural e uma língua pátria. Todas essas narrativas são invocadas em busca de uma obediência patriótica e para despertar um sentimento de pertencimento a uma nação.

Nesse sentido, ao analisarmos o imigrante podemos observar algumas contradições que o acompanha, como a de não pertencer nem ao seu país de origem e nem o país receptor. O imigrante não se enquadra nesses esquemas de identidade única, raízes e tradições, impostos para que ele seja visto como pertencente à nação receptora. Por outro lado, sua saída do local de origem gera consequências e ele deixa de ser visto como pertencente à este espaço. Tais

fatos fazem com que o imigrante seja visto como um indivíduo sem lugar e deslocado, não pertencente nem ao seu país de origem nem o país de destino.

Sayad (1998) nos ensina que o imigrante também é um emigrante, o processo de migrar também gera consequências no lugar de origem e não apenas na sociedade receptora, o lugar de destino. Diante disso, juntamente com o imigrante, nasce o emigrante que muitas vezes poderá ser visto como não pertencente nem ao seu lugar de origem e nem ao de destino.

Analisando o campo cultural no contexto do processo de migração, Laraia (2017) retoma o conceito antropológico de cultura para ilustrar como os indivíduos nascem aptos a serem socializados em diferentes sistemas culturais e que cultura seria tudo que o indivíduo aprende e faz como membro de uma sociedade. Desse modo, podemos entender como funciona a dinâmica da cultura ao pensarmos sobre imigração: o imigrante carrega sua bagagem cultural ao migrar e, ao chegar no seu lugar de destino, estabelece contato, interação e trocas culturais com a sociedade receptora, mas essas trocas culturais não são sinônimos de integração entre essas diferentes culturas.

Para Sayad (1998) os imigrantes são estrangeiros e, inicialmente, estão como provisórios na sociedade receptora, estabelecendo variados elos culturais e sentimentais com seu país de origem, pois há o desejo de retorno num momento inicial no processo migratório. Geralmente, os imigrantes se tornam permanentes e se vinculam de diferentes formas a esse novo país, materialmente ou simbolicamente, como maneiras de criarem vínculos e significados junto ao novo lugar.

A cultura possui um caráter dinâmico, ela não é estática e está em constante mudança, Laraia (1986). Nesse sentido, encaixar a cultura de um país em esquemas únicos e engessados é incompatível com este conceito de cultura, bem como as narrativas que buscam disseminar teorias de pureza cultural, autenticidade e identidade unificadas precisam ser superadas.

Além do mais, ao somarmos à temática da cultura as questões como imigração e fronteira, perceberemos a impossibilidade de pensarmos a cultura por meio da perspectiva de narrativas de autenticidade, tradição, pureza e como algo que não se transforma ou muda. Essas narrativas geralmente maquam ou são usados como estratégias de exclusão ou rejeição de diferenças culturais e neste cenário o imigrante é visto como intruso, uma ameaça e indesejado, consequentemente seus costumes e práticas cultural também serão.

Já a fronteira é vista como uma zona de contato, movimento, trocas culturais, convivência entre diferentes povos, misturas culturais e espaços onde as relações sociais são complexas e contraditórias.

Para Hall (2003), a identidade é vista como um lugar que se assume, um contexto e um posicionamento, e não uma essência. Por isso o indivíduo pode acionar mais de uma identidade de acordo com o contexto ou situação em que está inserido, uma noção de identidade móvel e dinâmica, podendo se reconhecer como pertencente a mais de uma identidade.

Como exemplo temos o Sr. Nazario Surubi Rojas ou Nazario Surubim Rocha, que alterou seu nome para que ele pudesse conseguir um trabalho em solo brasileiro, assumindo também a nacionalidade brasileira, Delgado e Silva (2011). Assim como Rajah El Mahmoud Omar (Suzana), proprietária da Loja Suzana Modas, que optou por escolher um nome mais fácil de pronunciar para que pudesse usá-lo enquanto estivesse trabalhando em sua loja: seu nome de batismo é Rajah e passou a usar Suzana para que os clientes pudessem pronunciar, pois o nome de batismo era muito difícil de ser pronunciado pelos clientes, Hussein (2020). O mecanismo usado por ambos permite que eles acionem a identidade que “renunciaram” a qualquer momento. Assim como Nazário e Rajah, existem muitos outros imigrantes em Corumbá que renunciaram e renunciam estrategicamente suas identidades, mas quando necessário as acionam novamente.

Sayad (1998) nos ensina que, com o tempo, ao adquirir uma certeza de permanência no país receptor, o imigrante passará a reivindicar seus direitos de existência plena, não apenas os direitos parciais do trabalhador imigrante. Nesse sentido, ao analisarmos a trajetória dos Camba em Corumbá, apresentada por Delgado e Silva (2011), podemos observar que eles se fixaram em Corumbá na década de 1950 e, no decorrer desse tempo, eles se apropriaram de forma material e simbólica no “reduto São Francisco” (antigo Lixão), território localizado dentro do Bairro Cristo Redentor, e que hoje é requerido por eles como território Camba situado na zona urbana de Corumbá. De modo igual, reivindicam sua cidadania indígena e saírem da “invisibilidade”, pois são vistos pela população local como “brugres”, “bolivianos”, “estrangeiros” e “índios sem aldeia”, sofrendo duplo preconceito: por serem indígenas e imigrantes (bolivianos) no Brasil, Urquiza; Lima (2017).

Cardoso de Oliveira (2005) faz um paralelo sobre a situação de indígenas e imigrantes, demonstrando como eles vêm ocupar posições subalternas por fazerem parte de grupos diferenciados no contexto de sociedades globais e muitas das vezes são marginalizados e discriminados e, apesar de não sofrerem o mesmo tipo de discriminação, ela acontece em ambos os casos.

Sanjurjo (2017, p. 391) nos mostra que “*migrantes e seus deslocamentos são produto e produtores de territorialidades e desterritorialidades; identidade e alteridade*”. E que

migrantes, vistos como atores sociais, atuam em situações históricas e contextos específicos, influenciados por relações de poder, acionando e (re)elaborando identidades como maneira de sobrevivência.

Primeiramente, é necessário conceituar território para entendermos como indivíduos e grupos se organizam nele. Para Rafestin (1993), território é um produto dos atores sociais: eles produzem o território partindo da realidade inicial que é o espaço e, ao se apropriar desse espaço, o indivíduo “territorializa”, ou seja, está intimamente ligado a relações políticas, econômicas e culturais de como as pessoas se organizam e se ligam simbolicamente ao espaço.

A territorialização é o uso e significado que o indivíduo ou grupo faz do espaço, e, essencialmente, é a sua representação do mundo vivido e o modo que usa para dar sentido ao mundo por meio da apropriação ou dominação. Não é como se fosse um determinismo geográfico, pois ela é transportável e dinâmica. Um exemplo são os imigrantes que se apropriam de novos territórios e reconstituem suas identidades em novos espaços. Historicamente, as sociedades se territorializam, desterritorializam e reterritorializam numa sucessão de diferentes territorialidades materiais e imateriais. Segundo Rafestin (1993), a territorialidade exprime o que é vivido no território pelos membros de um grupo e pela sociedade, isto é, uma relação de coisas vividas cotidianamente, as relações de trabalho, com a família, cultura e política, por exemplo.

Haesbaert (2011) destaca que num mundo no qual as mobilidades determinam nossa relação com o espaço, sujeitos ou grupos incluem de alguma maneira a sua experiência cultural, política, econômica em relação ao espaço, construindo assim seus multi (territórios) ou múltiplos territórios. Esta mobilidade, de acordo com o autor, pode ser por meio de deslocamento físico ou virtual, no qual poderíamos acionar diferentes territorialidades sem sair do lugar, a exemplo a experiência espaço-temporal experimentada no ciberespaço.

O espaço das fronteiras demonstra bem essa facilidade que o indivíduo possui de “multiterritorializarem-se”, como por exemplo a Feira Livre de domingo em Corumbá-MS (popularmente conhecida como Feira de Domingo) que é dividida entre comerciantes brasileiros e bolivianos. Dentro da categoria de feirantes temos os brasileiros residentes na zona urbana e rural que comercializam desde produtos industrializados à orgânicos, oferecendo uma multiplicidade de produtos à população. Já os feirantes bolivianos comercializam a mesma variedade de produtos, sendo alguns residentes de Corumbá e outros que atravessam os limites entre Corumbá e Puerto Quijarro diariamente carregando suas mercadorias e produtos em seus

carros, estes bem característicos e facilmente identificados por carregarem ferragens, lonas, caixas de mercadorias entre outros.

Outro ponto de destaque da Feira de Livre (Feira de Domingo) esses comerciantes juntos oferecem mercadorias e produtos da culinária de ambos os países e são tocadas músicas de diferentes gêneros das duas nacionalidades. Com relação à língua, podemos observar tanto o português quanto o espanhol sendo falado em diferentes interações sociais, isso mostra que não há perda de identidade em detrimento a outra, mas sim há um território onde múltiplas identidades convivem sem que haja a exclusão de nenhuma, onde ora os interesses desses comerciantes convergem ora divergem, havendo conflitos e relações complexas, retratando a dinâmica da fronteira.

A Feira livre de domingo também pode ilustrar o conceito usado por Haesbaert sobre “o Mito da Desterritorialização”, ao observarmos que os trabalhadores (feirantes) bolivianos, ao atravessarem os limites da fronteira Brasil-Bolívia trazem consigo seu idioma, música, mercadorias e culinária. Eles não deixam seus costumes e práticas culturais em território boliviano, mas transporta-os para o lado brasileiro juntamente com os produtos a serem comercializados. Portanto, para sua cultura não se perder, ela vai se misturando com elementos da cultura corumbaense, continuando a existir e sendo praticada corriqueiramente aqui em solo brasileiro: eles se reterritorializam.

Um outro exemplo seria os devotos e famílias bolivianas que celebram a Virgem de Urukupiña em Corumbá, algumas dessas celebrações iniciam-se com uma missa em igrejas de Corumbá. Conforme Martins (2016) há uma interação social entre distintas nacionalidades, a exemplo da família Monteiro que se une à família Cedron em celebração na Paróquia de Nossa Senhora de Fátima em Corumbá, o vínculo de convivência é estreito pelo fato de conseguirem celebrar a santa em uma paróquia de Corumbá, ou seja, retrata a interação entre estrangeiros e nacionais. É importante destacar que nesta Paróquia são desenvolvidas as atividades da Pastoral da Mobilidade Humana, realizando eventos de celebração da cultura imigrante, como a Semana Nacional do Migrante, realizada em junho de cada ano, e acompanha as novenas e devoções de Urukupiña, Copacabana, Santa Rosa de Lima, Caacupê e Cotoca, Martins (2016). Inicialmente as famílias que comemoram a Virgem de Urukupiña em Corumbá possivelmente viveram na invisibilidade. Elas entenderam como funcionava o território (Corumbá), como se davam as relações sociais nele, conheceram as normas e depois disso conseguiram se territorializar: criar vínculos com a sociedade receptora e realizar sua manifestação religiosa do país de origem “Virgem de Urukupiña”.

No contexto da mobilidade, é mais comum que sujeitos ou grupos criem vínculos identitários com um ou mais território(s) ou territórios com elementos híbridos, cada vez mais multiterritorializando-se, do que perder seus elos de identificação com espaços determinados, gerando o que alguns autores consideram de desterritorialização, Haesbaert (2008). Nesse sentido é que o autor destaca a capacidade dos indivíduos e grupos sociais atribuírem novos significados no novo espaço em que se encontram e se apropriar dele material ou simbolicamente, sem que haja a perda da sua identidade, reforçando que a identidade não é algo fixo e delimitado, o que ele chama de reterritorialização. Nesse sentido, a identidade se altera e é acionada com diferentes discursos podendo ser em determinados momentos contraditórias e mal resolvidas.

Para Arantes (2006), os sentidos de lugar construídos nas cidades oriundos da experiência de habitá-las precisa ser destacado, sendo nesse marco territorial, cultural e histórico, que os sentidos de pertencimento, localização e a consciência de si são refeitos e acumulados ao longo do tempo. Ele ainda destaca que as relações sociais têm sido marcadas constantemente pelas migrações e deslocamentos forçados, ou seja, pertencer a uma coletividade nacional, regional ou local e se reconhecer como parte do mapa social, vai influenciar a construção do sentido de lugar e incluir demandas de natureza patrimonial.

Nas últimas décadas grupos sociais, étnicos e outros passam a reivindicar elementos que representam patrimônio para eles, reforçando a ideia de que devemos reconhecer os variados grupos que formaram e formam a cidade, principalmente as camadas populares que tiveram sua cultura silenciada por séculos.

Há vários exemplos em Corumbá das diferentes maneiras de apropriação do PC, quando alguns bairros da cidade ou áreas são consagrados por alguns grupos dominantes como superior, assim como imóveis, objetos ou saberes que foram gerados por esses grupos. Nossa intenção não é de desqualificar os bens já reconhecidos administrativamente como patrimônio e que estejam ligados a esses momentos de dominação e exploração da nossa história, mas sim de fazer um alerta da barreira que encontramos ao trabalharmos com educação patrimonial e a dificuldade encontrada ao explicarmos o porquê de determinado bem cultural ser considerado patrimônio, mesmo que o público a que nos direcionamos não conheça o lugar ou imóvel que estamos abordando. Nesse caso é necessário questionarmos como explicar que determinado bem é patrimônio sendo que o público que atendemos só conhece aquele lugar ou imóvel por fotografia. E ainda, que a informação sobre aquele bem não chega a todos, esta informação predomina entre as classes dominantes e que conseqüentemente apenas estes vão ter condições

de compreender e controlar as ações voltadas ao Patrimônio Cultural. Canclini (2019) nos mostra que as desigualdades ligadas à formação e à apropriação de cada bem patrimonial exigem que estudemos o Patrimônio também como um espaço de luta material e simbólica entre as classes, etnias e os grupos.

Nesse sentido precisamos reconhecer que, ao analisarmos a cultura e patrimônio cultural de Corumbá, não foram apenas imigrantes europeus que ergueram aquela Corumbá que surgia no pós-guerra, na formação de Corumbá enquanto cidade e no seu processo de urbanização. Foi empregada, sobretudo, mão-de-obra das camadas populares: escrava, indígenas, paraguaia, livres e pobres, ou seja, a cidade foi e é formada até hoje por todos os povos que habitaram e habitam nela. Como exemplo, podemos citar a construção do Casario do Porto de Corumbá, feita com aplicação de capital estrangeiro trazido pelos imigrantes europeus, mas a mão-de-obra para erguer as bases dessas construções foi de cativos e ex-cativos, conforme apresentado por Oliveira; Oliveira; Rodrigues (2020), e livres e pobres, Sena (2013), assim como a mão-de-obra empregada para manter o funcionamento da vida urbana daquela Corumbá, fins do século XIX e início do XX e como ainda mostram Oliveira; Oliveira; Rodrigues (2020) o transporte de água e pessoas feito por carroceiros paraguaios, as escravas vendedoras ambulantes, livres e pobres, os cativos, ex-cativos e indígenas kadiwéus que descarregavam e carregavam navios no Porto de Corumbá. Ademais, temos as manifestações culturais realizadas pelos grupos subalternizados daquela época e que não eram bem vistas pelas autoridades locais, e por vezes marginalizadas, associadas a desordem ou proibidas, como Cururu e São João, ou o Carnaval). A contribuição desses povos na formação de Corumbá foi apagada, pois esses trabalhadores não possuem identificação, nome, registro de nascimento, ou óbito, Oliveira; Oliveira; Rodrigues (2020).

E se voltarmos ao período de ocupação da região ainda no século XVIII, identificaremos o emprego da mão-de-obra escrava para construção de Forte Coimbra em 1775, conforme apresentado por Cancian (2005). Um fato que nos chama atenção é que esses trabalhadores não possuem identificação, nome ou registro, corroborando para o fato de que nossa história reproduz o mito do herói europeu, realizador de grandes feitos e projetos na região, ignorando e ocultando a participação dos povos ligados às camadas populares. Tais fatos corroboram para o que Canclini (2019) ensina sobre conflitos que acompanham o Patrimônio Cultural e as diferentes maneiras que eles se formam, ambos precisando ser reconhecidos ao trabalharmos com Patrimônio. Nesse mesmo sentido, naquela Corumbá que estava sendo urbanizada e modernizada, excluíram-se desse processo os dois primeiros ligados as camadas populares:

Bairros Sarobá e Acampamento de Cima, assim como as práticas, manifestações culturais e costumes desses habitantes eram marginalizadas pelas classes dominantes daquela Corumbá. Naquele momento, a classe dominante daquela Corumbá definia o que deveria ou não fazer parte da vida urbana e da cultura daquela cidade em ascensão.

Atualmente, boa parte do Patrimônio Cultural de Corumbá reconhecido administrativamente está totalmente ligado à história da ocupação ou formação de Corumbá no pós-guerra, sendo que do período da ocupação da cidade, temos por exemplo, Forte Coimbra. Assim como algumas das materialidades produzidas a partir do período pós-guerra e no contexto de modernização e urbanização de Corumbá, previsto dentro do Projeto Delamare, tais como: Casario do Porto de Corumbá, Forte Junqueira, ILA – Instituto Luiz de Albuquerque e Igreja Nossa Senhora da Candelária. Outras dessas materialidades não possuem processos administrativos de reconhecimento como patrimônio, mas fazem parte das primeiras construções erguidas em Corumbá dentro do Projeto Delamare e são reconhecidas pela população local como área histórica: Praças da República, Independência e do Uruguai, os imóveis localizados nas primeiras ruas demarcadas e abertas desde 1875 em Corumbá, situados entre a Rua Oriental e Firmo de Matos; Avenida General Rondon e Cuiabá, Souza (2008).

No campo das imaterialidades, algumas delas são manifestações culturais que eram praticadas pela população que vivia naquela Corumbá dos fins do século XIX e início do século XX e que se estenderam até hoje, claro que, com o passar do tempo, elas foram recebendo novos significados, mas ainda estão presentes na cultura local, a exemplos do São João, Carnaval e o Cururu - complexo musical que tem como principal instrumento para sua execução a viola de cocho.

É importante frisar que, mesmo o passado estando visível nos dias atuais, não temos que ficar presos a ele quando pensamos no Patrimônio Cultural de Corumbá, pois há vários elementos culturais emergentes e presentes na cidade, hoje fruto da nossa dinâmica fronteiriça que necessita de atenção, uma vez que podem se tornar patrimônios futuramente, principalmente as práticas, saberes, formas de expressões e costumes ligados à cultura popular. Tais elementos expressam essa convivência, interação e relações sociais fronteiriças, necessitando que sejam registrados e reconhecidos como parte da cultura local.

Outro ponto que não devemos incorrer é usar os conceitos tradicionalistas em torno do Patrimônio Cultural, ou seja, quando se reproduz aquele discurso de autenticidade, buscando selecionar e valorar os elementos que são autênticos ou não. Não reconhecendo que os bens patrimoniais de natureza material podem receber novos usos e funções, sem deixá-los relegados

ao abandono e degradação do tempo. E os de natureza imaterial como imutáveis e aplicando a eles a mesma noção de preservação usado no campo do patrimônio material, não reconhecendo que o patrimônio imaterial é dinâmico e está em constante transformação. Gonçalves (2012) alerta que o patrimônio não deve mais ser pensado com elemento ligado a um tempo ou espaço distante, mas sim visto como um processo presente e de interminável reconstrução, isso se deve ao fato do patrimônio fazer parte de nossas experiências diárias.

As mudanças e transformações que um bem de natureza imaterial sofre devem ser vistas como novos significados gerados em torno do Patrimônio Cultural por indivíduos ou grupos, sendo que essas mudanças não significam perda do valor cultural daquele bem. Canclini (2019) mostra que, na política cultural e pesquisa relacionada ao Patrimônio Cultural, não se deve preocupar com a manutenção ou resgate da autenticidade de um bem material ou imaterial, ou a capacidade deles se manterem puros, mas importar-se mais com os processos que o envolvem e a sua representatividade sociocultural.

Por isso, quando trabalhamos com Patrimônio Cultural, se faz de suma importância não separarmos o contexto histórico e social que envolve aquele bem patrimonial, ou seja, não se deve ficar preso apenas ao valor estético de bem de natureza material ou buscar estabelecer autenticidade e pureza do bem de natureza imaterial, devemos buscar uma ligação ou harmonia entre os fatos que envolvam esse contexto histórico e social em torno do patrimônio que nos auxiliará a readequá-los as necessidades do presente. Canclini (2019) mostra ainda que não devemos reduzir o trabalho com patrimônio a um assunto de especialistas no passado, é necessário um patrimônio reformulado levando em consideração seus usos sociais, com a visão mais complexa de como uma sociedade se apropria de sua história, envolvendo indígenas, camponeses e migrantes, por exemplo.

Nesse sentido, é de suma importância dialogar sobre mudanças na forma de gestão do Patrimônio Cultural, buscando romper com práticas elitistas para que ele identifique bens culturais ligados às camadas populares, como também para que ele seja democratizado e chegue a todos os setores da população local. Do mesmo modo, devemos buscar o reconhecimento das diferentes contribuições dadas pelos variados povos que formam nossa história e cultura e, portanto, incluir a sociedade civil no processo de gestão desse patrimônio.

2.3. Patrimônio Cultural: Impasses

O campo do Patrimônio Cultural é complexo, possui contradições e paradoxos, Gonçalves (2012) e figura como um campo de luta material e simbólica entre classes, etnias e grupos sociais, Canclini (2019).

Iniciamos estas análises com uma questão sobre a divisão feita - e meramente técnica - com relação ao patrimônio cultural. Usualmente é feita uma separação do patrimônio cultural como patrimônio material e imaterial - essa devendo existir apenas do ponto de vista técnico na condução de um processo para chancela como patrimônio. Na prática e no campo da ação, as materialidades e imaterialidades estão interligadas em qualquer expressão cultural e patrimonial; elas estão unidas e não se separam, por isso optamos pelo uso do termo patrimônio cultural e em alguns casos, neste trabalho, inevitavelmente tivemos que recorrer a essa separação.

O primeiro caso seria analisarmos os registros materiais presentes no Casario do Porto e no traçado Urbano Projeto Delamare, os quais são testemunhos da ocupação e dos padrões estéticos daquela época, tais como: Praças, ruas, igrejas e imóveis só puderam ser construídos porque havia conhecimentos sobre arquitetura da época. Como por exemplo, para construção de um imóvel no estilo *Art Nouveau* foi necessário conhecimento; para a reprodução de ornamentos nas fachadas dos imóveis no estilo Eclético ou *Art Nouveau*, também era necessário possuir algum conhecimento ou saberes ligados à construção. E ainda as questões ligadas a representação social que há nessas materialidades, o que a sociedade que se formava em Corumbá no final do século XIX queria demonstrar com essas construções e o que essas construções representavam no espaço da cidade.

Já o segundo seria que um bem imaterial sempre estará ligado, acompanhado ou vinculado a bem/bens material/materiais como, por exemplo: O Banho de São João possuir várias materialidades ligadas a esta celebração: o andor, mastro, enfeites das casas entre outros; O Modo de fazer a viola de cocho inscrito no livro dos Saberes, tem como produto final a viola, mas, para que o complexo musical e coreográfico do Cururu aconteça, são necessários: a viola e o ganzá; e para o complexo musical e coreográfico Siriri são necessários instrumentos artesanais que fazem a musicalidade: a viola de cocho, o ganzá e o mocho. Por isso o uso dos termos materiais e imateriais devem ser apenas uma separação técnica quando pensamos nas possíveis formas de acautelamento pelo Estado.

As práticas culturais das camadas populares invisibilizadas desde então, resistiram ao tempo e foram mantidas até dias atuais, como o caso de Santo Antonio, Banho de São João, São Pedro, Carnaval, Cururu e a viola de cocho, Festa do Divino Espírito Santo, São Benedito, Festa Nossa Senhora das Mercês, entre outras manifestações e práticas culturais vividas pelas camadas populares que vivenciavam Corumbá desde o período pós-guerra.

Atualmente, algumas dessas celebrações e saberes foram chanceladas pelo Estado como patrimônio cultural brasileiro, o que mais uma vez demonstra a complexidade e contradições acerca do Patrimônio, como nos casos do Banho de São João (2020) e Modo de Fazer a viola de cocho (2005), instrumento artesanal necessário para que o Cururu (coreografia e música praticada por homens), ambas ligadas as camadas populares e com registros de ocorrência em Corumbá desde fins do século XIX.

Destacamos que o registro como patrimônio cultural brasileiro desses bens só passa a ser possível a partir do ano 2000, com a publicação do Decreto Lei 3551, o qual institui o Registro de Bens de Natureza Imaterial e cria o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial. Mesmo que tenhamos esses dois bens reconhecidos nacionalmente, há uma lacuna entre a criação do primeiro mecanismo legal de proteção ao patrimônio cultural, Decreto Lei Nº 25/1937 (Tombamento) e o Decreto Lei Nº 3.551/2000 (Registro), pelo intervalo de muitos anos para termos legislação aplicada a registrar bens de natureza imaterial. Fonseca (2003) destaca que até recentemente, não se tinha um mecanismo legal para aplicação de proteção a uma gama de bens e manifestações culturais significativas como referências culturais dos variados grupos formadores da sociedade brasileira, como consequência alguns destes bens poderiam ter desaparecido sem deixar nenhum vestígio.

As contradições e desigualdades acompanham o patrimônio cultural desde sua formação, como acontece com o São João desde que era praticado pelas camadas populares de Corumbá nos fins do século XIX, que era uma prática cultural mal vista e gerava desconfiança em alguns grupos dominantes da época, como apresentado por Rocha (1997), pois forças policiais foram chamadas para proibir a descida do Banho de São João pela Ladeira Cunha e Cruz, mas os festeiros resistiram e procuraram outras formas de acessar a beira do Rio Paraguai. Recentemente, essa celebração foi chancelada pelo Estado como patrimônio cultural brasileiro, um retrato dos conflitos que acompanham o patrimônio.

Ressaltamos que não são as festas organizadas pelas prefeituras de Corumbá e Ladário que foram reconhecidas como Patrimônio, mas sim as celebrações realizadas pelos festeiros de São João espalhados pelas cidades de Corumbá e Ladário. Nessas casas acontecem uma parte

da essência do Banho de São João, com a construção dos andores, decorações das casas, altares, suspensão do mastro, as rezas entre outros elementos que constituem o universo dessa celebração. Um outro momento acontece em via pública, quando os festeiros descem as ladeiras, tanto de Corumbá quanto de Ladário, assim eles podem acessar as margens do Rio Paraguai e banhar São João nas águas milagrosas do rio.

Com relação às políticas patrimoniais que contribuíram para preservar materialidades, elas tiveram uma função importante já que, se desaparecessem, a perda seria irreparável, mesmo que elas privilegiassem interesses de grupos hegemônicos em detrimento à identidade e memória de grupos subalternizados, com o exemplo de Corumbá, imaginando-a sem o Casario do Porto ou sem Forte Coimbra, tornando-se uma lacuna na nossa história e memória. Mas por outro lado, o predomínio das políticas patrimoniais “cal e pedra” fez com que o entendimento sobre as práticas de preservação voltadas às materialidades enraizasse nas políticas patrimoniais as ideias de conservação e imutabilidade, contrapondo ideias de mudança e transformação que ocorrem em torno do patrimônio, Fonseca (2003). Conseqüentemente, hoje vivemos impasses quando analisamos o patrimônio cultural, pois, observa-se que se concentra a atenção nos objetos e não nos processos que o envolvem, nos significados atribuídos a eles, nas formas como a população se apropria deles, entre outras.

No campo complexo e de paradoxos do patrimônio cultural, a partir do alargamento da noção de patrimônio, passa-se a ter um inflacionamento do campo do patrimônio e ele passa a ser objeto de obsessão coletiva, Gonçalves (2007). Ainda de acordo com o autor, de um lado existe a necessidade de se avançar com a identificação, reconhecimento e salvaguarda de bens culturais portadores de referência à identidade e memória de diferentes grupos que formam a sociedade brasileira. Do outro, há uma tendência em tudo ser classificado como patrimônio, gerando o “inflacionamento do campo do patrimônio”. Para não cair na armadilha do inflacionamento é importante levar em consideração ao definir o que deve ou não ser tutelado como patrimônio as noções atuais sobre esse campo, dentre elas de que patrimônio possui importância para muita gente e precisa ser considerado como uma construção social, incluindo principalmente práticas culturais e materialidades ligadas as camadas populares visando minimizar a lacuna gerada pela política de “cal e pedra”.

O campo do patrimônio vive hoje a busca por um equilíbrio entre preencher a lacuna criada por anos de políticas patrimoniais privilegiando apenas “cal e pedra”, executando ações de identificação, reconhecimento e salvaguarda de bens que são considerados referências culturais dos diferentes grupos existentes e lidar com esse “inflacionamento” vivido no campo

do patrimônio cultural. Gonçalves (2012, p.69) também ressalta que o patrimônio cultural é acionado para algumas finalidades, *ora o patrimônio serve aos meios da indústria turística; ora a estratégias identitárias; ora a políticas de Estado; ora como reivindicações de natureza política e econômica por alguns grupos sociais.*

Outra observação sobre uma prática muito usual é que, para um bem cultural ser reconhecido como patrimônio, ele precisa ter uma densidade histórica, ou seja, a tendência em legitimar as práticas culturais de longa existência, como ocorre em Corumbá por ser deixado em segundo plano práticas emergentes as quais são fruto da convivência entre diferentes atores sociais fronteiriços. A Constituição Federal de 1988 conceitua patrimônio cultural como portador de referência à identidade, memória e ação de diferentes grupos que formam a sociedade brasileira, não limitando o critério para legitimação do patrimônio como bens culturais de longa existência, ampliando a possibilidade de identificação e reconhecimento a práticas emergentes hoje e que são portadoras de referência cultural dos diferentes grupos que formam Corumbá.

Dentre conflitos e contradições vivenciadas quando consideramos o patrimônio cultural como formas de vida, não podemos deixar de realizar algumas considerações enfrentadas pelos grupos subalternizados frente às ações da indústria cultural, principalmente quando se trata de patrimônio imaterial. O termo “indústria cultural” cunhado por Adorno e Horkheimer (1985) foi criado para substituir o termo “cultura de massa” por este ser usado para passar uma ideia ilusória de uma cultura surgida nas massas. A indústria cultural no contexto estudado pelos autores recorria a meios de comunicação, cinema, rádio e jornais para atingir seus objetivos, de tirar a autonomia dos indivíduos e regular os momentos de lazer dos trabalhadores, fazendo com que eles consumissem informações que os alienassem ao seu ambiente de trabalho, Adorno (2002).

Atualmente a indústria cultural continua manipulando as massas de variadas maneiras, seja impondo o produto cultural que devem consumir, seja cerceando a criatividade de um artista ao moldá-lo e padronizá-lo de acordo com a ótica do mercado, ou excluindo e marginalizando a arte e a cultura produzida pelos setores populares. Nesse sentido, a população é manipulada, o consumo é estimulado e é imposto aos indivíduos que se enquadrem naquele padrão de consumo e aquisição de bens, ou seja, quem não se encaixa é excluído.

Quando a cultura ligada aos setores subalternizados encontra um espaço no mercado, ela precisa se adaptar às regras para se manter nele, sendo elas bem definidas a exemplos da reprodução em larga escala e padronização quando se trata de um bem cultural material ou

espetacularização quando se trata de uma manifestação cultural. Essas regras cerceiam o processo criativo e de produção que naturalmente faziam parte do universo de indivíduos ou grupos.

Outro fato é que essas classes hegemônicas determinam o que a população em geral devem consumir culturalmente, por exemplo, ao vermos um estilo musical que passa a ser colocado a serviço da indústria cultural gerar bilhões em lucros, enquanto um artista de grupos subalternizados, por não se enquadrar nessa lógica padronizada do mercado, não consegue viver exclusivamente da sua arte ou atividade cultural desenvolvida, encontrando como única solução desempenhar uma outra atividade econômica que garanta sua sobrevivência, colocando a sua arte ou demais práticas culturais em segundo plano, até porque a única escolha dada a ele foi essa.

O mercado é perverso porque, quando enxerga os produtos criados pelos setores populares, não enxerga as pessoas que os produzem. A exemplo, temos os artesãos da viola de cocho e cururueiros de Corumbá, por mais que eles detenham um saber que é considerado patrimônio cultural brasileiro, eles, enquanto indivíduos, não são associados a tamanha importância. No “Seminário Viola de Cocho” realizado por mim enquanto gestora cultural no ano de 2017, com recursos do Fundo Municipal de Investimentos Culturais do Pantanal da Prefeitura de Corumbá em parceria com o Escritório Técnico – IPHAN Corumbá, em uma das atividades esses cururueiros expuseram suas vivências, dificuldades e demandas para continuarem a praticar sua cultura, além de relatarem diversas situações que corroboram para o fato do mercado só enxergar o produto e não as pessoas que o produzem.

Ressaltamos que todos eles são idosos com trajetórias de vida bem diferentes, alguns alcançaram destaque em diferentes níveis, mas isso não exclui a importância de cada um deles. E, dentre o que foi apontado por eles estavam as necessidades individuais, como problemas de saúde dificuldade em realizar exames médicos, cirurgias, habitação, dificuldades financeiras para conseguirem confeccionar uma viola de cocho etc., ou seja, tudo que apontavam como dificuldades, demonstravam que não estavam tendo suas necessidades básicas de sobrevivência atendidas.

Destacamos que os cururueiros são os guardiões desse saber reconhecido como Patrimônio Cultural Brasileiro: o modo de fazer a viola de cocho. No entanto, vários deles relatam que são lembrados pelo poder público apenas do período que antecede as celebrações de São João, uma vez que eles participam dessa celebração que recentemente também fora reconhecida como Patrimônio Cultural Brasileiro.

Além disso, relatam as dificuldades encontradas quanto à disponibilidade e acesso à matéria-prima para confecção da viola de cocho, desde a burocracia para conseguirem autorização de corte e transporte da madeira, até encontrem madeira disponível para fazer a viola, que era feita de Ximbuva e Sarã, duas espécies escassas nas proximidades da área urbana. Algumas estratégias foram adotadas em busca de minimizar a falta da principal matéria-prima para confecção da viola de cocho, dentre elas alguns artesãos da viola de cocho testaram outras espécies nativas na região e que estão mais fáceis de serem cortadas e transportadas, como por exemplo madeira extraída do pé de seriguela e manga, ambas facilmente encontradas na região.

Na ocasião foi realizado diálogo com órgãos gestores ligados ao patrimônio expondo as dificuldades, principalmente a de aquisição de matéria-prima para confecção da viola de cocho, quais sejam, Fundações de Cultura de Corumbá e Ladário, IPHAN, assim como instituições ligadas ao meio ambiente - Fundações de Meio Ambiente de Corumbá e de Ladário, IBAMA e Polícia Militar Ambiental - responsáveis pelas licenças para corte da madeira e transporte – bem como as Secretarias Municipais de Educação de Corumbá e Ladário.

A iniciativa do “Seminário Viola de Cocho”, dentre seus objetivos buscou reunir os órgãos gestores do PC que atuam direta ou indiretamente na gestão do bem patrimonial em questão, tal objetivo esteve alinhado com o que é proposto no PNPI, de trabalho em rede entre órgão públicos e sociedade civil. O PNPI propõe que seja formada uma rede entre instituições públicas e sociedade civil, para que juntos possibilitem condições para que uma prática cultural continue existindo. Outro ponto que ressaltamos sobre o PNPI é que ele engloba o aspecto político e social, visando à melhoria das condições de vida das pessoas diretamente relacionadas ao bem cultural em questão.

Tendo em vista as dificuldades relatadas pelos cururueiros enfrentadas diariamente para continuidade dos seus saberes, todas as demandas e ações apontadas por eles foram listadas numa carta e entregue ao Escritório Técnico IPHAN Corumbá, para que fosse encaminhada ao IPHAN nacional para constar no processo de revalidação do registro da viola de cocho.

Um alerta quanto à situação que envolve a matéria-prima para confecção da viola de cocho foi apontado no Dossiê do Registro do Modo de Fazer a viola de cocho e, como forma de manter a continuidade dessa prática, o IPHAN desenvolveu uma Cartilha com Plano de Manejo da Viola de Cocho, mas que não fora implementado.

Em outro trabalho desenvolvido recentemente junto aos cururueiros de Corumbá e Ladário, tivemos a oportunidade de documentar parte das histórias de vida e atuação deles. Durante as gravações para o documentário que estamos desenvolvendo, “Patrimônio Cultural:

Cururueiros”, financiado pela Lei Emergencial da Cultura- Lei Aldir Blanc, por meio da Fundação Municipal da Cultura e do Patrimônio Histórico de Corumbá, em variados momentos eles relatam a preocupação em manter essa prática ativa e de repassarem alguns conhecimentos desse universo da viola de cocho e Cururu para outras pessoas, uma vez que, por estarem com idade avançada, temem que essa cultura seja prejudicada.

Um dos nossos entrevistados - Antônio Brandão - relatou que sua atuação como Cururueiro está limitada por conta da sua idade avançada, de noventa e dois anos de idade: *“eu tocava viola mas agora não dá para tocar ainda mais porque os dedo num...”* e fez sinal de que estava enrijecido, então continuou: *“os dedos num dá mais, tá tudo torcido... eu já tô assim cego só enxergo vulto nem para mim assinar não dá mais”*. Durante as gravações o Sr. Antônio Brandão, tocou ganzá e cantou toadas de Cururu juntamente com o seu sobrinho Sebastião Brandão, que o acompanhou com a viola de cocho. Ele diz que só é possível tocar o ganzá por não necessitar de tanto esforço nos dedos. O ganzá é uma espécie de reco-reco confeccionado com taquara e que para sair o som é preciso esfregar um pedaço de osso da costela bovina ou madeira no mesmo formato.

Já o cururueiro Sebastião Brandão nos relatou a dificuldade em se reunir com os demais companheiros e que sente muito em ver seus companheiros partindo devido a idade avançada em que se encontram, lembrou que nos últimos dois anos perdemos o Seo João Damásio (João da Bomba), o Seo Vergílio, o Seo Paulo Souza (Maturino) e o Seo Agripino. Ele fez um relato emocionado sobre esse vazio que sente pela ausência de seus companheiros e por não poder encontra-los por conta da pandemia: *“tem hora que não aguento mais ficá dentro di casa trancado sinto falta de ir ensiná fazê viola e tocá cururu sinto falta de tocá com meus cumpanheiro as vezes dá vontade di sair correndo por esse portão mundo a fora”*.

O “seo” Sebastião nos relatou sobre a promessa que fez ao seu pai Inácio Brandão, também Cururueiro, com quem aprendeu a confeccionar viola somente observando-o enquanto confeccionava suas violas: *“eu prometi para meu pai que enquanto eu fosse vivo eu ia fazer a viola e eu ia... nem que eu não tivesse cumpanheiro nem que eu tocassi sozinho mas que eu ia fazê eu ia fazê e é como tô agora”*. O “Seo” Sebastião também lembrou as toadas que o pai dele compôs e lembra com orgulho essas composições ao cantá-las, é uma forma de ele manter vivo os ensinamentos do pai.

Destacamos que os cururueiros possuem características que os tornam músicos singulares pois confeccionam seus instrumentos: viola de cocho, ganzá ou mocho, compõe suas toadas (letras de suas músicas), tocam os instrumentos, cantam e dançam. As coreografias feitas

por eles nas rodas de cururu, quando se desafiam em duplas, se assemelham as danças indígenas, como apontado por Rocha (1997). Quando questionado com quem ele aprendeu as toadas (letras) de Cururu, o *Seo* Antônio Brandão responde: “*ta tudo aqui, aqui na minha cabeça, eu não aprendi com ninguém eu começo a cantar e sai na minha cabeça as toadas (letras) e vou cantando*”.

Além dos saberes e conhecimentos que esses cururueiros possuem sobre a viola de cocho e toadas de cururu, eles possuem conhecimentos sobre religiosidade ligadas a cada momento das celebrações dos santos católicos muito festejados na região do Pantanal do MT e MS: São Benedito, São Sebastião, São Gonçalo e os santos juninos: Santo Antônio, São João e São Pedro. São conhecimentos que não aprendemos na escola e não encontramos em livros, eles acumulam experiências e sabedoria adquiridas ao longo de suas vidas, são detentores de um universo de saberes que somente é possível entender a grandiosidade deles ao ouvirmos eles falarem. Essas religiosidade e saberes acumulados ficam expressos na fala de um dos cururueiros entrevistados, ao indagarmos o cururueiro José Cabral, *Seo* Zé Pretinho, do que para ele quais seriam as origens do Cururu: “*ah é muito antiga nossa vem desde a criação do mundo a religiosidade do cururu vem desde a criação do mundo e o cururueiro que domina todos os conhecimentos de religiosidade é o mais respeitado entre nós. Olha para mim o que mais tinha conhecimento dessa religiosidade aqui é o finado Maturino (Seo Paulo Souza)*”

A nossa convivência e trabalhos realizados na última década junto a pessoas e grupos que integram setores culturais populares de Corumbá e Ladário, nos faz perceber que eles traçam estratégias para se manterem frente a situações de dominação do mercado e dos grupos hegemônicos, eles se adaptam, resistem e criam meios para sobreviverem frente aos efeitos da dominação exercida em suas atividades.

Esses atores sociais usam dos escassos recursos disponíveis, continuam praticando a sua cultura e vários deles transformam vidas de indivíduos de sua comunidade por meio da cultura, criando um processo contínuo de resistência, superando dificuldades financeiras e criando meios para darem continuidade às suas práticas culturais.

Eles realizam um trabalho imensurável por meio da cultura na sua dimensão cidadã, transformam vidas desde crianças a idosos, resistindo inclusive à dominação imposta pela indústria cultural, que em diversos momentos se apresenta como mais atrativa, principalmente aos mais jovens.

Os questionamentos são vários: como transmitir aos mais jovens o ofício da confecção da viola de cocho e atrair esses jovens que são facilmente seduzidos pelos produtos fruto da

indústria cultural? Como atrair crianças e jovens e mantê-los por anos em um grupo de dança de quadrilha junina? Como despertar o interesse de crianças e jovens da área urbana pela poesia e música autoral de um artista popular (autoidentificação) e agricultor familiar residente na zona rural? Como atrair e manter idosos e jovens em um grupo de teatro que é dirigido por uma diretora de teatro de setenta anos de idade, que montou um grupo de teatro após se aposentar e que escreve as peças baseadas em suas memórias de infância e histórias de Ladário? Como profissionalizar adolescentes e jovens para viverem de teatro, para que fase adulta eles ganhem o mundo e façam do teatro sua profissão e meio de sobrevivência?

Esses questionamentos só podem ser respondidos ao ouvirmos os relatos feitos por esses atores sociais contando suas trajetórias cultural e de vida, as estratégias que eles adotam para manterem suas atividades culturais, as dificuldades que eles encontram entre outros.

Retomando as complexidades e contradições ligas ao campo do patrimônio, ressaltamos que ainda é necessário atualizar o termo patrimônio histórico para patrimônio cultural, tendo em vista que patrimônio histórico é apenas uma fatia do que é o campo do patrimônio. Conforme abordado no capítulo um, a noção de patrimônio foi alargada e influenciada pelo conceito antropológico de cultura, passando assim a ser considerado patrimônio cultural, incluindo elementos ligados a cultura imaterial: “saberes, práticas, manifestações culturais, celebrações, entre outros.

Sendo assim, é preciso superarmos a noção de que apenas os elementos culturais ligados ao passado são patrimônio, de que um bem para ser considerado patrimônio precisa ser centenário ou estar ligado a tradição e originalidade para ter valor patrimonial.

Ao abordarmos a análise sobre recuperação do patrimônio não quer dizer essa recuperação do passado perdido para que ele seja revivido, pelo contrário, recuperar o patrimônio cultural é adequá-lo aos usos da sociedade atual, entendendo o patrimônio como uma experiência diária. Nesse sentido, o campo do patrimônio se apresenta como complexo, com contradições e paradoxos, porque por exemplo adequá-lo ao uso presente não significa descaracterizá-lo ao fazer uma restauração ou reforma, muito menos sacralizar um bem patrimonial, deixando-o sofrer com “deteriorações” causadas pelo tempo.

Para tanto, é essencial haver regras e ações fiscalizatórias dos órgãos gestores do patrimônio ligados ao poder público nas três esferas de poder, tendo em vista que Corumbá possui bens patrimoniais reconhecidos nesses três níveis, dispondo, também, de incentivos financeiros para proprietário que atribuem novos usos e funções a imóveis tombados e da área de sua área de entorno, como é o caso do Casario e imóveis construídos dentro dos limites do

primeiro projeto de urbanização de Corumbá, o Projeto Delamare. Tão importante quanto o Casario e os imóveis situados dentro desse projeto, são alguns imóveis e igreja construídos nos Bairros Cervejaria (antigo Acampamento de Cima) e no Borrowsky (antigo Sarobá), sendo veemente relevante mapear essas construções pertencentes aos setores populares e reconhecê-las como integrantes do espaço da cidade, preservando um patrimônio que ainda precisa ser reconhecido e valorizado como integrante da nossa cultura e história.

Considerando que o patrimônio não está ligado apenas ao passado, é preciso reconhecer elementos da cultura imaterial do presente e que estão invisibilizados, práticas culturais fruto de uma convivência entre atores sociais de diferentes nacionalidades residentes em Corumbá e das relações da nossa fronteira e esses elementos culturais emergentes possuem significado para os diferentes grupos que hoje formam a cidade. No capítulo três serão abordados alguns elementos culturais apontados por alunos do ensino básico de Corumbá, durante um projeto desenvolvido com eles, esses elementos apontados pelos alunos como patrimônio cultural não são reconhecidos administrativamente, mas foram apontados como patrimônio, eles possuem o mesmo valor patrimonial tanto quanto aqueles que possuem reconhecimento administrativo.

Precisamos reconhecer elementos culturais emergentes e não nos prender apenas ao passado, ou somente aos bens patrimoniais já reconhecidos e que remetem a narrativa de fatos memoráveis da história de Corumbá/e ou do Brasil, uma vez que tais noções de patrimônio já foram ampliadas e superadas. Esta ampliação da noção de patrimônio cultural precisa ser incorporada nas práticas públicas, sendo importante também reconhecer Corumbá enquanto fronteira e cidade receptora de imigrantes de diferentes nacionalidades.

O discurso de identidade nacional também precisa ser superado pois nele não se enquadra Corumbá enquanto fronteira e com presença de imigrantes de várias nacionalidades. Nesse discurso, o imigrante não se encaixaria como integrante da cultura local, caso algum elemento cultural trazido por um imigrante não conseguiria ser reconhecido como patrimônio. A exemplo, temos os estudos sobre a Festa da Virgem de Urukupiña que sequer faz parte do calendário cultural oficial da cidade, Martins (2016). Das treze celebrações identificadas pelo autor realizadas em solo brasileiro, há diferentes graus de participação de brasileiros nas celebrações, de famílias bolivianas ou descendentes organizando as celebrações anualmente, algumas delas reunindo mais de duzentas pessoas.

Em variados momentos o discurso do ser “histórico” e “tradicional” é invocado para determinar o que realmente seria patrimônio cultural de Corumbá, tal discurso é acionado usualmente por grupos hegemônicos da cidade, que detém informações sobre o patrimônio ou

a posse de algum imóvel situado na área central, no sentido de controlar e usar essas informações sobre o patrimônio a seu favor, principalmente no sentido de consagrar a área central como superior aos demais espaços da cidade, já que a área central possui imóveis, praças e igrejas construídas fins século XIX à metade do século XX e hoje abriga lojas, restaurantes, lanchonetes, bancos entre outros empreendimentos comerciais. Paralelamente a tal fato temos acima do “trilho do trem” vários elementos que não são vistos como pertencentes ao patrimônio local, dentre eles as materialidades ligadas a Ferrovia Noroeste do Brasil e a vila dos trabalhadores ferroviários patrimônios já reconhecidos mas que não recebem a devida atenção por parte dos órgãos gestores do patrimônio.

O patrimônio cultural por se apresentar como um campo de lutas materiais e simbólicas, luta entre classes, etnias e grupos, observamos que a população se apropria do patrimônio de diferentes maneiras. Um dos fatores que influencia esses diferentes níveis de apropriação é o contexto social e histórico em que um bem patrimonial se forma, por isso é imprescindível buscar informações sobre o contexto social e histórico de formação do patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial. No campo imaterial é costumeiro buscarmos esse entendimento ao trabalharmos no campo simbólico, mas quando se trata de um bem material é usual prender-se ao objeto em questão e não se atentar ao contexto em que ele se forma, as lutas entre classes, grupos e etnias estarão visíveis ao retomarmos no ponto onde foi formado um determinado bem patrimonial.

O Casario do Porto de Corumbá que é um símbolo do patrimônio de Corumbá, quando falamos em patrimônio usualmente as pessoas já associam a imagem daquele paredão de imóveis à beira do Rio Paraguai. O contexto em que o Casario se forma é um exemplo de luta entre classes, etnias e grupos que formavam aquela Corumbá fins do século XIX com a abertura do comércio fluvial. Após a guerra, Corumbá desempenha um papel importante no comércio fluvial platino, a cidade recebe correntes migratórias vindas de diferentes países sul-americanos e outras partes do mundo. Pelo Rio Paraguai chegavam, além de mercadorias e pessoas ideias que tomavam novos significados e eram adaptadas, como, por exemplo, as ideias que emergiam na Europa como movimentos ligados à arquitetura, ideias estas expressas nas fachadas dos imóveis do Casario do Porto e da área central de Corumbá, Oliveira; Oliveira; Rodrigues (2020).

Além de imigrantes que investiram em construção de imóveis e modernização de Corumbá, tínhamos naquele espaço que se formava no pós-guerra a presença de pessoas ligadas às camadas populares: cativos, ex-cativos, indígenas, livres e pobres.

Esses trabalhadores ligados aos setores populares eram responsáveis pela manutenção e funcionamento daquela Corumbá que se formava, mas que tiveram sua participação na formação de Corumbá ocultada durante muitos anos. Os bairros em que esses trabalhadores residiam eram marginalizados e esquecidos pelo poder público da época “Sarobá (Borrowsky) e Acampamento de Cima (atual Cervejaria), no entanto houve um Projeto de Urbanização e modernização da cidade denominado projeto Delamare, porém esses dois bairros ficaram de fora daquele processo mesmo que estivessem situados nos arredores do Casario do Porto. Nos dias atuais esses bairros ainda são tidos como marginalizados e violentos, sofrem com a omissão do poder público pois lhe faltam a prestação de serviços básicos como coleta de lixo, energia e rede de esgoto, como é o caso do Beira Rio.

Hoje ao trabalharmos com Educação Patrimonial identificamos os elementos culturais apontados pelos alunos como patrimônio cultural por meio de Mapas Afetivos, fazendo parte do Projeto Patrimônio Vivo - a troca de saberes - realizado em duas escolas situadas no entorno do Casario, nos Bairro Cervejaria (antigo Acampamento de Cima) e Sarobá (Borrowsky).

Buscamos entender como os alunos se apropriam de seus territórios que, entre os dois bairros, temos o Casario do Porto, registro material de um momento histórico de formação e urbanização e ao lado a Ladeira Cunha e Cruz pela qual festeiros de São João fazem um cortejo com seus andores para banhar São João nas águas do Rio Paraguai na noite do dia vinte e três para vinte e quatro de junho, desde os fins do século XIX. Ainda, na entrada do Bairro Borrowsky, acontece a Feira de Domingo (feira de rua); no mesmo Bairro há famílias que “vivem do rio” seja por viverem da pesca ou prestando serviços a atividades turísticas ligadas a ele, possuindo, também, duas famílias quilombolas residentes no bairro que também têm suas vidas ligadas ao rio.

As águas do rio figuram como um elemento em comum aos dois bairros, ambos estão às margens do Rio Paraguai. O Cervejaria é cortado pela Baía do Tamengo com o Rio Paraguai próximo, por isso, de alguma maneira, as comunidades dos dois bairros possuem ligação com as águas do Rio Paraguai, seja por uma celebração ou trabalho.

No bairro Cervejaria os moradores celebram São Pedro na Igreja de São Pedro (ou Igreja de Pedra do Cervejaria). Nele está o Eco Park da Cacimba da Saúde um lugar de lazer daquela comunidade e que também sedia a Casa Massa Barro na qual são confeccionados e vendidos artesanatos em argila, os artesãos que atualmente trabalham ali são da comunidade do bairro e vivem exclusivamente da venda dos seus artesanatos. Já na beira do rio temos um grande poço de pedra construído no início do século XX, no qual brota uma água cristalina e é usada como

piscina natural no período em que o rio sobe, mas no período em que o rio fica mais baixo, transforma-se num depósito de lixo e vive abandonado.

Por meio do Eco Park é possível acessar uma alameda que nos leva ao sítio arqueológico da Cacimba, localizado às margens da Baía do Tamengo e, logo a frente, ela se encontra com o Rio Paraguai, concentrando um importante sítio paleontológico, onde está o fóssil Corumbella. Em frente a umas das ladeiras do Bairro Cervejaria está localizado o Sistema de Captação de Água sobre o Rio Paraguai, também conhecida como Ponte de Captação, tombada pelo município de Corumbá como patrimônio em 2005.

No bairro Cervejaria residiam dois cururueiros já falecidos: o *Seo* Agripino Magalhães e o *Seo* Paulo Souza (Maturino). O *Seo* Maturino, além de Cururueiro, era conhecedor de lendas pantaneiras e festeiro de São Pedro - santo celebrado na igreja do Bairro que ele vivia. Nos dias que antecediam os festejos de São Pedro, ele saía tocando uma sanfona pelas ruas de Corumbá ao lado de Dona Ivone, a festeira que organiza a Festa de São Pedro no bairro Cervejaria. Dona Ivone saía pelas ruas da cidade carregando uma bandeira de São Pedro e pedindo doações para realizar a celebração em sua comunidade. Antes do *Seo* Maturino perder a visão, ele acompanhava dona Ivone pelas ruas da cidade tocando uma sanfona, mas infelizmente faleceu recentemente.

Apontamos esses elementos buscando ilustrar a vida e o cotidiano dos moradores dos dois bairros, mesmo que nos neles existam bens patrimoniais e variados elementos significativos para a cultura, história local e da humanidade, como o caso do fóssil Corumbella. Esses moradores infelizmente sofrem com a ausência de ações do poder público local, onde vários serviços essenciais são negligenciados a eles.

Nesse sentido, Gonçalves (2012) alerta que, ao invés de usarmos o questionamento do que é patrimônio, devemos ser fiéis à tradição etnográfica e perguntar: “para que serve o patrimônio?”, “Qual a relevância de reivindicar um patrimônio?” e “quais as consequências de ser um patrimônio?”. Com estas considerações podemos analisar se o patrimônio cultural está tendo sua função atendida, caso contrário ele apenas será categorizado como “patrimônio” ou “peças de museu”. O autor destaca ainda que tais reflexões irão mostrar que não devemos pensar o patrimônio como “entidade”, mas sim como “formas de vida” e “ação em reconstrução permanente”.

Se retomarmos os outros bens que compõem o patrimônio cultural de Corumbá, reconhecido administrativamente, veremos que é imprescindível entendermos o contexto social e histórico em que eles se formam, reconhecer que há conflitos que o acompanham e muitas

vezes ele é tratado como “entidade”, não sendo visto como parte da vida das pessoas e que, mesmo que um bem patrimonial esteja disponível a todos, a população irá se apropriar de diferentes maneiras dele. O patrimônio não é algo que tenha um pertencimento ou valor individual, o patrimônio é coletivo e tem importância para muita gente e, quando se trata de um patrimônio já reconhecido administrativamente, a lógica é a mesma: patrimônio é algo que precisa pertencer e estar disponível a todos que compõem uma cidade, não é algo individual e de posse de grupos hegemônicos, ele deve ser de todos e para todos.

Sendo assim, não é necessária apenas uma revisão nos critérios de seleção dos órgãos gestores do patrimônio do que deve ou não ser chancelado como patrimônio; é primordial uma mudança de postura quanto às práticas realizadas, pois além da “proteção” de um bem patrimonial recebida a partir do momento em que ele é chancelado pelo Estado, é necessário entender o patrimônio como um processo contínuo e que deve ser documentado, promovido e difundido, assim como não se tratar apenas de reconhecimento das representações dos diferentes grupos formadores de Corumbá, mas também efetivar meios que garantam a produção e reprodução das práticas culturais desses grupos.

Conclui-se, então, que devemos realizar uma gestão compartilhada e democrática do bem patrimonial, abrindo espaço para que a população participe desse processo e se aproprie do patrimônio, e não o fechar nas mãos de instituições públicas como se o bem fosse de propriedade exclusiva do Estado.

CAPÍTULO 3

NOVAS PERSPECTIVAS SOBRE A CULTURA E O PATRIMÔNIO CULTURAL LOCAL

3.1. Novas abordagens para identificação e documentação do Patrimônio Cultural de Corumbá

Ao analisarmos as possibilidades no campo do patrimônio imaterial em Corumbá, a partir das questões de identificação, registro, salvaguarda e ações de educação patrimonial, entendemos o desafio enfrentado pelos órgãos gestores de patrimônio, devido às variadas referências culturais dos grupos sociais e étnicos que formaram e formam a sociedade corumbaense. Mas ressaltamos que ainda há um longo caminho a ser trilhado para o reconhecimento e valorização do patrimônio imaterial de Corumbá.

Após o alargamento da noção de patrimônio, contida nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal, duas formas de tutela e acautelamento foram acrescentadas: o registro e o inventário. Até então, era apenas o tombamento, por este se referir a materialidades.

O Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial é um instrumento que dispomos para a preservação do patrimônio cultural. O processo de registro em âmbito nacional é conduzido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), e se efetiva por meio da inscrição do bem em um ou mais livros, sendo eles: Saberes; Celebrações; Formas de Expressão; e Lugares.

No livro dos Saberes são inscritos conhecimentos e modos de fazer, praticados por uma comunidade. O Livro das Celebrações se refere a rituais e festas que marcam as vivências coletivas e práticas da vida social, sejam elas ligadas ao trabalho, religiosidade, entretenimento e outros. Já as manifestações musicais, plásticas, literárias e outras, são inscritas no Livro das Formas de Expressão. Por fim, temos ainda o Livro de Registro dos Lugares, onde são inscritos os espaços que reúnem e reproduzem práticas culturais coletivas, como feiras, mercados, praças e santuários.

Uma baliza para enfrentar essa difícil tarefa seria a de pensar a preservação de bens culturais de Corumbá a partir da identificação de referências culturais dos diferentes grupos que formam a sociedade local. Sendo um caminho que necessita do exercício de compreensão dos sentidos e valores produzidos e reelaboradas no seio da vida cotidiana, Fonseca (2012).

Principalmente as práticas culturais ligadas às camadas populares, pois elas ainda necessitam de maior atenção de ações de reconhecimento, registro e salvaguarda de seu patrimônio cultural.

Para Fonseca (2012), pensar a preservação de bens culturais, a partir da identificação de referências culturais, é compreender e identificar sentidos e valores que são constantemente produzidos e reelaborados. Ambos vão balizar a inserção da atividade de preservação de bens culturais no campo das práticas simbólicas. E por isso é importante destacar que um bem cultural não possui valor próprio, pelo contrário, deve-se levar em conta que ele possui sentidos e valores atribuídos por grupos ou comunidades.

As referências culturais para a preservação de bens culturais não incluem somente as imaterialidades, mas também dá base para a condução de ações ligadas ao campo do patrimônio material, devido às seguintes considerações: não podemos separar um bem patrimonial, inclusive o material, da dinâmica e contexto social em que ele se forma, Canclini (2019); e, ao ser feita uma intervenção em um espaço no qual um bem material está inserido - praças, igrejas, imóveis, entre outros, não está em pauta apenas a proteção desse bem, mas também a territorialização exercida pelos grupos que ocupam aquele espaço, Fonseca (2012).

Dessa forma, é necessário perceber o que é vivido por aquele grupo ou comunidade, a forma como se apropriam não só materialmente, mas também simbolicamente, ou seja, como eles constroem suas histórias, conhecimentos, usos e costumes, e não pensar apenas na intervenção do bem material de forma isolada.

É comum a ideia de que um bem tombado é intocado ou inalterável, sendo deixado sem restauração e sofrendo com as ações do tempo. Mas pelo contrário, um bem necessita de cuidados para que seja mantido em bom estado de conservação. Nesse sentido, o processo de tombamento controla possíveis modificações, regula os critérios técnicos sobre a restauração ou reforma, para que o bem não perca sua essência ou características que levaram a tal reconhecimento.

Outra questão sobre patrimônio material é que ele também deve ser readequado às necessidades da sociedade atual sendo destinado a eles novos usos e funções. Não é porque os bens patrimoniais de natureza material são objetos, imóveis, praças, monumentos etc., que temos que enxergá-los apenas como algo sem vida e desconsiderarmos a figura humana desse contexto. Há de se compreender a forma vivida desse bem, desta forma entender que há uma comunidade inserida no espaço em que o bem material se encontra.

Não há uma fórmula ou um modelo engessado a serem seguidos, cada bem patrimonial possui elementos específicos por ter sido formado e estar inserido em diferentes contextos

sociais, por fazerem parte de diferentes espaços da cidade, serem apropriados de diferentes maneiras e em variados níveis pela população, entre outras características que impossibilitam aplicar fórmulas ou modelos únicos a eles.

No entanto, algumas práticas no campo do patrimônio cultural já foram superadas, sendo possível identificar erros a não serem repetidos. Para isso, é necessário que os profissionais e gestores da área se atualizem quanto aos novos parâmetros e bases da política de patrimônio no Brasil.

Existem variadas ferramentas para isso, a página do Iphan, na internet, disponibiliza acervos digitais como publicações, livros e artigos que foram elaborados a partir de experiências e práticas de conceituados pesquisadores brasileiros, fornecendo diretrizes e bases para realização de ações voltadas ao patrimônio cultural. Esses acervos são importantes instrumentos de consulta para pesquisadores, professores e população em geral.

Voltando ao campo do Patrimônio Cultural Imaterial de Corumbá e com relação a necessidade de ações de identificação, registro e salvaguarda citamos alguns instrumentos legais nacionais que balizam as práticas ligadas ao patrimônio imaterial e que podem orientar as ações a serem desenvolvidas localmente.

O Decreto 3551 publicado no ano de 2000, regulamentou o artigo 216 da Constituição Federal fornecendo bases para o Registro do Patrimônio Imaterial Brasileiro e criando o Plano Nacional de Patrimônio Imaterial. No mesmo ano deste decreto, o IPHAN desenvolveu a metodologia denominada Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) (IPHAN, 2000).

O Inventário Nacional de Referências Culturais é um instrumento de identificação tanto para bens materiais quanto imateriais, sendo utilizado também como forma de acompanhar, avaliar e compreender a dinâmica cultural de um bem patrimonial já reconhecido.

Arantes (2000) recomenda que deve ser feito um acompanhamento a médio prazo da dinâmica cultural do que foi inventariado, não só fazendo com que o inventário seja uma atividade rotineira nos moldes de um censo populacional, mas também proporcionando uma devolutiva de resultados produzidos, disponibilizando-os à crítica da população envolvida e aceitando as contribuições feitas pela comunidade.

Falar em inventariar bens culturais de um lugar ou de um grupo social, é fazer o exercício de identificar bens culturais que remetem as referências culturais desse lugar ou grupo. Conforme o Iphan (2000), essas referências culturais são:

(...) as edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a

memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão longe, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidade, são o que popularmente se chama de raiz de uma cultura. (IPHAN, 2000, pag. 29)

Desta forma, podemos afirmar que as entrevistas, fotografias e filmagens, bem como outros instrumentos, são documentações de sua importância para inventariar um bem patrimonial. Visto que o inventário permite também que sejam identificados problemas com possíveis soluções para a salvaguarda daquele bem.

Pois ao analisar que a preservação só acontece a partir do momento em que se compreende a dinâmica cultural do bem, entendemos que não basta somente saber que ele existe, mas como é a sua apropriação pela comunidade, se os atores sociais envolvidos encontram ou não dificuldades para a realização dessa prática, quais problemas podem afetar sua prática e se alguma transformação vem ocorrendo.

Os inventários estão sendo cada vez mais utilizados como ferramenta de produção de conhecimento sobre bens culturais e como base para realização de ações de educação patrimonial. Além de ser uma forma de incluir ao patrimônio valores e sentidos atribuídos às práticas culturais dos diferentes grupos que formam a sociedade brasileira, preenchendo a lacuna gerada pelo excesso de políticas patrimoniais “cal e pedra”.

Para Sant’Ana (2012), ao contrário do patrimônio material, que necessita de ações de “preservação” e “conservação”, os bens de natureza imaterial requerem menos intervenção e mais documentação e acompanhamento periódico: identificação, reconhecimento, registro, divulgação, registro etnográfico e apoio.

Um outro ponto apontado pela autora, em que as práticas que diferenciam patrimônio material e imaterial, é a aplicação do conceito de autenticidade muito usado no campo material, mas que não se aplica a bens imateriais. Isto porque o patrimônio imaterial possui uma dinâmica específica de transmissão, atualização e transformação, devido à dinâmica das relações sociais em que estão inseridos.

Sant’Ana (2012) alerta ainda que a ideia de autenticidade deve ser substituída pela de continuidade histórica - a qual pode ser identificada por meio de estudos históricos e etnográficos. Devemos nos ater ao processo que envolve um bem patrimonial, observando as características de uma manifestação, como ela é mantida ao longo do tempo e entender que

qualquer patrimônio está inserido em um contexto de relações sociais, ou seja, ele vai se transformar ao longo do tempo e ter conflitos e contradições.

A forma de “preservar” um bem imaterial não seria de mantê-lo “autêntico” e de forma “original”. O processo de registro de um bem deve ter o objetivo de documentar o passado e o presente desse bem, ter essas diferentes versões dele e tornar essas informações acessíveis ao público. Manter o registro da memória desse patrimônio seria a maneira possível de “preservá-lo”, afirma Sant’Ana (2012).

Essa falta de acompanhamento e documentação das transformações após o processo de registro de um bem de natureza imaterial, gera impactos negativos e dificuldades para a continuidade desse bem. A exemplo local, temos o caso do modo-de-fazer a viola de cocho, um bem patrimonial com ocorrência em Corumbá e Ladário, sendo também compartilhado com o Estado do Mato Grosso.

Hoje os cururueiros e artesãos da viola de cocho da nossa região encontram sérias dificuldades para manterem suas práticas, incluindo a dificuldade de acesso a matéria-prima para fazer a viola de cocho e falta de auxílio financeiro que possibilitem a continuidade dos saberes ligados ao universo da viola de cocho, Cururu e Siriri. Como dar continuidade a essas práticas se falta madeira para fazer a viola de cocho? Os Cururueiros estão com idade avançada e alegam que encontram dificuldades em transmitirem esses conhecimentos para outras pessoas da comunidade em que estão inseridos. Os detentores desses saberes demonstram preocupação quanto a continuidade de confeccionar a viola de cocho e dançar e cantar o Cururu e Siriri. Essas reflexões e as respostas as indagações não se esgotam nesses apontamentos, são muitas as dificuldades relatadas pelos cururueiros. A nossa atuação há mais de dez anos junto aos Cururueiros de Ladário e outras ações que envolvem os de Corumbá mais recentemente a partir do ano de 2017, nos permite apresentar alguns pontos específicos.

Durante o “Seminário Viola de Cocho 2017”, no momento da “Roda de conversa – vivências e experiências dos Cururueiros de Corumbá e Ladário”, no qual eles expuseram suas dificuldades para as autoridades locais envolvidas na gestão do patrimônio, as quais foram registradas em uma carta e entregue ao Escritório Técnico IPHAN Corumbá, para fazer parte dos documentos do processo de revalidação do modo de fazer a viola de cocho, como patrimônio cultural brasileiro.

O primeiro ponto em comum nos relatos feitos pelos cururueiros foi eles declararem que possuem dificuldades de acesso ao Sarã e Ximbuva - matéria-prima para a confecção do instrumento. Há algum tempo, as árvores onde são moldadas as violas, eram encontradas nos

arredores da área urbana. Mas com o crescimento das cidades de Corumbá e Ladário, está cada vez mais difícil ter acesso ao material. Outras espécies, como o pé de Seriguela e a Mangueira, estão sendo testadas por eles como forma de minimizar essa dificuldade, mas em alguns casos não tiveram sucesso, pois a viola de cocho rachou e apresentou outros problemas.

A Fundação de Meio Ambiente de Ladário se apresentou durante os anos de 2012 e 2018 como um canal para auxiliar em casos pontuais, destinando madeira para alguns dos artesãos da viola de cocho residentes no município. Citamos aqui exemplos de quando uma empresa concessionária de energia elétrica, que atua na região, faz a poda de alguma dessas espécies, ou quando as próprias árvores necessitam de poda ou corte total por questões naturais. Tal fato reforça a importância das práticas ligadas a gestão de um bem patrimonial, envolverem áreas interdisciplinares e não fiquem restritas apenas aos órgãos gestores do patrimônio.

Um outro ponto a ser destacado, e que foi relatado pelos cururueiros, foi a falta de auxílio financeiro por parte dos órgãos públicos ou iniciativa privada. Em casos pontuais, três dos cururueiros relataram já terem recebido recursos de projetos para realizarem oficinas, mas não se trata de incentivos financeiros contínuos, ocorrem apenas para alguns dos mestres e em momentos pontuais.

Outro relato é de que são lembrados apenas no período do São João e esquecidos o resto do ano, ficando sem auxílio financeiro para manterem suas atividades. Junto a isso, sinalizaram a vontade de realizarem oficinas em suas casas para jovens e população em geral que tenha interesse em aprender o ofício, mas reiteraram que, para isso acontecer, precisam de incentivo financeiro, eles apontam que nenhum órgão gestor do patrimônio investiu nesse tipo de ação que envolva a comunidade em que eles estão inseridos.

O cururueiro e mestre-artesão Sebastião de Souza Brandão compartilhou sua experiência de ter uma oficina realizada no ano de 2014, mas com recursos da FUNARTE-Edital Micro Projetos da Região do Pantanal, uma instituição que não está diretamente ligada a gestão do patrimônio na região. Mas que no referido ano abriu edital para nossa região e ele fora contemplado. Na ocasião, ele ministrou oficina na sua casa durante três meses para dez jovens de Corumbá e Ladário, com idade entre dezoito e vinte e nove anos, incluindo os jovens de seu bairro.

Com os recursos desse projeto, ele pode montar sua oficina de confecção de viola de cocho no quintal da sua casa, investir em equipamentos e ferramentas para manter sua oficina funcionando de forma independente durante o ano todo. De lá para cá, ele relatou ter recebido recursos de variados editais de fomento a cultura, e disse ter investido constantemente em

ferramentas e materiais para manutenção das suas atividades. Tais fatos demonstram a importância de auxílio financeiro para a continuidade desse bem patrimonial, com algumas oportunidades que foram oferecidas ao cururueiro Sebastião ele pode estruturar sua oficina e poder atuar sem dependência total do poder público.

Mas infelizmente essa possibilidade não atinge os demais cururueiros, por isso sempre destacamos que eles possuem trajetórias de atuação distintas, devido às oportunidades e valorização que foram oferecidas a eles.

Diante dos relatos, destacamos a importância de uma rede de atuação em prol da valorização do patrimônio cultural, como apontado por Rodrigues (2018). O diálogo entre órgãos gestores do patrimônio e sociedade civil, ligados direta ou indiretamente à gestão do patrimônio, são essenciais para a manutenção e “preservação” do patrimônio.

Sobre a função do Estado com relação a um bem patrimonial, Sant’Ana (2012) destaca que, no processo de registro, o Estado não tem a função de mero observador, sendo necessário que ele preste apoio às comunidades envolvidas nessas práticas, podendo ser uma ajuda financeira aos detentores de uma prática, divulgação ou a facilitação de acesso a matérias-primas e outras necessidades.

O que nos mostra que a função do Estado não se encerra quando a certidão de registro de um bem é emitida. Dentre suas responsabilidades estão a de promover e fomentar a continuidade daquele bem, inclusive financeiramente para as comunidades inseridas no universo daquele bem, a fim de que tenham condições de manter suas práticas.

Os efeitos do registro de um bem são variados, mas não se deve pensar o registro apenas como instrumento mercadológico, como por exemplo de potencializar a venda do patrimônio cultural como atrativo para a área turística, beneficiando grupos hegemônicos. É necessário garantir a continuidade do bem em questão, principalmente fornecendo apoio financeiro às comunidades envolvidas nessa prática cultural. Ter um olhar para os seres humanos envolvidos. E que as ações deem retornos financeiros a eles também, para que não fiquem nas mãos de grupos dominantes que oferecem serviços e produtos ligados ao turismo, por exemplo.

Atualmente (2021), vivemos o momento de reconhecimento do Banho de São João de Corumbá e Ladário como Patrimônio Cultural Brasileiro. O primeiro bem imaterial exclusivamente pertencente ao Mato Grosso do Sul. Esperamos que o efeito do registro não seja apenas mercadológico, a fim de potencializar esse patrimônio como atrativo turístico. Mas que sejam realizadas ações de acompanhamento, documentação, valorização e, principalmente, apoio financeiro aos festeiros, como forma de fomento à continuidade dessa prática. Em

Corumbá são noventa festeiros e em Ladário são setenta e um, totalizando aproximadamente cento e cinquenta festeiros, conforme apresentado pela relatora do processo de registro.

Nesse sentido, a metodologia do INRC como forma de acompanhar, avaliar transformações e dialogar com os festeiros de São João envolvidos, principalmente ao permitir que eles apontem as dificuldades que encontram para a manutenção das suas práticas. Esse acompanhamento, documentação e diálogo com a comunidade que o INCR proporciona, deve ser feito como um processo contínuo daqui para frente, dando subsídio para formulação de políticas públicas. O INCR será essencial para que daqui alguns anos não estejamos enfrentando problemas semelhantes aos que encontramos hoje junto aos cururueiros e artesãos da viola de cocho, principalmente a falta de apoio financeiro para continuidade das práticas ligadas a esse bem cultural brasileiro.

Outro instrumento de identificação, documentação, reconhecimento e valorização à ação e a memória dos diferentes grupos que formam a sociedade brasileira, é o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL) criado no ano de 2010 pelo Decreto Nº 7387. A inclusão de línguas no Inventário é balizada pela relevância para a memória, a história e a identidade dos grupos que compõem a sociedade brasileira. Contamos com dois instrumentos para nortear a política de diversidade linguística do Iphan, o Inventário Nacional de Diversidade Linguística e o Guia de Pesquisa e Documentação para o INDL.

Conforme Brayner (2012), hoje no Brasil são faladas cerca de duzentas e dez línguas. Grupos indígenas falam cerca de cento e oitenta línguas e as comunidades de imigrantes e seus descendentes, cerca de trinta. Além de pelo menos duas línguas de sinais, línguas crioulas e práticas linguísticas diferenciadas nas comunidades remanescentes de quilombos, e também em outras comunidades afro-brasileiras. Um importante instrumento de reconhecimento da pluralidade linguística brasileira.

Qualquer órgão ou instituições ligadas aos poderes executivos Federal, Estadual e Municipal; entidades da sociedade civil e grupos falantes, podem solicitar a inclusão da língua no INDL. No âmbito dessa política da diversidade linguística, foram propostas cinco categorias: imigração; indígenas; afro-brasileiras; sinais e crioulas. A língua tem uma função primordial como elemento de transmissão da cultura e referência identitária para os diferentes grupos sociais que formam a sociedade brasileira. Sendo assim, para que uma língua seja inserida no INDL como patrimônio cultural, é necessário primeiramente conhecê-la, documentar os usos e realizar diagnóstico sobre seu uso pela comunidade envolvida. Para tanto, a metodologia do INDL e o Guia de Pesquisa e Documentação são as ferramentas disponíveis para esse processo.

Nesse contexto, Corumbá se apresenta como um palco privilegiado para novos estudos nesse campo. E a aplicação da metodologia do Inventário Nacional da Diversidade Linguística será importante para a valorização dos diferentes grupos que formam a sociedade corumbaense. Já que a cidade possui comunidades remanescentes de quilombos já registradas e outras aguardando estudos e certificação; imigrantes de variadas nacionalidades residentes na cidade; e indígenas residentes no Pantanal, como os Guató, e os residentes em aldeia urbana, como os Camba Chiquitanos, Terena e Guató residentes no Bairro Cristo Redentor.

Estamos longe de encerrar as discussões ou esgotar o assunto sobre Patrimônio Cultural de Corumbá, mas buscamos explicitar alguns pontos que precisam ser revistos com relação às práticas ligadas ao município. Deixando um alerta sobre a necessidade de um olhar para as relações sociais que envolvem o patrimônio, a fim de estarmos atentos aos seres humanos responsáveis por manterem práticas culturais, ou aqueles que vivem no espaço em que um bem material está inserido.

Procuramos trazer nessa parte de nosso trabalho uma reflexão sobre as possibilidades existentes, para que sejam trabalhadas as diferentes dimensões do patrimônio cultural, por meio de algumas ações participativas que priorizem a importância e o seu significado para os diferentes grupos que formam Corumbá.

E ainda, ao explicarmos pontos específicos sobre patrimônio material e imaterial, nossa intenção não é fazer uma separação entre eles, pois eles fazem parte de um conjunto único: patrimônio cultural. Buscamos apenas apontar que, durante anos, as políticas de patrimônio trataram de formas desiguais os dois campos, e isso gerou consequências para os bens imateriais - uma delas é o longo caminho ainda a ser trilhado para identificação, registro e salvaguarda desses bens.

O trabalho não deve ser encerrado nestas três ações. Ao contrário, é fundamental que sejam criados meios que garantam a produção e reprodução das práticas culturais desses grupos. As novas bases a serem seguidas estão disponíveis, basta adequá-las às realidades e práticas do setor público Estadual e Municipal.

3.2. Identificação de Referências Culturais na cultura local

A convivência e interação dos povos que habitaram e habitam Corumbá formam a cultura local. Essa relação de troca estabelecida entre diferentes povos está expressa nas práticas culturais, saberes, formas de expressão, manifestações culturais e religiosas.

Dessa convivência entre eles foi gerada uma cultura local plural e que hoje proporciona visibilidade nacional à cidade de Corumbá. Inclusive, destacam-se aqui os diversos elementos culturais do município reconhecidos como Patrimônio Cultural do país. Como por exemplo, o registro do Banho de São João, oficializado em junho deste ano, entre outros bens materiais tombados e imateriais registrados, inclusive com importância no contexto nacional e já reconhecidos pelo IPHAN conforme o exemplo citado.

Em Corumbá, o Patrimônio Cultural (PC) ganhou maior destaque em 1993, a partir do tombamento do seu Casario do Porto como Patrimônio Cultural Brasileiro, sob a competência do IPHAN. Porém, o momento mais importante e de influência desse processo foi a inserção de Corumbá no Programa Monumenta, em 2002, quando o Casario do Porto e a Orla do Porto Geral passaram por um processo de revitalização, com recursos federais.

Muito se avançou em termos de política patrimonial de reconhecimento dos bens culturais existentes em Corumbá. No campo material, seguindo uma prática estabelecida durante anos pelas políticas patrimoniais brasileira, de reconhecer bens móveis ou imóveis que estejam ligados a “fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”, conforme propõe o Decreto- Lei nº 25/1937, de 30 de novembro de 1937.

De acordo com o resultado da pesquisa “O Patrimônio Cultural de Corumbá-MS e a ausência de relação com a população local: estratégias que podem contribuir para a reversão de tal quadro”, durante nossa pesquisa no curso de Especialização em Patrimônio Cultural e Artístico, pela Universidade de Brasília, em 2018, pode-se afirmar que Corumbá possui dezessete bens tombados ou registrados por órgãos gestores das esferas Municipal, Estadual e Federal.

Dentre esses bens em questão, reconhecidos como patrimônio administrativamente, temos apenas quatro de natureza imaterial: o Modo de Fazer a Viola de Cocho, em 2004 (patrimônio brasileiro); Banho de São João de Corumbá, em 2010 e 2021 (patrimônio estadual e brasileiro, respectivamente); Surtum, em 2018 (patrimônio municipal); e o Carnaval, em 2020 (patrimônio estadual).

No trabalho de conclusão do curso ora citado se propôs ainda em reunir informações dos dezessete bens, a fim de facilitar o acesso a relação, já que o material não é disponibilizado nos sites dos órgãos gestores. Na pesquisa também foram apontadas estratégias que possam minimizar as dificuldades enfrentadas na relação Patrimônio Cultural e comunidade local, como as ações educativas voltadas ao patrimônio.

Florêncio (2012) afirma que, para que a ação educativa de valorização e preservação do patrimônio seja efetiva, é importante que a Educação Patrimonial colabore para a criação de canais de interlocução com a sociedade e setores responsáveis pelo patrimônio, utilizando de mecanismos de escuta e observação que identifiquem as singularidades, identidades e diversidades locais.

E buscando estabelecer essa interlocução com a sociedade para sensibilizar a população local sobre a importância de sua participação na identificação e preservação do patrimônio cultural do município, propomos o Projeto “Patrimônio Vivo, a troca de saberes”. Tal projeto apresentou o patrimônio cultural no seu contexto histórico, as relações sociais que os envolvem e sua dimensão simbólica mediante ações de Educação Patrimonial, rompendo com algumas práticas costumeiras reproduzidas no campo de Educação Patrimonial, balizadas por questões estéticas do patrimônio e linguagens técnicas em determinados momentos difíceis de serem compreendidas por alunos do ensino básico. Tais práticas tratam as comunidades envolvidas nessas ações como meras receptoras de informações e conhecimentos acerca do patrimônio local, na lógica de cima para baixo, gerando muitas vezes uma invasão cultural.

O Projeto “Patrimônio Vivo: a Troca de Saberes”, financiado pelo Fundo de Investimentos Culturais do Pantanal 2019, da Fundação Municipal da Cultura e do Patrimônio Histórico de Corumbá/MS, realizado entre os anos de 2019 e 2020 e foi desenvolvido em instituições públicas de ensino e uma instituição cultural no município de Corumbá/MS.

A escolha pelo título se deu pela necessidade de desconstruir a ideia de que o patrimônio está ligado apenas ao passado. Buscamos mostrar que há elementos presentes no dia a dia das comunidades envolvidas e que recebem significado de patrimônio pelos grupos que se apropriam desses elementos culturais.

Também procuramos mostrar a dimensão do patrimônio no sentido de valorizar o ser humano; que as práticas, saberes, conhecimentos, manifestações culturais e celebrações só existem por serem praticadas por pessoas e por fazerem parte do cotidiano delas.

Isso tudo aplicado de forma humanizada. Durante todas as oficinas, não usamos o formato de palestra, na qual o público é tratado como ouvinte e receptor. Desde o primeiro momento, propusemos interagir com os alunos; instigamos eles à reflexão, para que naturalmente fossem apontando elementos da sua comunidade que no conceito que estava sendo apresentado.

Na abertura do projeto em cada instituição já informávamos a eles que estávamos ali também para ouvi-los e aprender com eles sobre a cultura deles, por isso a escolha do título “Patrimônio Vivo: A troca de saberes”.

O projeto executado desvendou o Patrimônio Cultural de Corumbá na perspectiva de uma Educação Patrimonial que reconheça os contextos sociais e históricos nos quais os bens patrimoniais locais se formaram, buscando inseri-los no seio da sociedade contemporânea. Além disso, buscou valorizar os saberes e práticas locais, mediante mapeamento de elementos culturais emergentes, por meio da elaboração de Mapas Afetivos feitos pelas comunidades atendidas pelo projeto.

Nas Oficinas de Educação Patrimonial, utilizamos como base as metodologias multidisciplinares apresentadas em estudos já publicados pelo IPHAN, que fornecem diretrizes às ações de Educação Patrimonial. Com relação à identificação de novos elementos culturais que sejam reconhecidos como integrantes do patrimônio pelo público-alvo do projeto, realizamos a coleta desses dados recorrendo à elaboração de Mapas Afetivos.

Na primeira etapa, apresentamos os aspectos abordados nas Oficinas de Educação Patrimonial, alguns dos contextos em que se formam, alguns bens culturais e meios que utilizamos para sensibilizar o público-alvo sobre a importância da preservação, o que é patrimônio cultural, os responsáveis por preservar e exemplos de imóveis que passaram por processo de restauração e que hoje foram dados novos usos e funções a eles.

Já na segunda etapa, abordamos as questões relativas à elaboração do Mapa Afetivo e os elementos culturais existentes nos bairros e comunidades que foram apontados como patrimônio cultural pelos alunos. Assim eles puderam nos indicar por meio de desenhos, os lugares, saberes, celebrações, formas de expressão, entre outros, que fossem de uso coletivo e que eles consideravam ser patrimônio cultural. Com este projeto buscamos contribuir para a identificação, preservação e difusão do patrimônio cultural corumbaense.

a) Projeto Patrimônio Vivo: a troca de saberes

A história de Corumbá é permeada pela convivência de variados grupos sociais e étnicos, entre eles originários, africanos e imigrantes. A interação e troca cultural estabelecida entre eles produziram uma cultura plural. Novas percepções sobre o passado da região podem contribuir para entendermos as complexidades, dinâmicas e vivências das relações culturais que ocorrem hoje nessa cidade fronteira que também é receptora de fluxos migratórios.

Reconhecer essa pluralidade cultural de Corumbá, que acompanha sua história, nos permitirá também superarmos ideias ligadas à identidade única, pureza cultural, autenticidade e nacionalismo. Nesse sentido, é importante levar em conta o alerta feito por Sanjurjo (2017) sobre o uso político do termo de identidade nacional e o uso inadequado da identidade cultural como mecanismos de exclusão ao outro e ao diferente, atuando no sentido de justificar a hostilidade contra aqueles considerados estranhos ou externos ao corpo político local.

A historiografia corumbaense por muito tempo ocultou a participação dos grupos subalternizados na formação da cidade, excluindo em diversos momentos a participação de indígenas, escravizados, livres e pobres, como povos que alicerçaram as bases para formação de Corumbá, os quais tiveram sua força de trabalho empregada forçadamente para desenvolver a região. Consequentemente, ao analisarmos o campo cultural, podemos perceber que não houve o reconhecimento da cultura ligada a esses povos, Oliveira; Oliveira; Rodrigues (2020).

Assim, além de reconhecer o importante papel desses povos que trabalharam e alicerçaram as bases de formação da região, é necessário um novo olhar que busque admitir que esses povos eram detentores de culturas e que eles foram fundamentais para a formação da nossa cultura. E essa análise deve ser estendida ao campo do Patrimônio Cultural (PC), buscando reconhecer a participação desses povos na formação de vários bens patrimoniais da cidade, tanto material quanto imaterial.

Balizado por essas premissas, o projeto descrito a seguir foi financiado pelo Fundo de Investimentos Culturais do Pantanal (FIC) em 2019, da Prefeitura de Corumbá e Fundação Municipal de Cultura e do Patrimônio Histórico. Buscamos romper com algumas práticas comuns no campo de Educação Patrimonial, em que as comunidades envolvidas são tratadas como meras receptoras de informações e conhecimentos acerca do Patrimônio, não sendo tratadas como detentoras de culturas e de patrimônios.

A construção da essência desse projeto se deu com base nas ações do setor de Educação Patrimonial do IPHAN e nas boas práticas apresentadas no projeto “Troca de Saberes: (re)construindo Territórios - Vivência de Mapa Afetivo”, mediado por Sonia Rampim Florêncio e Paulo Peters, técnicos em Educação Patrimonial do IPHAN. O projeto foi realizado na cidade de Brasília, com o objetivo de oferecer a vivência de mapa afetivo buscando instigar afetos e relações com a cidade. Com base na experiência desse projeto e demais materiais de educação patrimonial disponíveis no acervo do IPHAN, construímos nosso Projeto.

O “Projeto Patrimônio Vivo: a Troca de Saberes” surge como uma continuidade de nossos trabalhos realizados no campo do Patrimônio Cultural, mas agora realizando ações de

interlocução com a comunidade, buscando ouvir o que para eles é patrimônio e o que eles consideram importante preservar. Oferecendo, assim, a oportunidade para eles identificarem o que tem no seu bairro ou comunidade que eles consideram patrimônio. Baseados no que Fonseca (2012) nos ensina ao pensarmos a questão da preservação do patrimônio cultural, necessitamos associá-la à transmissão, difusão e apropriação por parte dos grupos sociais em que estão inseridos, os significados e valores atribuídos aos bens culturais.

Partindo desse pressuposto, nosso projeto buscou apresentar a Educação Patrimonial que despertasse a importância das relações socioculturais, afetivas, memória e o papel do ser humano diante do Patrimônio Cultural, até o envolvimento de estudantes no processo de identificação, reconhecimento e protagonismo com relação aos bens culturais já reconhecidos. O projeto visou estabelecer uma relação de troca com os envolvidos, socializando conhecimento técnico-científico já produzido por pesquisadores e órgãos gestores do PC e, ao mesmo tempo, valorizar os conhecimentos e práticas locais mediante diálogo com estudantes e posterior elaboração dos Mapas Afetivos. A elaboração dos mapas se apresentou como um recurso importantíssimo em nossos trabalhos, pois serviu como ferramenta de identificação dos bens culturais de forma participativa.

Os alunos puderam transportar para o papel, por meio de desenhos, o que eles consideravam patrimônio, ou seja, elementos culturais presentes em suas comunidades ou bairros que fossem de uso coletivo e, se deixassem de existir, todos os moradores sentiriam muita falta. A partir dessa reflexão, a memória afetiva dos alunos foi sendo revelada e os desenhos sendo elaborados por eles.

Vetorassi (2020) afirma que os desenhos (mapas afetivos) são recursos de pesquisa cada vez mais usados no campo da sociologia, pois veem recebendo abordagens sociológicas e reflexões inéditas. Mas a autora ressalta que tais recursos já haviam sido amplamente apropriados pelas áreas da psicologia, psiquiatria e terapia ocupacional, como nos trabalhos realizados pelos psiquiatras Carl Gustav Jung e Nise da Silveira.

Os autores que balizaram nossos estudos sobre Educação Patrimonial foram: Londres (2012); Florêncio (2016); (2019), responsáveis por trabalhos publicados pelo IPHAN, que nos dão conceitos, diretrizes e caminhos para trabalharmos com Educação Patrimonial.

E com relação ao Patrimônio Cultural, Canclini (2019) nos balizou com suas ideias e ensinamentos acerca da necessidade de destacar as relações socioculturais, nos prendermos aos processos que envolvem o patrimônio e não apenas nos objetos, entre outros. Outro ponto importante que Canclini (2019) nos ensina é de que nos estudos e promoção do Patrimônio

Cultural é preciso reconhecer que há conflitos que o acompanham, as diferentes maneiras que o patrimônio se forma e como cada grupo se apropria dele.

Nesse sentido, retomarmos nossas leituras e pesquisas sobre a História de Corumbá, o que nos permitiu identificar esses conflitos em que se formam o patrimônio, como por exemplo, ao analisarmos as materialidades e imaterialidades produzidas pela população daquela Corumbá dos fins do século XIX e início do século XX, quando o primeiro projeto de urbanização e modernização de Corumbá, “Projeto De Lamare”, é desenvolvido.

Com a execução do “Projeto De Lamare”, foram construídos imóveis, ruas, praças e igreja naquela Corumbá que se formava no fim da Guerra contra o Paraguai. Essas materialidades ainda estão presentes na área central de Corumbá, entre as ruas Oriental e Firmo de Matos, e Avenida General Rondon a Rua Cuiabá. Ao mesmo tempo em que este projeto urbaniza a cidade, ele segrega e exclui os primeiros bairros de Corumbá formados pelas camadas populares, bairros Sarobá e Acampamento de Cima, daquele processo de modernização, aquele formado por cativos e libertos e este por paraguaios que se fixam na região no período pós-guerra contra o Paraguai, como apresentando por Oliveira; Oliveira; Rodrigues (2020).

A sociedade corumbaense emergente também marginalizava as práticas culturais ligadas aos grupos subalternizados daquela Corumbá, como, por exemplo, São João, Carnaval e Cururu (complexo musical ligado ao instrumento viola de cocho).

Importante frisar que essas manifestações culturais, praticadas naquele período, foram ao longo dos anos recebendo novos significados e adaptações, sendo hoje consideradas do PC e proporcionam visibilidade a Corumbá no campo Cultural e do Patrimônio. Esses são os alguns dos contextos sociais e conflitos em que alguns bens patrimoniais se formam na Corumbá de fins do século XIX e início do século XX.

Buscamos, com nosso projeto, contextualizar as relações sociais e momento histórico em que os bens patrimoniais se formam, reconhecendo também nossa diversidade cultural e a participação dos grupos sociais e étnicos na formação da nossa cultura por meio das Oficinas de Educação Patrimonial. Ela se apresenta como parte de um processo de proteção e preservação do patrimônio, é uma prática educativa com metodologia multidisciplinar que deve considerar as especificidades, peculiaridades e contextos de cada caso, preocupando-se principalmente com os sujeitos envolvidos nesse processo, Florêncio (2019).

Em outro trabalho, Florêncio (2012) enfatiza que a Educação Patrimonial precisa valorizar a diversidade cultural para que fortaleça as identidades, buscando afirmar as diferentes

maneiras de ser e de estar no mundo. Somente assim evidenciaremos as culturas que muitas vezes são excluídas ou marginalizadas, principalmente as ligadas às camadas populares.

Nessa direção, realizamos o Projeto Patrimônio Vivo: a Troca de Saberes, estimulando o protagonismo dos diferentes grupos sociais quando levamos o projeto às comunidades que residem nos bairros da área de entorno do Casario do Porto, duas escolas situadas na linha de fronteira, ambas na zona rural de Corumbá, e na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Nas Oficinas de Educação Patrimonial atendemos cerca de setecentos alunos das seguintes instituições: Escola Municipal Tilma Fernandes Veiga, Escola Municipal Luiz Feitosa Rodrigues e Instituto Moinho Cultural, localizados na área de entorno do Casario do Porto; a Escola Municipal CAIC e Escola Municipal Rural Eutrópia Gomes Pedroso, localizadas no limite territorial da fronteira Brasil/Bolívia. Atendemos alunos do ensino fundamental entre outubro e novembro de 2019, e, por fim, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul com os alunos de graduação que cursaram as disciplinas de Antropologia Cultural e Sociologia Geral, no segundo semestre de 2019 e primeiro semestre de 2020.

Entendemos que no primeiro momento durante a Oficina de Educação Patrimonial seria importante trabalharmos conceitos-chave sobre Patrimônio Cultural: a importância de preservar / O Patrimônio Cultural é de todos! / Fizemos questionamentos sobre: o que havia na comunidade que, se acabasse, eles sentiriam falta? / Apresentamos exemplos de imóveis abandonados, mas que foram restaurados e receberam novos usos e funções, usamos de imagens para ilustrar o antes e o depois desses imóveis. Procuramos usar termos menos técnicos para que os alunos do ensino fundamental pudessem assimilar os conceitos e informações de maneira mais compreensível, por isso nós buscamos usar uma linguagem menos técnica nas instituições com esses alunos de sete a dezesseis anos.

Ao finalizarmos nossa sensibilização acerca da preservação do Patrimônio, contamos a história de Corumbá com base nos bens patrimoniais, recorremos a recortes temporais para organizar e contextualizar nossa apresentação. Apresentamos o contexto histórico e social em que bens patrimoniais se formaram desde o período de ocupação da região, passando pelo pós-guerra e chegando aos fins do século XX, buscando de certa forma associar esses bens culturais ao cotidiano desses alunos.

Uma das dificuldades enfrentadas foi que, ao apresentar alguns bens patrimoniais, alguns alunos não conheciam, nunca tinham ouvido falar daquele bem ou nunca haviam visitado aquele lugar, como por exemplo, quando apresentamos sobre o Casario para os alunos que residem na escola Rural Eutrópia Gomes Pedroso, cerca de cinco alunos afirmaram que nunca

havia visitado o Porto Geral de Corumbá e só conheciam o Casario do Porto por meio de fotos.

Outro bem patrimonial que está longe do cotidiano dos alunos é a Ponte Eurico Gaspar Dutra, conhecida como Ponte de Porto Esperança. Ela liga uma margem à outra do Rio Paraguai pela linha férrea, e como a ferrovia está desativada para transporte de passageiros há décadas, os alunos que já ouviram falar da ponte só conhecem por fotos. Recorremos à importância histórica de cada um desses bens, o contexto social em que eles se formaram, para ilustrar aos alunos a importância de cada um na história de cidade, estado ou país.

Assim, a equipe passou a analisar esses aspectos sobre os bens patrimoniais que se enquadravam nessa situação, por estarem distantes do cotidiano dos alunos, de difícil acesso à população ou pelo fato da informação sobre o bem patrimonial não ser levada até a população: patrimônio de quem? E refletimos sobre as diferentes maneiras que os grupos se apropriam do Patrimônio, as barreiras que dificultam essa apropriação e se havia sentimento de pertencimento ao público que atendemos. Tais questões serão abordadas em trabalhos futuros.

Antes de descrevermos os elementos identificados pelos estudantes como Patrimônio Cultural (PC), entendemos ser necessário contextualizar e citar algumas características dessas comunidades em que as instituições atendidas estão inseridas.

A Escola Municipal Luiz Feitosa Rodrigues está localizada na área do entorno do Casario do Porto de Corumbá, na entrada do Bairro Borrowsky (antigo Sarobá). Atualmente, entre seus moradores, vivem duas famílias certificadas como remanescentes de quilombolas e que possuem seus meios de sobrevivência ligados à pesca e agricultura.

Até hoje, esse bairro ainda carrega estigmas impostos pela sociedade e é negligenciado pelo poder público, com serviços básicos que deveriam ser prestados. É o caso da família Campo Correa, certificada como remanescente de quilombolas, que têm dificuldade de acesso a serviços básicos como coleta de lixo, fornecimento de energia e abastecimento de água.

Ainda na área de entorno do Casario do Porto, está localizada a Escola Municipal Tilma Fernandes Veiga, no Bairro Cervejaria (antigo Acampamento de Cima), outro bairro que se formou no pós-guerra, mas sendo habitado por paraguaios que se fixaram na região depois do fim da guerra, sendo considerado também um dos bairros mais antigos da cidade. Este bairro também carrega estigmas impostos pela sociedade contemporânea, em razão de ser formado por moradores ligados às camadas populares. Alguns deles têm a pesca como meio de sobrevivência, outros a atividades ligadas ao turismo, conforme nos foi relatado pelos alunos.

E na entrada do Bairro Cervejaria, está localizado o Instituto Moinho Cultural Sul-Americano, que atua há quinze anos na cidade, atendendo a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social. Oferece aos alunos no período de contraturno escolar aulas de ballet e música clássica, dança contemporânea, informática e apoio escolar a alunos de Corumbá e Ladário, no Brasil, e Puerto Quijarro e Puerto Suarez, na Bolívia.

Aproximando-nos dos limites territoriais com a Bolívia, temos a Escola Municipal CAIC Padre Ernesto Sassida. Mesmo que faça parte do Bairro Dom Bosco, a escola é considerada como localizada em zona rural e está na estrada que liga o Brasil à Bolívia. Possui uma convivência fronteiriça acentuada por ter muitos alunos bolivianos matriculados.

Já a Escola Municipal Eutrópia Gomes Pedroso está localizada na Zona Rural de Corumbá, faz parte do Assentamento Tamarineiro I, que possui ao seu lado o assentamento boliviano El Carmen de la Frontera. Na paisagem, esses dois assentamentos se confundem. Nessa área rural, do lado brasileiro, há mais dois assentamentos: Paiolzinho e o Tamarineiro II. A estrada de chão, conhecida como Estrada do Jacadigo, corta esses quatro assentamentos, ou seja, a vida da região passa por essa estrada.

A proximidade geográfica entre o Assentamento Tamarineiro I, no Brasil, e o Assentamento El Carmen de la Frontera, Bolívia, intensifica a interação e contato entre brasileiros e bolivianos residentes nesses assentamentos. Importante destacar que as famílias residentes nos três assentamentos brasileiros se dedicam à agricultura familiar ou pequenas criações de gado.

A segunda etapa do projeto consistiu em estimular cerca de cem alunos, das quatro escolas públicas da rede municipal, mencionadas na seção anterior, e do Instituto Moinho Cultural Sul-Americano a identificarem elementos culturais existentes em seus bairros que eles consideravam Patrimônio Cultural. No total, foram elaborados cinco Mapas Afetivos, um em cada instituição atendida. Destacamos que as duas escolas municipais situadas na zona rural possuem maior número de alunos bolivianos matriculados.

Tomamos por base os trabalhos de Bonfim (2003); (2008), nos quais a autora utilizou-se de mapas afetivos para leituras das afetividades dos grupos estudados com relação ao espaço em que eles vivem. Segundo Bonfim (2003), o principal objetivo dos mapas afetivos não é localização geográfica ou orientação espacial, mas sim de demonstrarem representações do espaço e avaliarem os níveis de apropriação, apego e identidade social.

A todo momento, desde a primeira oficina, enfatizávamos aos estudantes que o patrimônio não está ligado apenas ao passado, e que há elementos da nossa cultura hoje que são

do Patrimônio, necessitando serem identificados e que o papel deles nesse processo era de grande importância, pois iriam nos mostrar o que para eles era Patrimônio Cultural. Ou seja, nas Oficinas de Educação Patrimonial, nossa equipe mostrou o que era Patrimônio Cultural em Corumbá, mas com base naquele exercício, eles demonstrariam os bens culturais e o que consideravam Patrimônio.

Neste segundo encontro, obrigatoriamente os alunos participantes deveriam ser das turmas que receberam a primeira etapa do projeto, as Oficinas de Educação Patrimonial, por estarem sensibilizados sobre o assunto trabalhado pelo projeto. Nessa segunda etapa do Projeto, os alunos estavam familiarizados com a equipe e sensibilizados com a temática Patrimônio Cultural. Já havíamos explicado sobre a construção do Mapa Afetivo, no qual eles demonstrariam por meio do desenho o que havia no bairro deles, que era de domínio coletivo e que eles consideravam Patrimônio.

Provocamos a reflexão usando palavras que sintetizassem os bens culturais: lugares, danças, música, conhecimento, forma de fazer, culinária, entre outros. Fizemos um balão de ideias na lousa da sala de aula e a todo momento relembávamos sobre aqueles elementos descritos e que fossem de uso ou participação de todos do bairro. A elaboração dos Mapas Afetivos foi marcada pela participação intensa dos alunos.

Nela, eles tiveram a oportunidade de apresentar o Patrimônio deles, o que havia na comunidade que eles tinham afeto e que pertencesse a todos da comunidade. Podendo ser o jeito de preparar uma comida, uma dança, uma música, uma festa feita na comunidade e que os moradores participassem, a maneira de fazer um artesanato ou um conhecimento sobre alguma coisa específica etc.

Depois de os alunos retratarem os bens culturais por meio de desenhos, fomos colando os desenhos dentro do mapa da cidade de Corumbá e pedíamos para que eles explicassem as suas escolhas e o que significavam para a comunidade. Assim os alunos foram construindo os Mapas Afetivos. Essa atividade foi acompanhada pela professora da turma. Ao final os mapas foram expostos nas escolas e fizemos uma conversa informal com a turma e com a diretora ou coordenada da escola para explicar a importância daquele mapeamento feito pelos alunos. Nas Escolas Municipais Tilma Fernandes, Eutrópia Gomes Pedroso e Luiz Feitosa Rodrigues, os alunos teriam nos dias posteriores ao projeto, a Feira Pedagógica, e fizeram a exposição dos seus mapas afetivos nessas ocasiões.

A equipe foi registrando os elementos culturais que por eles são considerados como Referências Culturais da comunidade. Essas informações foram inseridas na Tabela abaixo,

levando em conta, sobretudo, a categoria onde poderiam estar inseridas, caso tivessem seu valor e relevância cultural reconhecidos mediante ato administrativo do poder público (Tombamento ou Registro):

Tabela 2 – Bens culturais apontados nos Mapas Afetivos:

Itens	DENOMINAÇÃO	CATEGORIA
01	Assentamento Tamarineiro I e II	Lugar
02	Estrada do Assentamento – que liga os alunos a escola do assentamento	Lugar
03	Saberes ligados ao plantio da Roça	Saber
04	Pipa	Modo de Fazer
05	Feijoada das rodas de samba	Modo de Fazer
06	Tereré	Modo de Fazer
07	Pipoca vendida próximo à escola – a forma como é feita	Modo de Fazer
08	Carnaval de Corumbá	Celebração
09	Banho de São João	Celebração
10	Celebração de São Cosme e Damião	Celebração
11	Celebração de São Sebastião	Celebração
12	Celebração de Nossa Senhora Aparecida	Celebração
13	Celebração de São Pedro	Celebração
14	Cacimba da Saúde - uma espécie de piscina natural para os moradores do bairro.	Lugar
15	Siriri e Cururu	Forma de expressão
16	Rio Paraguai e Peixe	Saber, por estarem ligados a leitura das águas e saber sobre a pesca.
17	Rio Paraguai	Lugar
18	Churrasco Pantaneiro	Modo de Fazer
19	Majadito e Sopa de Maní (pratos bolivianos)	Modo de Fazer
20	Escola Eutrópia Gomes Pedroso – Por receber os alunos da Bolívia	Lugar
21	Portal entrada da Cidade	Lugar
22	Cristo Rei do Pantanal	Lugar
23	Feira de Domingo	Lugar
24	Campo de futebol do Roseiral – Bairro Dom Bosco	Lugar
25	Mirante de Puerto Suarez – Bolívia	Lugar

Dos vinte e cinco elementos apresentados, quinze estão ligados ao imaterial: Celebrações, Forma de Expressão, Saberes, Modo de fazer. Ou seja, retrata a variedade de elementos ligados ao universo da cultura popular que possui nossa região. Tal fato nos leva a crer que temos muitos elementos ainda para serem identificados e reconhecidos, valendo lembrar que a Antropologia é uma grande aliada nesse trabalho por dar visibilidade e valorizar a cultura popular e seus atores sociais.

Ressaltamos ainda que outros elementos já tombados ou registrados foram apresentados nos mapas afetivos, mas não inserimos na tabela pelo fato de o objetivo de sua construção ter sido identificar novos elementos para possíveis processos de registro ou tombamento. São os seguintes bens já reconhecidos: Casario do Porto, São João, Viola de Cocho e Ponte de Captação de água no Rio Paraguai (conhecido pelos alunos como Ponte).

Um elemento que aparece em duas escolas localizadas em bairros diferentes, mas retratam o hábito alimentar desses grupos, é o desenho de dois pés de manga feitos por alunos da Escola CAIC (Bairro Dom Bosco) e Luiz Feitosa Rodrigues (Bairro Borrowsky). Ao provocá-los sobre o desenho, eles alegaram que é uma fruta que eles não querem que acabe na região, em razão de diversas pessoas da comunidade terem hábito de consumir a fruta preparando-a de várias formas.

Outro elemento cultural que se repete em diferentes instituições é a Festa de Cosme e Damião. Ela foi apontada por alunos de três das cinco instituições contempladas, todas elas localizadas na área urbana, na qual essa prática é muito popular na cidade. Ela envolve brincadeira e religiosidade, sendo celebrada no dia vinte e sete de setembro. Nela há católicos, espíritas, umbandistas e candomblecistas que organizam as celebrações espalhadas por Corumbá e Ladário.

O sentido religioso da festa é porque muitos festeiros que distribuem doces celebram são Cosme e Damião devido a uma promessa feita ou graça alcançada por intermédio dos santos. E brincadeira, porque é uma diversão e aventura sair pelas ruas da cidade correndo em busca de encontrar casas distribuindo os “saquinhos de Cosme e Damião” cheios de doces: balas, pirulitos, chocolates, pipoca, maria-mole, pé de moleque, rapadurinha de leite ou amendoim, entre outros.

No dia vinte e sete de setembro, as ruas de Corumbá e Ladário são tomadas por crianças que carregam sacolas e mochilas, inclusive sendo possível vermos grupos de crianças supervisionadas por um adulto e até famílias que se juntam no sentido de cuidar as crianças por que elas saem correndo ao ouvirem fogos pela cidade. É um dia em que motoristas são

sensibilizados pelos meios de comunicação a terem mais atenção no trânsito por conta das crianças.

Sair em busca de doces de Cosme e Damião é popularmente conhecido na região como “correr atrás de Cosme”, uma espécie de brincadeira na qual as crianças são guiadas pelo som dos fogos que os festeiros soltam na porta de suas casas. Os fogos são uma forma de sinalizar que naquela casa tem “doce de Cosme”. Observa-se que há um auxílio entre as crianças e adultos que as acompanham, muitas vezes quando um deles encontra primeiro o ponto de distribuição, ficam nas esquinas das ruas sinalizando e chamando os demais para o local onde está sendo distribuído o doce.

Há uma certa ordem e regra estabelecida na distribuição de doces, mesmo que num primeiro olhar dê a impressão de tumulto, aglomeração ou empurra-empurra na porta das casas. Mas assim que cada criança vai pegando o doce, já vai saindo para que os demais possam receber também. E não pode pegar mais de um saquinho ou entrar na fila duas vezes na mesma casa, quem pega doce na casa de um festeiro e tenta repetir, logo uma criança já solta: “*dona ele já pegou, não dá outro não*”. Nessa celebração adulto vira criança e corre para pegar doces e crianças sempre arrumam mais um irmão, uma estratégia para convencer o festeiro a dar-lhes mais um pacote de doces de Cosme e Damião.

Seguindo a análise de alguns dos elementos apontados nos Mapas Afetivos, na Escola Eutrópia Gomes Pedroso, as bandeiras do Brasil e Bolívia, lado a lado, aparecem em quatro desenhos, por representarem os países que estão intimamente ligados ao cotidiano desses alunos. Em outro desenho chama-nos a atenção um aluno ter dividido a folha ao meio e feito dois ambientes, um do lado brasileiro e outro boliviano. Ele nos explicou que se sente pertencente aos dois lados da fronteira, o lado brasileiro - por ter a sua escola, e Puerto Quijarro no lado boliviano, por ser o lugar de sua moradia. Tal fato ilustra a dinâmica da fronteira, na qual as pessoas transitam diariamente com várias finalidades: estudo, trabalho, comércio, entre outros; assim como o sentimento de identificação com os dois espaços.

Com exceção da escola Eutrópia, situada no Assentamento Rural e que não tem a água do rio como elemento do cotidiano da comunidade, inclusive os moradores dos três assentamentos da região sofrem por questões ligadas a falta de água potável, alguns contam apenas com poços. Em todas as outras quatro escolas atendidas, o rio aparece como elemento em comum.

À medida que o rio Paraguai foi sendo retratado nos desenhos, fomos investigando os alunos sobre qual significado do rio para a comunidade deles. Alguns relataram ter alguém na

família ligado economicamente ao rio, ora por depender da pesca para sobreviver, ora por trabalhar como piloteiro de barco, ora por prestarem serviço a empresas ligadas ao turismo de pesca. O Rio Paraguai figura como um organizador da vida social dos ribeirinhos, pois é o rio quem determina quando o pescador deve entrar nele para realizar a pesca. O segundo sentido apresentado foi de lazer, por terem o rio como um lugar para nadarem, irem realizar a pesca como forma de lazer ou fazerem um passeio de canoa ou bote.

E por fim, o rio Paraguai como um lugar sagrado, por estar ligado a algumas celebrações, como por exemplo para banhar São João ou procissão fluvial de São Pedro - no Bairro Cervejaria, santo este que é padroeiro dos pescadores. Mesmo em religiões neopentecostais, que costumam não atribuir significados ou “adoração” a elementos da natureza, observamos que também atribuem a simbologia ao Rio Paraguai, pois usam a prainha do Porto Geral como lugar sagrado para batismo de membros ainda não batizados.

A Cacimba da Saúde também está muito presente no cotidiano dos alunos do Bairro Cervejaria. Desde a primeira Oficina, quando indagávamos sobre o que havia em seu bairro e que eles consideravam patrimônio, citavam a Cacimba da Saúde, esta por ser uma espécie de piscina natural muito frequentada pelos moradores do bairro nos momentos em que está limpa.

Inclusive, foi relatado pela coordenadora pedagógica que a vivência das crianças do bairro com a Cacimba foi responsável pelo bom desempenho dos alunos da escola nos “Jogos Extreminho” (uma extensão dos Jogos do Pantanal Extremo aos alunos da Rede Municipal de Ensino - alia esporte e natureza). Segundo ela, mesmo a Escola Tilma Fernandes não tendo piscina em suas dependências, e na Educação Física eles não poderem trabalhar natação com os alunos, durante a competição de natação nesses jogos, os alunos da escola tiraram entre os primeiros lugares, por sempre estarem nadando no Rio Paraguai ou Cacimba da Saúde.

Afastando-nos da área urbana e nos aproximando na área rural, os alunos da Escola Eutrópia Gomes Pedroso têm suas práticas ligadas ao campo, como os saberes ligados ao plantio de roças e manipulação de sementes. Eles consideram também a estrada que corta a região como Patrimônio, pois possibilita a mobilidade dos moradores brasileiros e bolivianos, inclusive relataram que a estrada possibilita a chegada deles à escola. Com relação às celebrações que ocorrem ali na comunidade os alunos apontaram as festas de São Sebastião e Nossa Senhora Aparecida, pois nelas há a participação de uma parcela da comunidade.

Outro aspecto interessante de se observar na Tabela 2 é que, devido à proximidade com a Bolívia, os elementos culturais do país vizinho estão presentes nos apontamentos dos estudantes. Ou seja, esses elementos culturais não representam apenas lugares, itens

gastronômicos, celebrações, saberes, coisas, mas também significados e valores atribuídos por aquela comunidade. Isso denota a relevância da fronteira na vida dessas pessoas e como a convivência fronteiriça forma a cultura desses atores sociais.

Destacamos que todos esses elementos apontados foram entregues à Fundação da Cultura e do Patrimônio Histórico de Corumbá e ao Conselho Municipal de Políticas Culturais, para avaliarem a possibilidade de realização de pesquisas mais detalhadas sobre os bens culturais apontados e possíveis novos processos de tombamento ou registro. Não tivemos a pretensão de formalizar esses bens culturais como Patrimônio Cultural, pois é necessário que a Fundação de Cultura e o Conselho de Políticas Culturais façam essa etapa do trabalho, realizando pesquisas individuais de cada bem cultural, mais detalhadas e que deem base para novos processos de registros ou tombamentos, dependendo da natureza do elemento cultural.

Ao final do projeto, dois produtos foram gerados: um apresentando em vídeo as atividades que foram desenvolvidas, com imagens e depoimentos de alguns participantes; o outro foi a elaboração de uma Cartilha do Patrimônio Cultural – Corumbá/MS, reunindo o conteúdo gerado mediante a pesquisa, contendo os bens patrimoniais de Corumbá, sua história e contexto social em que foram formados. Até então, não havia tais informações organizadas e de maneira acessível aos professores, pesquisadores, comunidade e demais interessados no tema.

Essa cartilha foi publicada formato digital e será entregue aos professores das escolas contempladas para que tenham mais esse material para trabalhar com Patrimônio Cultural. Por conta da pandemia, não pudemos retornar às escolas para fazer a entrega desse material de apoio em formato digital aos professores, mas assim que for possível, faremos essa devolutiva às instituições atendidas.

Pensando em novas perspectivas sobre a cultura e o Patrimônio Cultural da região, há vários elementos culturais emergentes e presentes na cidade hoje, fruto da nossa dinâmica fronteiriça, que necessitam reconhecimento, pois podem ser integrados ao Patrimônio Cultural futuramente, sobretudo as práticas, saberes, formas de expressões e costumes ligados à cultura popular. Tais elementos expressam essa convivência, interação e relações sociais fronteiriças, necessitando ser reconhecidos e valorizados como parte da cultura local.

Não podemos mais pensar as relações da nossa fronteira como problema, mostrando apenas os conflitos e tensões, pois estes são comuns a todas as áreas de fronteira pelo mundo. Precisamos reconhecer a nossa fronteira Brasil/Bolívia como uma área de possibilidades, em que vários relacionamentos sociais surgem da prática na fronteira: comércio, trabalho,

educação, família, amizade, cultura, entre outros. A fronteira deve ser vista como lugar de interação, trocas culturais e contato entre os povos que nela habitam e que essas relações proporcionam variados elementos culturais.

A cidade de Corumbá se apresenta como palco privilegiado para novos estudos e pesquisas que busquem identificar, reconhecer e valorizar a pluralidade cultural da região. Trazendo essa análise para o campo do Patrimônio, veremos que a dinâmica de convivência da nossa fronteira nos traz várias possibilidades na área do Patrimônio Cultural, sobretudo, no campo simbólico. Contudo, precisamos abandonar o olhar colonial “de fora” e valorizar a cultura local, buscando dar novos rumos às pesquisas, bem como às produções culturais da nossa fronteira.

Figura 01 – Oficina de Educação Patrimonial Escola Municipal CAIC Padre Ernesto Sassida.



Fonte: Paula Navarro (equipe Projeto Patrimônio Vivo)

Figura 02- Oficina de Educação Patrimonial Escola Municipal CAIC Padre Ernesto Sassida



Fonte: Paula Navarro (equipe Projeto Patrimônio Vivo)

Figura 03- Oficina de Educação Patrimonial Escola Municipal Luiz Feitosa Rodrigues



Fonte: Paula Navarro (equipe Projeto Patrimônio Vivo)

Figura 04 – Construção Mapa Afetivo alunas do Instituto Moinho Cultural Sul Americano



Fonte: Paula Navarro (equipe Projeto Patrimônio Vivo)

Figura 05 – Construção do Mapa Afetivo pela aluna da Escola Municipal Tilma Fernandes Veiga.



Fonte: Paula Navarro (equipe Projeto Patrimônio Vivo)

Figura 06 – Desenho para construção do Mapa Afetivo pelo aluno da Escola Luiz Feitosa Rodrigues



Fonte: Paula Navarro (equipe Projeto Patrimônio Vivo)

Figura 07 – Turma da Escola Rural Eutrópia Gomes Pedroso no encerramento do Projeto Patrimônio Vivo, a troca de saberes.



Fonte: Paula Navarro (equipe Projeto Patrimônio Vivo)

Figura 08- Turma da Escola Municipal CAIC Padre Ernesto Sassida no encerramento do Projeto Patrimônio Vivo, a troca de saberes



Fonte: Paula Navarro (equipe Projeto Patrimônio Vivo)

Figura 09- Aluno da Escola Luiz Feitosa Rodrigues elaborando o Mapa Afetivo



Fonte: Paula Navarro (equipe Projeto Patrimônio Vivo)

Figura 10 – Mapas Afetivos construídos pelos alunos, da esquerda para direita Escolas Municipais Luiz Feitosa Rodrigues, Eutrópia Gomes Pedroso e CAIC Padre Ernesto Sassida



Fonte: Paula Navarro (equipe Projeto Patrimônio Vivo)

b) Projeto Encontro dos Mestres (as) da Cultura Popular de Corumbá e Ladário”

Nesta etapa do trabalho, buscamos relatar as experiências da realização do Projeto “Encontro dos Mestres (as) dos Saberes”, realizado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e no Festival América do Sul 2019.

Inicialmente, é necessário destacar que nos referenciamos nas premissas do “*Sistema Tesouros Humanos Vivos*”, um programa da Unesco criado em 1993, com bases em experiências de países orientais, para reconhecimento e apoio financeiro aos detentores de saberes tradicionais, tendo em vista que a transmissão desses saberes é primordial para a manutenção e continuidade de manifestações culturais imateriais.

Para Abreu (2007) este programa tem como objetivo que os detentores de um saber raro e singular forme multiplicadores e ao transmitir esses saberes evita-se que eles desapareçam.

Aqui no Brasil, a Secretaria Estadual do Ceará, segue as diretrizes desse programa. Em 2019 realizou a 13ª edição do “*Encontro dos Mestres do Mundo*”, com a presença de setenta e oito mestres e mestras da cultura vivos, reconhecidos como detentores dos saberes da cultura popular tradicional e do patrimônio imaterial do CE. Tomamos conhecimento desta ação no ano de 2017, quando os mestres cururueiros Sebastião Brandão e Vitalino Soares Pinto participaram desse encontro em Limoeiro do Norte no Ceará, tiveram apoio financeiro concedido pelo IPHAN Mato Grosso do Sul, para conseguirem participar do evento.

Colocando em prática essa experiência, de difusão dos saberes dos mestres(as) da cultura popular e do patrimônio, foi criado no ano de 2019 o “Encontro dos Mestres (as) dos Saberes”, como uma continuidade do trabalho de consultoria que realizada junto a alguns mestres(as) de Corumbá e Ladário, entre os anos de 2017- 2019. Fomos responsáveis por elaborar o projeto no qual os sete mestres(as) receberem o título de Mestres (as) da Cultura Popular concedido pelo extinto Ministério da Cultura, devido a trajetória de vida de cada um deles em prol da manutenção da cultura popular brasileira.

Com os relatos da realização desse projeto, buscamos apresentar uma leitura atual sobre alguns dos elementos culturais presentes em Corumbá hoje, ligados à cultura popular e que corroboram para a existência de novos elementos culturais que necessitam ser reconhecidos como integrantes da cultura local. Sobre a cultura popular retomamos algumas visões sobre cultura, para em seguida abordarmos conceito de cultura popular que baliza nossos trabalhos junto as camadas populares.

A noção de cultura, reproduzida pelos viajantes europeus, onde Laplantine (1988) apresenta como pré-história da antropologia, era de que as culturas dos países externos à Europa faziam parte de um processo linear e progressivo, em que a cultura européia estaria no topo dele e que todas as outras culturas passariam por um processo de desenvolvimento e chegariam ao modelo ideal de civilização: o europeu.

Tal ideia deu bases para a construção da teoria do evolucionismo cultural, os países não europeus eram vistos como atrasados e suas culturas se desenvolveriam e chegariam ao padrão da civilização européia.

Nesse sentido, a estrutura que as diferentes culturas externas à Europa possuíam, eram vistas como atrasadas e selvagem, não tendo significados e lógicas de funcionamento. A noção de cultura nos fins do século XIX era de um aglomerado de objetos, valores, técnicas entre

outros possíveis de serem enumerados. Os museus foram tidos por muito tempo como um espaço para difusão desse pensamento e essa noção sobre cultura foi superada pelas contribuições trazidas pela antropologia ao longo do século XX.

Para Canclini (1983), é nas sociedades industriais que surgem as designações “cultura popular ou folclore”, como resultado do eurocentrismo classificatório dos museus. O autor alerta ainda que não devemos tratar o popular como um conjunto de objetos, mas como uma posição e uma prática, pelo sentido e valores a serem conquistados nas relações sociais, ou seja, o uso que ele possui e não a origem. O termo “popular” não atrai o significado literal, que vem do povo ou é feito por ele, mas a sua relevância e representatividade no valor social

Quando falamos sobre cultura popular, a intenção não é enquadrar os atores sociais em características homogêneas. Considera-se que as práticas culturais desenvolvidas por eles são diversas, singulares e cada um com sua especificidade. São necessárias investigações para que sejam compreendidos, a exemplo são as histórias de vida e atuação dos sete mestres(as) que serão trabalhados nesse capítulo.

Para Canclini (2004), o popular se constrói na totalidade das relações sociais, na produção simbólica e material e na produção de hábitos, sentidos e práticas subjetivas interpessoal. O autor destaca que a constituição do popular não está ligada somente as questões de reprodução econômica, mas também aspectos étnicos, sexuais, consumo e as mais diferentes formas de luta contra a repressão.

A atuação dos atores sociais da cultura popular se apresenta como um universo de expressões humanas realizadas em diferentes contextos sociais. Está ligado a uma participação desigual na vida cultural da cidade, oportunidades desiguais a recursos financeiros e de atuação. Assim, esses atores sociais estabelecem formas e estratégias próprias de satisfazerem suas necessidades.

Em alguns casos, o Estado subordina essas estratégias adotadas por esses atores sociais para incentivar o turismo, convertendo por exemplo uma festa indígena ou um artesanato em folclore Canclini (2004). No caso de Corumbá, por exemplo, quando uma celebração é registrada como patrimônio Cultural Brasileiro (Banho de São João de Corumbá e Ladário - matriz religiosa popular), e passa a ser vista apenas como possibilidade de captação de recursos para o festejo organizado pelo poder público ou como atrativo para o turismo local, sem considerar os benefícios que esse reconhecimento pode trazer para a vida dos festeiros, que realizam suas celebrações em espaços privados e tem como características o conagraçamento e a coletividade sendo assim necessário priorizar recursos e apoio a eles.

Tal fato é um exemplo que retrata como práticas populares são incorporadas aos circuitos das elites, quando as representações ou práticas populares são ressemantizadas para que sejam usadas por exemplo em publicidades ou turismo Canclini (1983). A doação feita pelo Governo do Estado do Mato Grosso ao município de Corumbá, de uma cópia de viola de cocho, foi instalada num local turístico estratégico da cidade, no Porto Geral de Corumbá. A peça foi transformada em monumento, pois está situado num lugar frequentado por turistas.

No campo administrativo, por exemplo, para prestação de serviços ao poder público, após o recebimento desse prêmio esses sete mestres(as) podem ser contratados pelo poder público devido a singularidade dos seus trabalhos, não sendo possível estabelecer concorrência com demais agentes culturais pelo fato de terem esse reconhecimento.

Nossa trajetória de atuação no campo da cultura se inicia com a experiência na gestão pública de cultura, durante sete anos, tendo formação prática de criar políticas públicas de cultura, fomento, difusão e valorização da cultura ladarense com enfoque nos atores sociais produtores da cultura local. No ano de 2017, passamos a atuar enquanto sociedade civil, diretamente com consultoria por meio da Empresa Saber Cultura (através do Programa Micro Empreendedor Individual – ensino de arte e educação). Toda a experiência adquirida no setor público, nos deu base para continuarmos atuando com a comunidade cultural de Corumbá e Ladário.

Sendo assim, durante os anos de 2017 – 2019 elaboramos projetos para Edital Culturas Populares ligado ao extinto Ministério da Cultura, tendo realizado em 2019 a sétima edição do edital que premia iniciativas ligadas a manutenção da cultura popular brasileira.

“Mestres (as) da Cultura Popular” é um título concedido pelo extinto Ministério da Cultura, esse prêmio foi criado no ano de 2007 onde um dos seus objetivos é reconhecer as trajetórias de vida e atuação desses mestres(as), em prol da manutenção da cultura popular brasileira. A premiação em dinheiro é para que esses mestres(as) invistam na continuidade de suas práticas culturais.

O Prêmio Culturas Populares a cada ano homenageia um mestre/mestra da cultura popular brasileira. O objetivo dessa seleção por meio de edital é de reconhecer as expressões, festas, festejos e manifestações da cultura popular, desenvolvidas por indivíduos ou grupos por todo o país, apoiando esses mestres(as) com recurso financeiro para fomentar suas práticas culturais. No ano de 2018, o Prêmio passou do valor bruto de quinze mil para vinte mil desses valores são descontados IRPF e posteriormente depositados em conta bancária exclusivamente em nome dos premiados.

Ao contrário de outras seleções públicas, que apoiam financeiramente agentes culturais, nesse Prêmio o objetivo é reconhecer as ações já realizadas por esses atores sociais, ou seja, não havendo necessidade de propor uma ação, mas sim comprovar a atuação cultural, trajetória em prol da manutenção da cultura popular e que possuam alcance comunitário.

Os mestres(as) de Corumbá e Ladário adotaram estratégias semelhantes para a manutenção das suas práticas culturais: o uso da tradição oral como forma de expressão e manutenção da memória das expressões populares; realização de intercâmbio de saberes e fazeres entre diferentes gerações e possuem documentação histórica de comprovação de suas trajetórias.

Enquanto consultora e produtora cultural, reunimos a documentação, fotos, recortes de jornal, postagens em redes sociais, vídeos de entrevistas e apresentações, entre outros elementos de comprovação de atuação e montamos um dossiê desses agentes culturais.

Dos oito projetos enviados entre 2017 e 2019, sete foram premiados onde foi concedido aos premiados o valor citado como forma de apoio e continuidade as ações culturais desses mestres(as), bem como o título de mestre da cultura brasileira, reconhecendo a importância da atuação de cada um para a manutenção da nossa cultura.

Essa seleção pública esteve, desde sua criação até a última edição no ano de 2019, a cargo da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural. “*Concurso respeita os princípios da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, promulgada pelo Decreto nº 6.177, de 1º de agosto de 2007 e do Plano Setorial para as Culturas Populares*”, conforme Edital 01/2017 – Culturas Populares Edição Leandro Gomes de Barros.

Um outro ponto a ser destacado é que, a partir do ano de 2018, as premiações começaram a ser regionalizadas, ou seja, das quinhentas iniciativas premiadas inicialmente, cem seriam para cada região brasileira. Caso não houvesse premiados nas categorias, os prêmios restantes de uma região seriam remanejados para outras, estas categorias são divididas entre: pessoa física; Grupos ou Comunidades sem CNPJ; Pessoa Jurídica sem fins lucrativos e herdeiros de mestres (as) in memoriam.

Além do valor em dinheiro repassado aos mestres(as) para que invistam em suas atividades culturais, o prêmio se torna importante para a cultura popular pelo fato de reconhecer e divulgar a atuação dos atores sociais ligados as culturas populares.

Esses mestres(as) que não atuam sozinhos, já que as atividades de todos eles se estendem à comunidade em que estão inseridos, ou seja, por mais que tenha cada mestre como referência

de atuação, há um alcance coletivo das atividades desenvolvidas por eles. Suas práticas são apropriadas em diferentes níveis e de diferentes formas pela população ligada às camadas populares em ambos os municípios que eles atuam.

Dentre os premiados residentes na cidade de Corumbá e Ladário, estão os (as) mestres (as): Benedito CG Lima – professor, escritor e poeta (Corumbá); Cecília Maria Silva – atriz e diretora do Grupo de Teatro Tesouro Pantaneiro (Ladário); Sebastião de Souza Brandão – artesão da viola de cocho e Cururueiro (Ladário); Noêmia Terredor Alzamende – artesã e diretora do Grupo de Dança Anjos Dourados (Ladário); Marlene Terezinha Mourão – escritora, poeta, desenhista e artista plástica (Corumbá); Bianca Maria Machado de Oliveira – atriz, produtora, festeira de São João e diretora da Cia de Teatro Maria Mole (Corumbá); Sérgio da Silva Pereira – artista popular, agricultor familiar e professor de artes (Corumbá – Assentamento Taquaral).

Como parte dos nossos trabalhos, produzimos encontros visando divulgar o recebimento do título de mestres(as) da cultura popular brasileira, contar as diferentes trajetórias de atuação deles, os desafios encontrados, as pessoas envolvidas e que contribuem para manutenção de suas atividades e o que os motiva a manter suas atividades culturais.

Assim, produzimos o “Encontro dos Mestres (as) dos Saberes de Corumbá e Ladário” realizado no ano de 2019. Interrompido em 2020, devido a situação gerada pela pandemia, com a intenção de circular o máximo com esse encontro para que a população possa ter acesso aos produtores da nossa cultura e guardiões de saberes imensuráveis.

Foram realizados encontros, em formato de rodas de conversa, nas quais mestres(as) da cultura popular e alunos das turmas de Psicologia, História, Direito e Administração na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, puderam conhecer um pouco da história dos mestres(as) contadas por eles. Nessa ocasião, buscamos mostrar aos alunos que as práticas e costumes ligadas a cultura popular também é cultura e precisa ser reconhecida e valorizada, que ela cabe dentro do ambiente acadêmico incluindo as pesquisas, como ela contribui para a ciência: Antropologia e para o conceito Patrimônio Cultural, ampliado por exemplo na Constituição Federal de 1988.

Outro encontro foi realizado no âmbito do Festival América do Sul Pantanal 2019, sob um pé de flamboyant, à beira do Rio Paraguai, em frente ao Casario do Porto. O encontro foi aberto à população em geral, recebemos em torno de trinta pessoas que passavam pelo Porto Geral e acompanhavam as atividades do Festival. Essa ação que fez parte da programação oficial, buscou difundir a história de atuação dos mestres (as) e a cultura popular da região.

As turmas que participaram do encontro, finalizaram a disciplina de antropologia com o “Encontro dos Mestres (as) Saberes”. Os jovens e adultos inseridos no ambiente acadêmico puderam ter acesso a parte do que é a cultura de fronteira e as pessoas que a mantêm.

O objetivo é dar visibilidade ao que cada mestre produz, suas trajetórias de vida, as pessoas que auxiliam eles nas suas atividades culturais, tempo de atuação individual ou grupo, como fazem para divulgar seus trabalhos em suas comunidades, o que sua atividade cultural representa para eles e o que o recebimento do prêmio de mestres(as) da cultura popular trouxe de benefício.

Uma outra ação decorrente do trabalho em conjunto com os mestres(as) da cultura popular, foi a gravação de sete minidocumentários- “Vozes da Cultura Popular de Corumbá e Ladário” financiados pela Lei Emergencial da Cultura - Aldir Blanc, repassado pela Fundação Estadual de Cultura de Mato Grosso do Sul. Esses minidocumentários estão postados no Canal Saber Cultura na plataforma youtube, são sete capítulos, cada um contando um pouco da história de vida e trajetória cultural de cada mestres(as) a partir da ótica deles.

Consideramos que os mestres(as) possuem diferentes trajetórias de vida e atuação, mas um elemento que é comum entre eles é o de resistir em manter suas práticas culturais, estabelecer intercâmbio cultural com as novas gerações. Nas histórias contadas por eles no “Vozes da Cultura Popular de Corumbá e Ladário”, é possível observar que todos possuem essa semelhança: superar e resistir diante das dificuldades impostas a eles, sejam elas individuais, para que conseguissem realizar suas práticas culturais, ou aquelas externas impostas por grupos dominantes através de suas ações hegemônicas.

Um outro momento em que as atuações e histórias dos mestres(as) se cruzam é pelo fato de todos eles envolverem gerações mais jovens em suas ações. Todos se preocupam, de alguma maneira, com a continuidade de suas práticas. Além disso, notamos que estender as atividades para a comunidade ou bairro em que estão inseridos é outro ponto em comum entre eles; suas atividades impactam diretamente as suas comunidades em diferentes níveis, mas há essa preocupação de interação e partilha com a comunidade.

Durante as gravações dos minidocumentários, em vários momentos os mestres(as) relataram as dificuldades econômicas e emocionais que estão vivenciando durante esse período de distanciamento social, no qual todos estão impedidos de realizarem suas atividades presencialmente. Todos eles dependem de público e de contato físico para suas práticas. Alguns buscaram minimamente dar continuidade às suas atividades de forma virtual, outros têm

dificuldade de acesso à internet, pois no bairro onde reside o sinal oscila e impõe mais um grau de dificuldade.

A exemplo, o mestre Sérgio, que também é agricultor familiar e professor na Rede Municipal de Ensino de Corumbá, reside na zona rural de Corumbá, no Assentamento Taquaral, e lá a internet só funciona quando “*bate um vento, e logo já cai a conexão*”. E com a pandemia do Covid-19 essas desigualdades foram acentuadas pois ele teve que continuar ministrando as suas aulas durante a pandemia, mas agora de forma remota dependendo totalmente da internet.

Outros mestres(as) conseguiram realizar algumas ações virtuais, tentaram se “*adaptar ao momento, não cair no esquecimento e aparecer na mídia*”, como relatado pela mestra Cecília Maria. E até tentar seguir o conselho de algumas pessoas diante da resistência de realizar suas atividades virtualmente, como o relato da mestra Bianca Machado:

Me diziam que eu tinha que me reinventar e me adaptar criando apresentações de teatro virtualmente. Como seu eu odeio rede social, eu sou do contato físico, eu sou do teatro eu gosto de gente e não da tela de um computador. Mesmo assim eu nunca trabalhei tanto para ganhar 1/3 do que eu normalmente ganho.

Todos relataram que sentem muita falta de ver gente, de estar em contato com o público e com sua comunidade. O momento que estão passando impactou de maneira imensurável suas vidas, e alguns relatam que estão afetados emocionalmente por estarem impedidos há mais de um ano de realizarem suas práticas culturais com seus pares.

Diante das histórias de vida de cada mestre/mestra, a importância da atuação de cada um deles e as transformações sociais que eles realizaram ao longo de suas trajetórias, seriam necessárias novas pesquisas que dessem conta da grandiosidade da contribuição de cada um.

Os encontros foram interrompidos devido ao distanciamento social imposto pela COVID-19, objetivo final e o encerramento dos encontros serão levados para as escolas públicas da região dando continuidade ao trabalho de difusão e reconhecimento da cultura popular local.

c) **“Corumbá entre Ruas e cemitérios: o tempo e o silêncio”**

A publicação do livro “Corumbá entre ruas e cemitérios: o tempo e o silêncio” foi financiada com recursos do Fundo de Investimentos Culturais do Pantanal, da Prefeitura de Corumbá por meio da Fundação da Cultura e do Patrimônio Histórico de Corumbá, pelo Edital FIC Pantanal 2019, o proponente desse projeto foi o professor Marco Aurélio Machado de Oliveira, do qual fiz parte como coautora do livro.

Destaco que na mesma época das pesquisas para a publicação do livro, realizamos o Projeto “Patrimônio Vivo: troca de saberes”, no qual um dos autores do livro, o professor Marco Aurélio Machado de Oliveira também esteve presente na execução das Oficinas de Educação Patrimonial, na qual contamos um pouco da história de Corumbá por meio do patrimônio cultural. As pesquisas realizadas para publicação do livro nos deram suporte para a realização dessa oficina.

As pesquisas realizadas para publicação do livro “Corumbá entre ruas e cemitério: o tempo e o silêncio”, nos permitiram uma imersão no contexto social e cultural de Corumbá desde seu período de ocupação, quando ainda era uma Vila nos fins do século XVIII. Os estudos que envolveram a construção desse livro foi um divisor de águas em nossa trajetória profissional, pelo simples fato desses estudos terem ampliado o entendimento sobre a formação cultural de Corumbá, os conflitos existentes desde o período de ocupação dessa região, revisar pesquisas já realizadas sobre os diferentes grupos sociais e étnicos que formaram a história local, dentre tantos outros aspectos sobre a cidade de Corumbá, Ladário e Puerto Suarez - na Bolívia, que eles são impossíveis de serem enumerados aqui.

Os desdobramentos dos estudos e pesquisas realizados para a construção desse livro influenciou a minha percepção sobre a cidade de Corumbá e foi primordial também para que eu tivesse base durante a construção dessa dissertação. Só foi possível construir a narrativa sobre o contexto social e histórico em que bens patrimoniais se formaram em Corumbá, graças ao aprendizado proporcionado pelas pesquisas e estudos durante a construção desse livro.

A minha leitura sobre a cultura e patrimônio cultural, e os conflitos que os permeiam, só é possível dada a imersão na história da formação da nossa região. Entendendo a partir daí como essa fronteira era vivida desde os tempos da ocupação desse espaço, os diferentes povos que formaram e formam a cidade de Corumbá, entre outros aspectos. Ao fazer essa revisão bibliográfica proposta para construção do livro, eu pude pensar em atualizações necessárias para o campo do patrimônio cultural de Corumbá, o conhecimento adquirido nesse processo foi fundamental para que eu entendesse autores como Nestor Garcia Canclini, José Reginaldo Gonçalves, Maria Cecília Londres Fonseca, Antonio Augusto Arantes, Sônia Rampim Florêncio, dentre tantos outros que balizaram essa dissertação.

Reforçamos que a construção desse livro foi feita em conjunto, costumamos dizer que “foi construído a seis mãos”. Não houve divisão de tarefas e construção de textos delimitados a cada um de nós autores. Cada capítulo foi construído em conjunto, revisado, debatido e escrito. Nós, autores do livro, tivemos a possibilidade de realizar uma revisão histórica e

cultural sobre a formação de Corumbá a partir das contribuições e participação das camadas populares nesta construção.

A vida da cidade acontecia pela fronteira e pelo Rio Paraguai, por onde chegavam as mercadorias, pessoas e ideias - estas que foram materializadas em diferentes espaços da cidade, seja na arquitetura e ornamentos das fachadas de imóveis, ou na vida cultural praticada pelas “elites” da época, como por exemplo, o Teatro Biju.

Investigamos elementos materiais e simbólicos que faziam parte daquela sociedade que se formava no pós-guerra da Tríplice Aliança até início do século XX, em torno de 1920. Desde as materialidades presentes no Cemitério Santa Cruz até as materialidades presentes pelas ruas, imóveis e praças da cidade; assim como as imaterialidades ligadas tanto às camadas dominantes quanto às subalternizadas. Como também vestígios materiais impressos nas fachadas dos imóveis, os ornamentos das fachadas e estilos arquitetônicos de imóveis situados dentro do perímetro do primeiro projeto de urbanização de Corumbá “Projeto De Lamare” iniciado no período pós-guerra.

Usamos como baliza entender como a fronteira era vivida naquele momento, quais os conflitos existentes naquele espaço urbano que se formava; a chegada e a fixação de imigrantes de países platinos e europeus; as relações com a Bolívia, dentre outras. Tivemos pistas de como a municipalidade regulava a vida da população, impondo regras que eram desiguais, se pensarmos a partir da ótica dos grupos subalternizados.

Dentre as análises apontadas no livro, podemos concluir que o período pós-guerra e início do século XX foram momentos germinais para a nossa cultura. A herança cultural da convivência entre aqueles diferentes povos que formavam Corumbá estão presentes até hoje na vida da população da região. E por fim, que Corumbá é e foi formada vários grupos sociais e étnicos que viveram e vivem nela, e que suas práticas culturais devem ser reconhecidas como integrantes da história e do espaço da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção e organização dessa Dissertação foram marcadas pela experiência de um tempo muito delicado para o Brasil e o mundo. Temos vivenciado desde março de 2020, quando os primeiros casos de covid-19 surgiram no país, momentos de insegurança, incertezas e angústia trazidos pela pandemia e seus mais diversos desdobramentos sociais, econômicos e políticos.

Tivemos nossa vida profissional profundamente afetada por todo esse contexto de caos vivenciado há mais de um ano. Isso ao mesmo tempo em que enfrentamos novas provocações e desafios que atingiram diretamente nosso campo de atuação: como trabalhar com cultura e patrimônio num contexto de imensuráveis desigualdades, exclusões sociais e instabilidades? Qual cenário a sociedade vivenciará no pós-covid? Quais serão os impactos econômicos, psicológicos, sociais e de saúde dos agentes culturais pós-pandemia?

Infelizmente, sabemos que no Brasil é muito difícil vivermos exclusivamente da cultura. Os trabalhadores desse segmento e demais agentes vivenciam cenários muito desiguais, principalmente em termos de acesso às fontes de financiamento à cultura. Isso porque na nossa região, possivelmente igual a todo o território nacional, dependemos exclusivamente de editais por não contarmos com outro mecanismo contínuo de financiamento à cultura.

Desta forma, a Pandemia covid-19 revelou um paradoxo, ao mesmo tempo que acentuou as desigualdades vivenciadas pela classe cultural, mostrou a importância de uma fonte de financiamento à cultura no modelo que tanto lutamos para implementar por meio do Sistema Nacional de Cultura (SNC). Um sistema nos moldes dos que já implantados nas áreas da saúde e educação com as transferências fundo a fundo, via governo federal a estados e municípios. Em nossas ações como gestora pública de cultura em Ladário, fizemos adesão ao SNC em 2013 e implantamos algumas etapas obrigatórias para que o município recebesse recursos fundo a fundo: Conselho Municipal de Cultura (2013) e Plano Municipal de Cultura (2016), ficou faltando a aprovação da Lei do Fundo Municipal de Cultura de Ladário.

Graças a essas ações iniciais, em busca de efetivar políticas públicas de cultura em Ladário, que tornou possível o município receber e aplicar os recursos federais da Lei Emergencial de Cultura- Lei Aldir Blanc. No mesmo caminho de Ladário, muitos municípios de pequeno porte conseguiram executar os recursos da Lei Emergencial da Cultura- Lei Aldir Blanc, repassados pelo governo federal. Ou seja, com a pandemia o governo federal foi forçado a destinar recursos exclusivamente para a cultura e repassá-los aos estados e municípios, sendo

necessário, a partir de agora, que essa experiência de financiamento à cultura seja revista, a fim de corrigir as falhas buscando mantê-la como uma fonte de financiamento contínuo, conforme já proposto no SNC.

A Lei Emergencial da Cultura - Aldir Blanc possibilitou que muitos agentes culturais tivessem acesso a recursos para desenvolverem atividades culturais na pandemia. Sendo que muitos deles nunca tinham acessado a nenhum recurso público, mantendo suas atividades por conta própria e com isso vimos muitos produtos culturais existirem graças a esse financiamento. Mas, ressaltamos que, por mais que o meio virtual tenha possibilitado divulgarmos nossos trabalhos e mantermos minimamente nossas atividades, nada substitui o contato com o público presencialmente, não substitui “ver gente”, “estar em contato com pessoas”, “e o olho no olho”, tão importantes na vivência da cultura.

Algumas pessoas diziam que nós trabalhadores da cultura teríamos que nos reinventar e nos adequar às demandas de ações virtuais. Mas isso não foi uma tentativa de reinvenção das nossas ações culturais para nos adequarmos ao momento imposto pelo isolamento social. Isso foi muito mais uma tentativa de sobrevivência e minimamente satisfazermos nossa necessidade de praticarmos nossa cultura.

No entanto, não podemos relativizar o fato de termos sido forçados a “viver *online*” durante a pandemia e deixar que isso vire uma prática costumeira em nossas ações culturais, até porque muitas práticas culturais deixaram de acontecer devido ao distanciamento social necessário na pandemia. Além disso, se pensarmos nas formas de acesso a bens culturais, entendemos que o meio virtual não é para todos, nem todos possuem acesso à internet. Portanto, não podemos “popularizar” que as ações virtuais da cultura virem padrão, isso porque, principalmente, elas não terem o perfil democrático do ponto de vista de acesso.

Ante a esse contexto de desigualdades no campo cultural acentuadas pela Covid-19, nossa pesquisa buscou destacar a importância de novos trabalhos que busquem minimizar algumas desigualdades já vividas no campo da cultura e do patrimônio. Trabalhos estes voltados a identificar, documentar e valorizar práticas culturais bem como patrimônios culturais, os quais foram ao longo da história tratados de formas desiguais, gerando um apagamento histórico de práticas culturais ligadas a grupos subalternizados.

O interesse pela pesquisa se deu pelo fato de identificarmos em nossos trabalhos anteriores, primeiro uma lacuna em reconhecimento das práticas culturais ligadas aos diferentes grupos sociais que formaram e formam Corumbá, principalmente aquelas ligadas às camadas populares. E segundo, que as práticas patrimoniais contemplam, na maioria das vezes, bens

culturais ligados à narrativa homogênea da historiografia nacional em que bens patrimoniais representados por meio de materialidades masculina, branca, católica e militar.

Procuramos inicialmente demonstrar elementos da história de Corumbá que retratem parte da pluralidade cultural desde sua ocupação, na tentativa de contextualizar historicamente os bens patrimoniais que se formaram a partir do século XVIII, bem como a convivência entre os diferentes povos que formaram a região, sendo germinais para a sua cultura. O entendimento do contexto histórico em que bens patrimoniais chancelados pelo Estado ou pela população é primordial para compreendermos os conflitos que permeiam esses bens, as lutas simbólicas e materiais entre os diferentes grupos que vivenciam a cidade, além de nos possibilitar adequar o patrimônio aos usos da sociedade atual, superando a visão de preservação e salvaguarda como se fosse a recuperação de um passado perdido.

Procuramos refletir sobre ideias cristalizadas sobre cultura, identidade e patrimônio que impedem o reconhecimento da diversidade cultural de Corumbá, principalmente de reconhecê-la enquanto espaço fronteiriço e privilegiado para estudos e pesquisas. Para desconstruir essas ideias estáticas de cultura homogênea e identidade nacional, é muito importante a realização de estudos que busquem desnaturalizar os discursos sociais e políticos do Estado e dos meios de comunicação. Falamos aqui, especificamente, sobre as relações na fronteira e o imigrante, visando atenuar as diferenças, para que o preconceito e intolerância não sejam banalizados e reproduzidos pela população local em relação ao espaço em que vivem e as pessoas que o habitam.

Para tanto, apresentamos abordagens sobre o patrimônio cultural, com base em algumas experiências participativas já realizadas a nível nacional, como é o caso do INRC que se apresenta como metodologia adequada para identificar, mapear, salvaguardar e acompanhar bens patrimoniais como um processo, atendendo a demanda de reconhecimento do patrimônio dos diferentes grupos que formam a sociedade corumbaense. E nesse caminho, não é necessário apenas reconhecer os elementos que são referência cultural dos diferentes grupos pertencentes ao espaço da cidade, mas principalmente garantir a produção e reprodução desses bens culturais, incluindo as comunidades envolvidas nesses processos para que se faça gestão do patrimônio compartilhada com a população.

Durante os anos em que desenvolvemos nossas ações e projetos junto as comunidades culturais de Corumbá e Ladário, buscamos trabalhar a cultura na sua dimensão cidadã. Isso implica, diretamente, envolver a autoestima dos agentes culturais, mostrando a eles o valor da contribuição de cada um para a cultura. Da mesma maneira, é muito relevante realçar as

maneiras como eles transformam vidas por meio da cultura, reconhecendo que todos eles são protagonistas nesse processo.

Para tanto, apresentamos abordagens sobre o patrimônio cultural, com base em algumas experiências participativas já realizadas a nível nacional, como é o caso do INRC que se apresenta como metodologia adequada para identificar, mapear, salvaguardar e acompanhar bens patrimoniais como um processo, atendendo a demanda de reconhecimento do patrimônio dos diferentes grupos que formam a sociedade corumbaense. E nesse caminho, não é necessário apenas reconhecer os elementos que são referência cultural dos diferentes grupos pertencentes ao espaço da cidade, mas principalmente garantir a produção e reprodução desses bens culturais, incluindo as comunidades envolvidas nesses processos para que se faça gestão do patrimônio compartilhada com a população.

Durante os anos em que desenvolvemos nossas ações e projetos junto as comunidades culturais de Corumbá e Ladário, buscamos trabalhar a cultura na sua dimensão cidadã. Isso implica, diretamente, envolver a autoestima dos agentes culturais, mostrando a eles o valor da contribuição de cada um para a cultura. Da mesma maneira, é muito relevante realçar as maneiras como eles transformam vidas por meio da cultura, reconhecendo que todos eles são protagonistas nesse processo.

REFERÊNCIAS

ABREU, R. M. M. do R. **Patrimônio Cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva**. In: Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e Desafios contemporâneos / organizadores Manuel Ferreira Lima Filho, Jane Felipe Beltrão, Cornelia Eckert. – Blumenau: Nova Letra, 2007.

ADORNO, T. W; HORKHEIMER, M. (1985), **Dialética do Esclarecimento**. Tradução de Guido Antonio de Almeida, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1985.

ADORNO, T. W. **Indústria cultural e sociedade**. seleção de textos Jorge Mattos Brito de Almeida traduzido por Juba Elisabeth Levy... [et al.]. — São Paulo. Paz e Terra, 2002.

ALENCAR, R. R. B. de. **Salvaguarda da Roda de Capoeira e do Ofício dos Mestres de Capoeira: apoio e fomento-** (Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais, 3). coordenação e organização Rívia Ryker Bandeira de Alencar. – Brasília: IPHAN, 2017.

_____. **Saberes, Fazeres, gingas e celebrações: as ações de salvaguarda de bens registrados como patrimônio cultural do Brasil 2002-2018**. Brasília- DF, IPHAN, 2018.

ALBUQUERQUE, J. L. **Fronteiras: entre os caminhos da observação e os labirintos da interpretação**. In: As Ciências Sociais nas fronteiras. Teorias e metodologias de pesquisa. org. Colognese, Silvio Antonio; Cardin, Gustavo. Cascavel Paraná, 1ª ed, . 2014.

_____. **Fronteira**. In: Dicionário de Migrações internacionais. Brasília. Editora UNB, 2017.

_____. **A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai**. FAPESP. São Paulo: Annablume, 2010.

ARANTES. A. A. **Patrimônio Cultural e seus usos: a dimensão urbana**. Revista Habitus, Goiania, vol 4 n. 1, p. 425-435, jan./jun. 2006.

_____. In: **Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação**. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. – Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

AZEVEDO, F. de. **Um trem que corre para Oeste**. São Paulo: Martins Editora, 1950.

BARTH, F. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Tradução John Cunha Comerford. Rio de Janeiro. 2000.

BRAYNER, N. G. **Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; 3. ed. Brasília- DF: IPHAN 2012.

BRAZIL, M. C. **Fronteira Negra: dominação, violência e resistência escrava no Mato Grosso: 1718-1888**. Passo Fundo. EDUPF. 2002.

CANCIAN, E. A. **A cidade e o rio: escravidão, arquitetura urbana e a invenção da beleza. O caso de Corumbá, MS.** Dissertação de Mestrado em História, UFGD, Dourados, MS, 2005.

CANCLINI, N.G. **As Culturas Populares no capitalismo.** São Paulo, Brasiliense, 1983.

_____ **Culturas populares e indígenas ¿De qué estamos hablando cuando hablamos de lo popular?.** Diálogos en la acción, primera etapa, 2004.

_____ **Culturas Híbridas – estratégias para entrar e sair da modernidade.** trad. Heloísa Pezza Cintrão. 4 ed. 8 reimp. – São Paulo: Editora USP, 2019.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. C. de; BAINES, S. G. **Nacionalidade e etnicidade em fronteiras** (Orgs) – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.

CASTRO, M. L. V. de. FONSECA, M. C. L. **Patrimônio imaterial no Brasil.** Brasília: UNESCO, Educarte, 2008.

CUNHA FILHO. F. H. **Direitos Culturais como direitos fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro.** Brasília- Brasília Jurídica, 2000.

D'ALMEIDA. M. de P. **Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e a Ponte sobre o Rio Paraguai.** Bauru- SP. Relatório de pesquisa FAPESP, 2011.

DELGADO, P. S.; SILVA, R. H. **Construções identitárias e territorialidade: ser ou não ser camba no Brasil?** Revista Iberoamericana, XI, 42. 2011.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. **Os Argonautas Guató: aportes para o conhecimento dos assentamentos e da subsistência dos grupos que se estabeleceram nas áreas inundáveis do Pantanal Matogrossense.** Dissertação de Mestrado Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 1995

_____ **Da pré-história à história indígena: (re) pensando a arqueologia e os povos canoeiros do Pantanal.** Tese (Doutorado em História/Arqueologia) – Porto Alegre , Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2002

FONSECA, M. C. L. **Para além do cal e pedra: por uma concepção ampla do patrimônio cultural.** In: Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. orgs, Regina Abreu e Mário Chagas. Rio de Janeiro. DP & A, 2003.

FONSECA, M. C. L. **Referências Culturais: Bases para Novas Políticas de Patrimônio.** In: Sant'Ana, Márcia G. de. Registro do Patrimônio Imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial. Brasília – DF, 5ª ed ,IPHAN, 2012.

_____ **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** 4 ed. ver. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

FLORENCIO, S. R. R. **Educação Patrimonial Inventários Participativos: manual de aplicação**, Brasília- DF. IPHAN, 2016.

_____. **Educação patrimonial: reflexões e práticas.** / Átila Bezerra Tolentino (Org.) – João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.

_____. **Política de educação patrimonial no IPHAN: Diretrizes conceituais e ações estratégicas.** Revista CPC, São Paulo, n.27, p. 55-89, jan/jul 2019.

FOUCHER, M. Obsessão por fronteiras. 1ª Ed. São Paulo. Editora Radical Livros. 2009.

GONÇALVES, J. R. S. **Os limites do Patrimônio. In: Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e Desafios contemporâneos** / organizadores Manuel Ferreira Lima Filho, Jane Felipe Beltrão, Cornelia Eckert. – Blumenau: Nova Letra, 2007.

_____. **As transformações do patrimônio: da retórica da perda à reconstrução permanente.** In: Antropologia e Patrimônio Cultural: trajetórias e conceitos. org. Izabela Tamaso e Manuel Ferreira Lima Filho – Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2012.

GUIMARÃES, R. S. **De monumento negro a território étnico: os usos do patrimônio na produção de espaços urbanos diferenciados.** In: Antropologia e Patrimônio Cultural: trajetórias e conceitos. org. Izabela Tamaso e Manuel Ferreira Lima Filho – Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2012.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** 6ª edição. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2011.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HALL, S. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais.** Organizacao Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende ... et al. - Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil.** Companhia das Letras. São Paulo. 1995.

HUSSEIN, M. A. da S. **História de Negócios Árabes em Corumbá/MS: O caso da Empresa Suzana Confecções e Calçados.** Relatório Final de Estágio Obrigatório I, apresentado para conclusão da graduação em Administração, UFMS, 2020.

IPHAN. **Educação Patrimonial: inventários participativos.** Manual de aplicação / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília-DF, 2016a.

LAPLANTINE, F. **Aprender Antropologia.** São Paulo. Editora Brasiliense.1988
Laraia, Roque de Barros. Cultura, In: Dicionário Crítico de Migrações internacionais. UNB. 2017.

LARAIA, R. de B. **Cultura um conceito antropológico.** Rio de Janeiro, Zahar, 1986.

_____ Cultura. In: Dicionário de Migrações internacionais. Brasília. Editora UNB, 2017.

LIMA FILHO, M. F.; Abreu, R. M. do R. M. de. In: **Antropologia e patrimônio cultural : diálogos e Desafios contemporâneos** / orgs. Filho, M. F.L.; Beltrão, J. F.; Eckert, C. – Blumenau : Nova Letra, 2007.

MAIA, M. C. F. **Um marco para liberdade: “Pedra Branca”. cativos na fronteira de Corumbá (BR)/ Puerto Suarez (BO) século XIX**. Dissertação de Mestrado em Estudos Fronteiriços, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Corumbá MS, 2014.

MARTINS, Ricardo Ferreira. **FESTAS NA FRONTEIRA: MANIFESTAÇÕES DEVOCIONAIS À VIRGEM URKUPIÑA – PADROEIRA DA BOLÍVIA –, EM CORUMBÁ**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação Mestrado em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Corumbá- MS, 2016.

OLIVEIRA, M. A. M.; JUNQUEIRA, N. M. “**Representações sociais de sírios e libaneses em Corumbá, MS: comércio, casamento e cemitério**”. In: Revista Transporte y Territorio. Buenos Aires, n. 15, pp. 388-403, 2016

OLIVEIRA, M.A.M. **Novos elementos teórico-metodológicos para os estudos migratórios em fronteira**. In: Revista Brasileira de Estudos Populacionais, Belo Horizonte, v. 35, n. 03, 2018, pp. 01-05.

OLIVEIRA, M. A. M.; OLIVEIRA, J. C.; RODRIGUES, W. P. **Entre Ruas e Cemitério - o tempo e o silêncio**. Uberlândia: LAECC, 2020.

OLIVEN, R.G. **A parte e o todo – a diversidade cultural no Brasil-Nação**. Petrópoles, Editora Vozes, 1992.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

ROCHA, E. A. **Uma expressão do folclore mato-grossense: cururu em Corumbá**. Porto Alegre, 1981. Dissertação (Mestrado) – PUC, 1981.

_____ **A festa de São João em Corumbá**. São Paulo: EditorAção, 1997.

_____. **O processo de emancipação dos escravos na Vila de Santa Cruz de Corumbá 1873-1888**. Albuquerque: revista de História, Campo Grande, MS, v. 4 n. 7 p. 81-102, jan./jun. 2012.

RODRIGUES, A. L. C. **Povo Kamba na Fronteira Brasil-Bolívia: o direito de buscar sua identidade étnica**. Ética, ciência e cultura jurídica: IV Congresso Nacional da FEPODI: [Recurso eletrônico on-line] organização FEPODI/ CONPEDI/ANPG/PUC-SP/UNINOVE; FEPODI, 2015.

RODRIGUES, W. P. **O Patrimônio Cultural de Corumbá-MS e a ausência de relação com a população local: estratégias que podem contribuir para reversão de tal quadro**. Especialização em Educação e Patrimônio Cultural e Artístico -Universidade de Brasília, 2018.

SABATEL, V. O. **Relações entre comunidades rurais na fronteira Brasil-Bolívia**. Dissertação de Mestrado em Estudos Fronteiriços, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Corumbá, MS, 2013.

SANJURJO, Liliana. **Identidade**. In: Dicionário de Migrações internacionais. Brasília, -DF, Editora UNB, 2017.

SANTOS, B. de S. (org.). **A Globalização e as Ciências Sociais**. 2ª edição. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record Ed., 2008.

SAYAD, A. **Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

_____. **Imigração e o Pensamento do Estado**. In: Actes de la recherche en sciences sociales. Vol. 129, septembre Déliits d'immigration. pp. 5-14. 1999.

SENA, D. M.de. **Trabalhadores livres no “Baixo Paraguai” do Império do Brasil**. Fronteiras Revista de História, UFGD, v. 12, p. 153-173, 2010.

_____. **Livres e pobres no centro da América do Sul: um estudo sobre os camaradas (1808-1850)**. Dourados: Ed. UFGD, 2013.

_____. **Entre articulações e conveniências na Câmara Municipal de Corumbá: relações de poder, laços sociais e atuação política no final do Império**. Tese de Doutorado, PPGH, Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), 2017.

_____. **Batismo e compadrio escravo no Sul de Mato Grosso (1836-1862)** Revista *Topoi (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 43, p. 147-170, jan./abr. 2020

SILVA, G. J. da. **A presença Camba-Chiquitano na fronteira Brasil-Bolívia (1938-1987): identidades, migrações e práticas culturais**. Tese de doutoramento Universidade Federal de Goiás. 2009.

SOUZA, J. C. **“O Caráter religioso e Profano das festas Populares: Corumbá, passagem do Século XIX para o XX”**. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, V. 24, n. 48, pp. 331-351, 2004.

_____. **O sertão cosmopolita. Tensões e Modernidade em Corumbá (1872-1918)**. São Paulo: Alameda, 2008.

SOUZA, J. B. A. de; MORETTI, E. C. **Formação e Resistência das Comunidades Quilombolas no município de Corumbá – MS**. Revista Entre Lugar, Dourados, MS, v. 10, nº 20, 2019.

_____. **Existir e Resistir: um olhar geográfico das comunidades remanescentes de quilombolas no Pantanal Sul-mato-grossense.** II Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa – PB, 2018.

VETORASSI, A. **Mapas Afetivos: Reflexão sobre memórias e identidades temporais e espaciais.** Braz. J. of Develop., Curitiba, v. 6, n. 7, p. 52811-52828 jul. 2020.

VIEGAS, A.C.M; MARTINS, S.R.O. **A Religiosidade Afro-Brasileira na Fronteira: os terreiros de umbanda em Corumbá-MS.** Revista GeoPantanal • UFMS/AGB • Corumbá/MS. N. 18, p. 205-217 jan./jun. 2015

VILELA, C. M. **SNC e PNC – Sistema Nacional de Cultura e Plano Nacional de Cultura (Lei Nº 12.343/2010).** In: Formação Gestão Cultural Centro – Oeste: eixo II políticas públicas de Cultura. Costa, Thérèse Hofmann Gatti Rodrigues. Coordenadora geral do curso de formação – Brasília: Universidade de Brasília, Decanato de Extensão, 2016.

VOLPATO, L. R. R. **Cativos do Sertão. Vida cotidiana e escravidão em Cuiabá 1850-1888.** Cuiabá: Marco Zero e UFMT, 1993.

URQUIZA, A. H. A; LIMA, G. R. de. **O povo camba em espaços transnacionais: entre dupla ausência e múltiplas violências em Mato Grosso do Sul (Brasil).** TraHs Nº1 | 2017 : Poblaciones Vulnerables y Derechos Humanos <http://www.unilim.fr/trahs> - ISSN : 2557-0633, 2017.

FONTES

Acervo Câmara Municipal de Corumbá.

Arquivos da Alfandega (Acervo da Fundação de Cultura de Corumbá), Biblioteca Lobivar de Matos.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Jornal O Iniciador.** Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/iniciador/215163>. Acesso em: outubro de 2019.

BRASIL. **Decreto nº. 7.387.** Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL). 9 de dezembro de 2010. Brasília/DF: 2010. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Decreto%207387%20-%202010.pdf> . Acesso em: março de 2021.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL de 1988. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: março de 2021.

Certidão De Registro no Livro Formas de Expressão- IPHAN. <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/VioladeCochoCertidao.pdf>

Decreto-Lei Nº 25/1937. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm

Decreto Lei 3.551/2000. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm

IPHAN, Acervo Digital: Atas Reuniões Conselho Consultivo IPHAN.

<http://portal.iphan.gov.br/atasConselho>

IPHAN. Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. – Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual do INRC.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC.pdf)

MATOS, L. **Sarobá**. Poemas. Rio de Janeiro: Minha Livraria, 1936.

SCHIMIDT, M. **Estudos de Etnologia Brasileira**. Trad. de Catarina Baratz Canabrava. São Paulo Cia Editora Nacional, 1942.

<https://www.corumba.ms.gov.br/2018/05/festival-curimba-abre-espaco-a-umbanda-e-candomble-no-fasp/> consultado em 10 de março de 2021.